

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

DANIEL GONÇALVES CAVALIERI

OS IMIGRANTES ITALIANOS E OS ÍTALO-DESCENDENTES EM BELO  
HORIZONTE: IDENTIDADE E SOCIABILIDADE (1897-1942)

Mariana  
2011

DANIEL GONÇALVES CAVALIERI

OS IMIGRANTES ITALIANOS E OS ÍTALO-DESCENDENTES EM BELO  
HORIZONTE: IDENTIDADE E SOCIABILIDADE (1897-1942)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito  
parcial à obtenção do título de Mestre em História.  
Área de concentração: Estado, região e sociedade  
Linha de pesquisa: Cultura, Idéias e Historiografia  
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata

Mariana  
2011

**C376i**

**Cavaliere, Daniel Gonçalves.**

Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte [manuscrito] : identidade e sociabilidade (1897-1942) / Daniel Gonçalves Cavaliere. - 2011.  
130f. : il.; tabs.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

1. Migração - Teses. 2. Imigrantes italianos - Belo Horizonte (MG) - Teses. 3. Associação, instituições, etc. - Teses. 4. Imprensa - Teses. I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

CDU: 94(815.1):325.54

Catálogo: [sisbin@sisbin.ufop.br](mailto:sisbin@sisbin.ufop.br)



**Daniel Gonçalves Cavalieri**

**Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte:  
identidade e sociabilidade (1897-1942)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada

**Prof. Dr. Orientador Sérgio Ricardo da Mata**  
Departamento de História, UFOP

**Profa. Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa**  
Departamento de História, UFMG

**Prof. Dr. Mateus H. de Faria Pereira**  
Departamento de História, UFOP

À Deus,  
pela benção da vida

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador pela paciência, confiança e principalmente pelas árduas leituras e considerações.

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa (REUNI) que foi de fundamental importância para o desenvolvimento da dissertação.

Aos meus pais, pela compreensão e constantes incentivos.

Ao meu falecido avô, Lourival, que me mostrou que a honra, a humildade e a dignidade valem mais do que qualquer coisa na vida do ser humano.

Aos meus velhos, importantes e sinceros amigos (Michel, Felipe e Thiago) que nunca deixaram de me incentivar nessa caminhada.

Por fim, aos colegas de mestrado, destes que guardo prazerosos momentos vividos durante o curso.

“A humildade é a base e o fundamento de todas as virtudes e sem ela não há nenhuma que o seja.”

(Miguel de Cervantes)

## RESUMO

Cavaliere, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*./ Daniel Gonçalves Cavaliere – 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós Graduação em História.

A presente dissertação parte da grande quantidade de lacunas existentes sobre a imigração italiana em Belo Horizonte. A maior parte dos imigrantes italianos que ali se estabeleceram veio justamente no período de edificação da nova capital mineira. Pela escassez de mão-de-obra especializada deu-se a solicitação desses estrangeiros para promoverem as obras. Trabalhando lado a lado na construção de Belo Horizonte os imigrantes italianos enxergaram a importância de constituírem meios de sociabilidade, se utilizando dos mesmos não somente na criação, divulgação e manutenção da identidade cultural como também para se inserirem na sociedade brasileira e conquistarem seu espaço.

O primeiro passo foi alcançado em 21 de agosto de 1897, antes mesmo da fundação de Belo Horizonte, com a criação da *Società Operaia Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* (Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro). Em 1900, alguns italianos publicam o primeiro periódico estrangeiro denominado *Un Fiore* (Uma flor), e, em 1903 se deu a criação da primeira escola italiana instituída por uma comissão intitulada *Legha per l'Istruzione* (Liga para a educação). Após a criação destes meios foi se desenvolvendo uma infinidade de associações, sociedades, escolas “étnicas” e periódicos italianos na capital mineira, que serão objeto de análise nesta dissertação.

Nosso marco temporal (1897-1942) é delimitado pelo ano de surgimento da primeira sociedade italiana criada em Belo Horizonte, a *Società Operaia Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*, e pelo ano de fechamento da última sociedade italiana em funcionamento no período do Estado Novo, a *Casa d'Italia*. Buscamos em nossa pesquisa fazer um levantamento das associações, sociedades, escolas e periódicos italianos que existiram em Belo Horizonte entre 1897 e 1942 tentando compreender quais eram os principais objetivos propostos por esses meios de sociabilidade e se suas atuações foram ou não eficazes.

Palavras-chave: imigração italiana, Belo Horizonte, associações, escolas “étnicas”, imprensa.

## ABSTRACT

Cavaliere, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*./ Daniel Gonçalves Cavaliere – 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós Graduação em História.

This dissertation part of the large numbers of gaps about the Italian immigration in Belo Horizonte. Most part of the Italian immigrants who settled there came precisely in the period of building the new capital of Minas Gerais. The shortage of skilled labor came the request of foreign works to promote. Working side by side in the construction of Belo Horizonte the Italian immigrants saw the importance to constitute the means of sociability, using the same is not only the creation, dissemination and maintenance of cultural identity but also to be inserted in Brazilian society and earn his place.

The first step was achieved on August 21, 1897, even before the foundation of Belo Horizonte, with the creation of the *Società Operaia Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* (Italian Workers' Society Charity and Mutual Aid). In 1900, some Italians abroad published the first newspaper called *Un Fiore* (A flower), and in 1903 took the creation of the first Italian school established by a commission headed *Lega per l'Istruzione* (League For Education). After the creation of these means was developing a infinity of associations, societies, “ethnic” schools and Italian periodicals in Belo Horizonte, which will be analyzed in this dissertation.

Our timeframe (1897-1942) is bounded by the emergence of the first year of the Italian society established in Belo Horizonte, *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*, and the closing years of the last Italian society operating in the period of the New State, the *Casa d'Italia*. We tried to make a survey of research associations, societies, schools and Italian periodicals that existed in Belo Horizonte between 1897 and 1942 trying to understand what were the main objectives proposed by these means of sociability and their actions were effective or not.

Keywords: Italian immigration, Belo Horizonte, associations, “ethnic” schools, press

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Capítulo 1 - Historiografia</b> .....	13
1.1 - Historiografia da imigração italiana .....	13
<b>Capítulo 2 – Unificação, Emigração e Imigração italiana</b> .....	26
2.1 - A unificação da Itália .....	26
2.2 - A “grande emigração italiana” .....	32
2.3 - A imigração italiana em Minas Gerais .....	42
2.4 – A formação e industrialização de Belo Horizonte .....	48
<b>Capítulo 3 – Associações e sociedades italianas na capital mineira</b> .....	61
3.1 – O associativismo italiano .....	61
<b>Capítulo 4 – Escolas e jornais italianos em Belo Horizonte</b> .....	87
4.1 – Escolas italianas .....	87
4.2 – Os periódicos italianos .....	96
<b>Considerações finais</b> .....	116
<b>Anexos</b> .....	118
<b>Fontes</b> .....	126
<b>Referências bibliográficas</b> .....	128

## INTRODUÇÃO

A Itália é um dos países europeus que contou com um dos mais tardios processos de unificação. A expressão geográfica que conhecemos hoje como Itália esteve entre 1797 e 1814 sob o domínio francês de Napoleão Bonaparte. Com as derrotas napoleônicas em 1814 instituiu-se o Congresso de Viena (1814-1815), no qual o principal objetivo seria remodelar o mapa do continente. A península itálica, que estava quase na sua totalidade sobre o domínio francês, acabou tendo vários de seus reinos transferidos para as mãos do Império Austríaco e da Igreja Católica. A dominação austríaca perdurou de 1815 a 1860 e conseguiu minar várias revoltas internas, das quais algumas se valiam do intuito de unificar a Itália. Nesse processo devemos elucidar os nomes de Giuseppe Mazzini (1805-1872), Giuseppe Garibaldi (1807-1882) e Camillo Benson (Conde de Cavour) (1810-1861), homens que tiveram o papel determinante para consolidação do Estado independente italiano, ou seja, para unificação do país concluída somente em 1870 com a anexação de Roma que estava sobre domínio da Igreja Católica.

O *Risorgimento*<sup>1</sup> acabava por se completar, porém, o cenário vivenciado pela Itália após sua unificação era desolador. O quadro social, político e econômico refletia um dos problemas que o país congregaria por muitos anos, o do alto índice de pobreza. Todos nós sabemos que a Itália havia sido regida por uma economia basicamente agrária, porém, após sua unificação, e contando com auxílio financeiro externo, o país se viu pronto para dar início ao processo de industrialização. Juntamente com o crescimento da indústria, se dava a mecanização das propriedades agrícolas. Com isso, agricultores e artesãos, principalmente, não tinham meios de concorrer com o novo mercado e refletiam um aumento ainda maior do pauperismo.

Sem alternativa, milhares de italianos viram na emigração a única forma para a própria sobrevivência. O governo italiano acabou auxiliando a “fuga” de seus filhos buscando manter a ordem (social, política e econômica) no país e evitar que males maiores pudessem vir a acontecer. Pensando nisso, eles arquitetaram uma grande estrutura que pudesse servir como envio de emigrantes para todas as partes do mundo. De 1870 a 1970, ocorreu a emigração de cerca de 26 milhões de italianos.<sup>2</sup>

A vinda de parte desses emigrantes para o Brasil se deveu ao fim da escravidão, e, ao mesmo tempo, pelo surgimento do ideal de branqueamento que previa a substituição da mão-

---

<sup>1</sup> Nome dado ao processo de unificação da Itália.

<sup>2</sup> BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 81.

de-obra escrava por uma outra que pudesse trazer a ordem e o progresso ao país. Não podemos deixar também de elucidar que o Brasil contava com grandes vazios demográficos e a vinda dos imigrantes também seria importante para o “preenchimento” destas áreas inóspitas. Os italianos acabaram sendo os mais solicitados pela sua proximidade cultural com o Brasil, por sua especialização e conhecimento nas diversas áreas e por sua fácil assimilação se comparado aos outros imigrantes. O fato conhecido pela “grande emigração italiana” deve ser entendido, como afirma o historiador Emílio Franzina, pelo duplo ato, ou seja, pelos fatores que foram determinantes para a saída desses estrangeiros de seu país e concomitantemente pelos fatores cruciais para atração destes para Brasil.<sup>3</sup>

A vinda de imigrantes para o Estado de Minas Gerais acabou atendendo não só a questão da colonização, pois o Estado contava com uma grande quantidade de vazios demográficos, como também veio suprir a falta de mão-de-obra escrava após a abolição da escravidão, principalmente nas áreas cafeeiras da região sul do Estado. Diferentemente dos Estados do Sul do Brasil, e dos outros que compõem a região Sudeste, Minas Gerais acabou contemplando uma pequena, porém, importante imigração. Antes da abolição os imigrantes vinham principalmente do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo.<sup>4</sup> Foi somente com o advento da república que Minas firmou contratos para trazer o imigrante da Itália diretamente para seu Estado. Talvez por isso a entrada de italianos em Minas Gerais supere qualquer outro tipo de imigrante.

A chegada dos italianos em Belo Horizonte contrasta justamente com o início das obras para edificação da nova capital de Minas Gerais. O projeto estava arquitetado, porém, faltava o mais importante, mão-de-obra qualificada. A escassez de mão-de-obra aliado à falta de qualificação do trabalhador brasileiro foi determinante para que os engenheiros solicitassem a vinda de trabalhadores estrangeiros, destes, a maior parcela constituída por italianos. Mas para além de trabalharem na construção de Belo Horizonte, várias famílias se estabeleceram em núcleos coloniais e foram importantes para constituição de um mercado voltado para as hortaliças, café, etc. Pode-se dizer que esses imigrantes foram cruciais na construção de Belo Horizonte e na industrialização da cidade.

Independente dos imigrantes italianos terem sido assimilados com maior facilidade no Brasil, principalmente nas grandes cidades, não somente pela proximidade cultural, como também pela falta de uma identidade nacional (italiana), eles viam a necessidade, como um

---

<sup>3</sup> FRANZINA, Emílio. *A grande emigração: O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006, p. 33-34 *passim*.

<sup>4</sup> MONTEIRO, Norma Góes. Esboço da política imigratória e colonizadora do governo de Minas Gerais, 1889-1930. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 29, p. 195-206, Belo Horizonte, 1870, p. 195-196 *passim*.

grupo, de se fazerem ouvir e ter uma participação maior na sociedade brasileira. A “defesa” no novo território fez com que esses estrangeiros buscassem construir meios de sociabilidade nos quais pudessem promover a construção e manutenção de uma identidade, a tão conhecida “italianidade”, conceito delimitado por muitos historiadores para tratar da identidade italiana. Esses meios de sociabilidade serviriam como centros de constituição dos laços e para edificação da “comunidade”. Trabalhando lado a lado na construção de Belo Horizonte os italianos iniciaram o processo de sociabilidade fundando, para isso, associações, sociedades, escolas “étnicas” e periódicos, estes que serviriam para construir e manter a sua tão sonhada “comunidade”.

O primeiro grande passo para sociabilidade entre os italianos se deu antes mesmo da fundação da capital com a criação, em 21 de agosto de 1897, da primeira sociedade italiana na capital denominada *Società Operaia Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* (Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro). Como seu próprio nome enfatizava, suas principais finalidades se pautavam no auxílio e socorro mútuo aos imigrantes. Só podiam participar como sócio da sociedade os que comprovassem ser de origem italiana. Com o passar dos anos, diversas outras associações e sociedades italianas foram surgindo na capital, principalmente, após a fundação da *Casa d'Italia*. Essa sociedade organizada pelo fascismo e existentes nas mais diversas cidades Brasil afora tinha o intuito de aglomerar em seu interior as diversas associações e sociedades italianas existentes nas cidades em que fazia parte.

Além das associações e sociedades, outro meio de sociabilidade e com o intuito de divulgação da cultura italiana criado em todo Brasil, como também em Belo Horizonte, foram as escolas “étnicas”. Como foi o caso, por exemplo, da *Dante Alighieri* “substituída” após a criação da *Casa d'Italia* pelo Grupo Escolar Benito Mussolini. Várias escolas “étnicas” no Brasil recebiam auxílio do governo italiano e contavam com um corpo docente formado por diversos professores italianos. Por fim, a sociabilidade entre os italianos se deu também através dos periódicos que circularam em Belo Horizonte de 1900 a 1937. Esses jornais, na maior parte escritos em italiano, eram voltados para os próprios imigrantes. Divulgavam as festividades a serem realizadas na cidade, principalmente as organizadas pelos imigrantes e davam ênfase a importância a edificação e manutenção da unidade.

Em meados da década de 1930 os imigrantes passaram a sofrer restrições no Brasil. Foi através da Constituição 1934 que previa restrições à entrada de imigrantes no país, e a Constituição de 1937 que previa minar os meios de sociabilidade e construção da identidade que, aos poucos, as associações, sociedades, escolas “étnicas” e imprensa começam a declinar - justamente porque o regime político do Estado Novo (1937-1945) se voltou para a

construção de uma identidade nacional que só poderia ser alcançada caso a assimilação dos imigrantes ocorresse em massa. A atuação maior contra os imigrantes (alemães, italianos e japoneses) se deu justamente em 1942 quando do torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães. A divulgação do governo brasileiro de que esses imigrantes estivessem aliados à política eixista fez com que a fiscalização sobre eles fosse mais incisiva. Para Colômbia, foi somente com o término da Segunda Guerra Mundial que esses meios, principalmente as associações e sociedades começam a renascer, porém, num processo bem lento e com características distintas das anteriores. Sendo assim, na década de 1990 eles conseguem atingir um novo ciclo de expansão.<sup>5</sup>

Nossa dissertação se divide da seguinte maneira. No primeiro capítulo elucidamos uma discussão voltada para a historiografia da imigração italiana no Brasil e, em Minas Gerais, tratando dos avanços alcançados por diversos historiadores, além, é claro, dos grandes problemas que as discussões suscitam até os dias de hoje e das lacunas que estão por ser preenchidas. No segundo capítulo voltamos nosso estudo para a unificação e industrialização da Itália que germinou o processo denominado de a “grande emigração italiana”. Não obstante, trabalhamos também como se deu o processo de imigração no Brasil, e, mais especificamente em nosso Estado, Minas Gerais. Mostramos como se deu a chegada dos imigrantes italianos em Belo Horizonte para construção da capital e qual foi a importância desse estrangeiro no desenvolvimento da cidade. No terceiro capítulo promovemos a discussão em torno das associações e sociedades que os italianos fundaram em Belo Horizonte buscando entender como eles se utilizavam desses meios para criação e divulgação da “italianidade”. No quarto e último capítulo, abordamos as escolas “étnicas” e a imprensa italiana na capital mineira compreendendo como esses meios serviram para a promoção da cultura italiana e da sociabilidade desse grupo de imigrantes aqui presente.

---

<sup>5</sup> COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004, p. 48.

## **CAPÍTULO 1 – HISTORIOGRAFIA**

### **1.1 – Historiografia da imigração italiana**

Nas últimas décadas do século XX, e, principalmente, nesses primeiros anos do século XXI estamos vivenciando uma grande produção voltada aos processos migratórios pelo mundo afora. O Brasil, como um dos países que recebeu o maior contingente de imigrantes, não poderia deixar também de contar com uma elevada quantidade de livros, artigos, monografias ou trabalhos de outro caráter voltados à questão da imigração. Trabalhos sobre a imigração italiana, alemã, judia, polaca, entre outras, que há algumas décadas atrás eram poucos, hoje em dia preenchem as fileiras de estantes das bibliotecas.

A historiografia a respeito da imigração italiana no Brasil é constituída principalmente por trabalhos que focam basicamente os Estados receptores da maior quantidade de imigrantes italianos, tais como: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ou seja, onde temos as maiores “colônias” italianas do país. Há de se colocar que grande parte desses trabalhos são frutos de italianos residentes no Brasil ou de ítalo-descendentes que inicialmente fascinados ao descobrirem a origem de sua família enveredam pelo campo de estudos da imigração. Esse fenômeno é totalmente compreensível até porque o que vem ocorrendo é um forte “encantamento” por fontes inéditas, principalmente em pequenas localidades onde ainda não há estudos sobre a questão migratória. E é justamente o que notamos ao iniciar o nosso estudo. Podemos perceber claramente que a grande parte de novos trabalhos estão priorizando pequenas ou médias localidades onde se teve uma considerável imigração italiana. Porém, o que mais nos surpreendeu foi o fato de que esses estudos estão alcançando uma importância tão grande que historiadores de regiões receptoras de poucos imigrantes italianos estão começando a trabalhar com esse objeto. Esse é o caso das regiões Nordeste e Central do Brasil, que, encaradas pelos estudiosos como áreas de pouca importância na questão migratória, vem ganhando atualmente destaque. Talvez um dos fatos que leve a isso seja a saturação de estudos voltados para imigração italiana no Estado de São Paulo e nos Estados do Sul do Brasil.

Com relação às publicações referentes à imigração italiana ou outras questões que englobem os italianos, podemos perceber que o Estado de Minas Gerais não está muito longe do visto nas regiões Nordeste e Central. O que se tem são publicações esparsas principalmente a respeito da Zona da Mata ou de outras regiões que tiveram uma considerável imigração.

Percebe-se que a cidade de Juiz de Fora é uma das que concentra a maior parte dos escritos sobre imigração italiana no Estado.<sup>6</sup> Belo Horizonte, não somente por sua dimensão e importância mas também pelo grande contingente de imigrantes recebido, deveria ser alvo de importantes publicações, porém, e infelizmente, a cidade carece de publicações sobre o assunto. Há apenas artigos simplistas e incompletos sobre os mais diversos assuntos ligados aos italianos que aqui se estabeleceram. Foi justamente pensando em contribuir com os estudos de imigração italiana em Minas Gerais que buscamos adentrar em diversas lacunas existentes a respeito da imigração italiana na capital mineira, tentando apresentar como se deu a formação da “comunidade” pelos italianos e quais foram os meios de suporte utilizados por eles para que pudessem constituir uma consciência coletiva.

No caso de Belo Horizonte, um dos pouquíssimos trabalhos relevantes que diz respeito a assuntos ligados aos italianos foi a dissertação de mestrado de Geralda Nelma Costa, defendida em 2005, intitulada *Imprensa Italiana em terra estrangeira: vozes sociais em ação (Belo Horizonte 1900-1920)*.<sup>7</sup> A autora buscou em sua dissertação trabalhar justamente os jornais italianos que circularam na capital mineira no período especificado no título e mostrar que esse meio apresentou ser uma rede de sociabilidade que serviu como um espaço virtual de encontro entre os imigrantes. Além disso, era pontuado como um importante instrumento de valorização, construção e divulgação da identidade italiana. O período que ela retrata diz respeito justamente ao da chegada de considerável parte dos imigrantes em Belo Horizonte que, desprovidos ainda de uma identidade coletiva buscaram constituir meios de edificação dessa identidade italiana. Porém, nossa pesquisa vai além da de Costa no que diz respeito aos periódicos, até porque trabalhamos não somente com os existentes de 1900 a 1920, mas abrangemos até o último jornal italiano publicado na capital de que se tem notícia, este datado de 1937.

Com relação às escolas “étnicas” e as associações ou sociedades italiana que aqui existiram temos apenas alguns livros ou artigos interessantes<sup>8</sup> que acabam trabalhando com

---

<sup>6</sup> Alguns exemplos: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol III. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996; RODRIGUES, Maysa Gomes. Imigração e educação em Minas Gerais: os casos de Juiz de Fora e Belo Horizonte. In: V Seminário de imigração italiana em Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009; etc.

<sup>7</sup> COSTA, Geralda Nelma. *Imprensa italiana em terra estrangeira: vozes sociais em ação (Belo Horizonte 1900-1920)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

<sup>8</sup> DUARTE, Renata Garcia Campos. "Uma outra consciências de classe": A alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mutuo Socorro em Belo Horizonte. In: *História em Curso*. Belo Horizonte, Vol. 1, n. 1, p. 66-111, 2009; VERSIANI, Eneide Balena. *Imigração Italiana no Brasil*. Belo

determinada sociedade ou escola deixando as outras “de lado”. Ao enxergar a fragilidade e a falta de estudo sobre esses meios de divulgação da identidade e afirmação da sociabilidade, nós buscamos adentrar por essas lacunas tentando desvendar, complementar e instigar novos estudos na área.

No que diz respeito ao processo imigratório em nosso Estado, a única obra conceituada é a *Imigração e Colonização em Minas* (1889-1930), da historiadora Norma de Góes Monteiro, publicada em 1973.<sup>9</sup> A autora atentou na introdução de seu livro para a extrema pobreza da bibliografia a respeito de Minas, principalmente, quanto à questão da mão-de-obra. É claro que nos dias de hoje existem diversas obras de grande valor no que tange a questão da escravidão no Estado. Porém, com relação à questão imigratória, as publicações são raríssimas. O que temos são os importantes historiadores da imigração italiana no Brasil delimitando poucas laudas de suas obras para a questão imigratória em Minas Gerais.

O livro acima mencionado, surgido a partir da tese de doutorado, vem sendo utilizado há muitos anos como referência por grande parte dos estudantes e pesquisadores do assunto. Nele, a autora consegue minuciosamente elucidar todo processo de substituição do negro pelos braços estrangeiros em nosso Estado, demonstrando os caminhos pelos quais os imigrantes tomavam antes de chegar às fazendas cafeeiras ou mesmo para se atingir as importantes cidades do Estado. Ela consegue articular categoricamente a vasta gama de fontes primárias dispostas em diversos arquivos e fazer um importante estudo sobre o período. O foco principal do estudo se voltou para administração e política do Governo Mineiro, ou seja, o seu papel com relação ao processo imigratório. Com isso ela conseguiu apresentar o que de concreto essa política conseguiu estabelecer apresentando a realidade da imigração e colonização estrangeira em Minas Gerais.

O marco temporal delimitado, 1899-1930, reflete justamente o período de maior importância da imigração e colonização no Estado, contemplando o início da República até a Revolução de 1930, onde o processo atinge seu declínio. O surgimento da República esteve atrelado a modificações bruscas no país e uma de suas principais linhas seria a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre alimentado em boa parte por braços estrangeiros.

---

Horizonte: Editora Gráfica Lucri, 2004; RIBEIRO, Raphael Rajão. Participação imigrante nos primeiros anos do esporte em Belo Horizonte. In: V Seminário de imigração italiana em Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009; RODRIGUES, Maysa Gomes. Imigração e educação em Minas Gerais: os casos de Juiz de Fora e Belo Horizonte. In: V Seminário de imigração italiana em Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009; NETO, Silveira. *História do colégio municipal*. Belo Horizonte: Gráfica do Colégio Municipal Marconi, 1973, entre outros livros e artigos que tocam superficialmente no assunto.

<sup>9</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1973.

Aliado a essa questão, era necessário também que o problema da baixa densidade demográfica em determinadas regiões fosse resolvido. Com isso, os estrangeiros não somente serviram como uma nova mão-de-obra, mas também foram importantes na colonização de áreas “isoladas”. Norma Monteiro nos mostra que o Estado Mineiro abarcava os dois problemas, pois, se por um lado detinha o maior contingente de escravos do país, por outro detinha também uma vasta área de baixa densidade demográfica. A partir de abundantes fontes dispostas no Arquivo Público Mineiro, a historiadora conseguiu mapear a totalidade do processo apresentando os primeiros núcleos coloniais criados antes mesmo da instituição da República e os problemas enfrentados pelos imigrantes, que chegados nas hospedarias passaram por dificuldades após se deslocarem para viver nas fazendas cafeeiras. O livro tem uma grande importância para nossa pesquisa não somente com relação as discussões sobre imigração no Estado em geral, mas porque a autora reserva algumas páginas para fazer um estudo sobre o processo imigratório em Belo Horizonte, dando foco principalmente para os italianos.

A historiografia da imigração atualmente vem dando destaque a novas abordagens e buscando suprir antigas lacunas. A análise que, a nosso ver, era bastante quantitativa em antigos trabalhos, hoje toma para si um caráter mais qualitativo. Tem-se dado bastante ênfase na discussão relativa ao surgimento e existência de uma imprensa estrangeira, das escolas “étnicas”, e, principalmente, das associações e sociedades edificadas em boa parte do Brasil com as mais diversas finalidades.<sup>10</sup>

Outro estudo que começou a ser levado em consideração nos últimos anos diz respeito à formação de uma consciência italiana constituída na diáspora. Como não poderia deixar de ser, o fascismo passou a ser analisado com vista para sua importância em divulgar a identidade italiana atrelado a sua incansável busca em dominar e comandar as “colônias” italianas ao redor do mundo. No caso do Brasil, vem ocorrendo o surgimento de alguns trabalhos que buscam elucidar os interesses de Mussolini em nosso país.<sup>11</sup> Por fim, notamos a criação de estudos que dizem respeito ao período de 1937 a 1945 (Estado Novo) onde os imigrantes, fossem alemães, japoneses, e, em menor escala, os italianos, acabaram sofrendo

---

<sup>10</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989; BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001; COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004.

<sup>11</sup> Os mais importantes são de autoria de João Fábio Bertonha. Vários de seus artigos publicados sobre o assunto foram frutos de sua tese de doutorado, mais tarde transformada na obra *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*.

privações e posteriormente “represálias” por parte do governo brasileiro e da população em geral.

O primeiro relevante estudo sobre imigração italiana em nosso país foi produzido pelo italiano Franco Cenni. A obra *Italianos no Brasil*, lançada em 1956<sup>12</sup> durante a visita do Presidente italiano Giovanni Gronchi ao Brasil, foi premiada em um concurso que contou com uma comissão julgadora composta por Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido de Mello e Souza, Sérgio Milliet da Costa e Silva, dentre outros importantes nomes. Os estudos de Cenni foram aprimorados e anos depois, em 1975, sua obra foi republicada em comemoração ao 1º Centenário Oficial da Imigração Italiana no Brasil.

Anterior a essa obra, os estudos eram esparsos e não conseguiam dar conta não somente do processo de imigração, quanto menos ainda a compreender categoricamente os meios de sociabilidade fundados pelos italianos, tais como: as associações, sociedades, escolas “étnicas” e a imprensa. O que mais nos impressiona é a totalidade que Cenni conseguiu captar em seus estudos, levando em consideração o período de definição da obra onde os trabalhos sobre imigração ainda estavam encaminhando a passos curtos. Essa obra foi e continuará sendo um dos cerne para pesquisas sobre imigração italiana no Brasil. Não há dúvidas de que a colonização e a imigração italiana para o nosso país trouxeram benefícios incalculáveis em vários campos como: arquitetura, política, jornalismo, etc. Porém, o mais interessante é a forma crítica com que o autor conduz seus estudos. Pode ser considerado um de seus pontos fortes ao mesmo tempo que vemos uma grande quantidade de trabalhos exaltando a imigração italiana como um todo mas deixando de tratar de questões importantes como a dificuldade desses estrangeiros em se manterem ou mesmo divulgarem a sua identidade, sendo assimilados facilmente à nossa cultura, ou mesmo os problemáticos meios de sociabilidade criados pelos italianos mas que muitas vezes se extinguíam devido a caprichos ou soberba de muitos membros das “colônias” em todo Brasil.

Em *Italianos no Brasil*, Cenni inicia seus estudos com os grandes nomes da Itália medieval passando pelo processo de unificação do país até chegar a estudar as primeiras grandes levas de italianos que vieram para o sul do Brasil. No quinto capítulo da obra identificado como “Italianos nos Estados”, o autor trata exclusivamente de alguns Estados que tiveram uma imigração italiana menor do que Rio Grande do Sul e São Paulo, como é o caso de Minas Gerais. Seu estudo sobre a imigração no Estado de São Paulo é bastante completo, sendo que ele dá ênfase a importância do imigrante italiano e estrangeiro em geral, não

---

<sup>12</sup> Utilizamos, em nosso estudo, a 2ª edição desta obra datada de 1975 e lançada em comemoração ao 1º Centenário da Imigração Italiana no Brasil. CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975.

somente no processo de evolução industrial, como também nas lavouras cafeeiras do Estado. Elegeu alguns capítulos para se trabalhar o peso que o italiano teve nos campos da arquitetura, cultura, ciência, teatro, música, pintura, escultura e religiosidade em nosso país. A obra é tão “atual” que o autor não deixa passar nem mesmo o processo de queda da imigração durante e após o período da segunda guerra mundial.

O mais importante para nossa pesquisa foi o estudo de Cenni com relação às associações, a imprensa e as escolas “étnicas”. Sem dúvida é muito interessante a forma com que ele trabalhou o processo de formação desses segmentos, tanto é que os estudiosos posteriores<sup>13</sup> que argumentam esses meios fazem sempre estudos posicionando-se nas linhas edificadas por Cenni. Além de fazer a catalogação de uma infinidade de associações, sociedades, jornais e escolas étnicas, ele consegue construir uma análise qualitativa do surgimento e esfacelamento desses segmentos.

Dando continuidade ao primoroso trabalho de Franco Cenni temos outro italiano, Angelo Trento, com sua principal obra intitulada *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*.<sup>14</sup> As influências de Cenni são tão visíveis que Trento no preâmbulo de seu livro evoca o historiador como sendo a única exceção de um estudioso que conseguiu realizar um estudo “global” da imigração italiana no Brasil. Esse livro foi construído a partir de outra obra que o historiador havia publicado anos antes na Itália designada de *Là dov'è la raccolta del caffè*. Na verdade sua obra publicada no Brasil acabou contemplando o período da grande imigração italiana e de sua “derrocada” em meados do século XX.

O que se percebe a partir dos estudos de Trento foi que não se teve uma grande mudança para as linhas e discussões abordadas por Cenni, mas sim pequenos aprimoramentos em algumas questões. Aprofundou-se mais na questão do fascismo, sendo que Trento buscou primeiramente compreender as raízes e projetos fascistas para daí conseguir identificar até que ponto realmente o fascismo conseguiu se infiltrar no seio das “comunidades” italianas no Brasil e nos meios de divulgação da identidade italiana. Deu ênfase também ao movimento antifascista em nosso país. A AIB e sua relação com o fascismo não foi esquecida pelo historiador que apresentou também a constante busca de Mussolini pelo apoio de Getúlio Vargas.

---

<sup>13</sup> Angelo Trento, João Fábio Bertonha, Silvio Antonio Colognese, e diversos outros.

<sup>14</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

É totalmente compreensível que os estudos de Franco Cenni não tenham tratado o fascismo com mais eficácia até porque sua principal obra havia sido publicada em 1956, ou seja, onze anos apenas após a queda total daquele sistema. É pouco tempo para que se consiga fazer um estudo mais detalhado e abrangente do assunto, principalmente em se tratando da influência fascista no Brasil. É evidente o conhecimento de Trento a respeito do fascismo, tanto é que anos antes de publicar a obra sobre imigração italiana ele havia publicado outro livro em 1986, intitulado *Fascismo Italiano*.<sup>15</sup>

O que mais nos impressionou foi a vasta bibliografia e documentações utilizadas pelo historiador em *Do outro lado do Atlântico*. Não somente isso, em seu estudo sobre a imprensa italiana no Brasil, embora tenha se engajado em várias discussões levantadas por Cenni, Trento conseguiu identificar aproximadamente quinhentos títulos entre jornais e revistas italianas que circularam no Brasil nas décadas do século XVIII, XIX e XX, e, além disso fazer um estudo apresentando quais as linhas e segmentos de muitos desses periódicos.

Talvez o historiador brasileiro mais importante e atuante no campo da produção voltada a imigração italiana em nossa país seja atualmente João Fábio Bertonha. O ítalo-descendente publicou uma infinidade de livros e artigos a respeito da imigração, dos movimentos fascista e antifascista no Brasil, do integralismo e tudo mais o que se relaciona com os imigrantes italianos em nossas terras. De seus livros mais importantes podemos citar dois: *O fascismo e os imigrantes italiano no Brasil* (2001)<sup>16</sup>, publicado a partir de sua tese de doutorado, e *Os italianos* (2005)<sup>17</sup>.

No primeiro, como o próprio título nos indica, Bertonha tratou de trabalhar com as questões relativas ao fascismo e a sua influência evidenciada nos meios de divulgação da identidade italiana no Brasil. Seus estudos amparam-se massivamente nas discussões apresentadas por Trento. O historiador brasileiro, porém, acabou privilegiando essa realidade nos estados sulistas e em São Paulo, destoando do estudo consistente, porém generalista, de Trento.

Em *Os italianos*, Bertonha decidiu retomar as discussões em relação ao fascismo, contudo, assim como seus antecessores, buscou fazer um livro “completo” que englobasse o processo de unificação da Itália, da emigração e imigração e a política italiana em relação aos emigrados. Por ser um livro mais atual, ele pode ir além de Cenni e Trento apresentando um panorama geral da imigração italiana até finais do século XX. Ao nosso ver, ele foi além de

---

<sup>15</sup> TRENTO, Angelo. *Fascismo italiano*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>16</sup> BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

<sup>17</sup> BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.

outros estudos por privilegiar também uma discussão pertinente e que muitas vezes acabou sendo deixada de lado pela grande maioria de historiadores, que é a identidade italiana e suas modificações com o passar das décadas. Para isso, o historiador dedicou-se a estudos sobre religião, família, língua, artes, relações, ou seja, tudo que engloba o que determinamos como importantes meios de edificação da cultura italiana.

Assim como nós, estudiosos da imigração italiana, Bertanha sempre dialogou próximo as linhas construídas por Cenni e Trento. É a partir disso que percebemos a importância desses dois historiadores que acabam servindo sempre de referência para estudos da imigração italiana. Mesmo não sendo obras publicadas recentemente, contêm uma atualidade e importância marcante.

Emílio Franzina também pode ser considerado outro grande historiador italiano da questão emigratória. Em *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*<sup>18</sup> o autor limita suas discussões parte voltada aos fenômenos da emigração, e parte voltada aos imigrantes Vênetos que se dirijam principalmente para as áreas de colonização do sul. Franzina apresenta a emigração como um fenômeno demográfico e econômico concretizado por uma duplicidade de fatores. Isso é, há estímulos “expulsores” e atrativos que edificam o processo emigratório, ou seja, temos uma área de partida e outra de destino. Mas para além disso ele acredita que a emigração tem de ser analisada impreterivelmente a partir da transição de um país agrícola para um país pré-industrial, como foi o caso da Itália após a sua tardia unificação.

A tentativa de entender as principais causas do êxodo e abranger o “edenismo” criado pelos agentes e companhias de emigração havia sido categoricamente discutida por Constantino Ianni, autor que trabalharemos mais a seguir. De qualquer forma, os estudos de Franzina serviram para compreendermos mais da emigração do Vêneto, pois, como todos sabemos, foi a região da Itália que mais “cedeu” imigrantes para o Brasil e diversos outros países.

Embora muitos estudiosos ou mesmo pessoas ávidas ao tema enxerguem os três primeiros historiadores citados como os autores clássicos da imigração italiana no Brasil, há de se dizer que existem vários outros trabalhos menos conhecidos mas que podem ser elevados muita das vezes próximo aos níveis das grandes obras referidas anteriormente, e outros que servem como complemento de lacunas deixadas pelos principais pesquisadores da

---

<sup>18</sup> FRANZINA, Emílio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.

imigração. Esse é o caso das seguintes obras: *A presença italiana no Brasil* (trilogia), *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*, *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*, *Associações étnicas de italianos*, e, por fim, *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*.

Começamos pela trilogia organizada por Luiz Alberto De Boni e publicada pela *Fondazione Giovanni Agnelli* em parceria com a Escola Superior de Teologia de Porto Alegre. O primeiro volume, publicado em 1987, foi construído a partir de 25 trabalhos apresentados em outubro de 1985 no Simpósio designado *A presença Italiana no Brasil* e promovido pela *Fondazione Giovanni Agnelli* juntamente com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. A idéia era que essa obra fosse publicada não somente no Brasil, como também na Itália e que os outros trabalhos que não puderam ser inseridos nesse primeiro volume serviriam como capítulos de futuros.

Nesse período existiam poucas obras de peso sobre a imigração italiana e o livro serviria principalmente na tentativa de sanar antigas lacunas, até porque os artigos contidos no mesmo tratavam mais de questões localistas do que gerais. E isso pode ser claramente percebido quando vemos que grande parte dos capítulos tratavam das questões da imigração em regiões ou cidades brasileiras específicas. Porém, o que continua visível é massiva quantidade de artigos que lidam com os italianos nas regiões sul e sudeste do Brasil, nessa última com ênfase para os Estado de São Paulo e Espírito Santo. Nos três volumes conseguimos identificar apenas dois artigos que faziam referência a imigração em cidades mineiras. *Imigrantes italianos em São João Del Rei: passeata, polícia e dispersão 1888-1889*<sup>19</sup> escrito por José da Paz Lopes faz parte do segundo volume (1990) e *Imigração e industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920)*<sup>20</sup> de Mônica Ribeiro de Oliveira esta inserido no terceiro volume (1996).

No caso de estudos referentes ao nosso Estado temos *A imigração Italiana em Minas Gerais (1896-1915)*<sup>21</sup> de Carla Maria Junho Anastasia. Embora seu texto esteja carregado de referências a Norma de Góes Monteiro, principalmente nas questões da política imigrantista

---

<sup>19</sup> LOPES, José da Paz. *Imigrantes italianos em São João Del Rei: passeata, polícia e dispersão: 1888-89*. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920)*. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol III. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

<sup>21</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915)*. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

mineira, a historiadora apresenta dados complementares referente ao número de imigrantes italianos que entraram no Estado a partir de novas fontes, como é o caso do Livro da Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora. Trouxe complemento aos estudos de Monteiro ao ponto que seu capítulo acabou sendo muito importante em nosso estudo, pois foi a partir dele que conseguimos compreender melhor a dispersão dos italianos em Belo Horizonte. Ela nos apontou, considerando os relatórios dos secretários de Agricultura, qual era o número de imigrantes italianos dispostos nos diversos núcleos coloniais. Foi a partir desses dados que conseguimos identificar onde estava o restante dos imigrantes dispersos na capital. Monteiro havia apenas trabalhado superficialmente com os núcleos coloniais existentes na capital mineira e quais eram suas principais atividades. Até pelo caráter de privilegiar o estudo da imigração em Minas e não somente de uma cidade, a historiadora não pode se atentar a detalhes da imigração especificamente em Belo Horizonte, embora saibamos que foi uma das cidades que recebeu o maior contingente de imigrantes durante o período da grande emigração.

Uma outra obra muito interessante e pouco visada por estudiosos da imigração foi concebida pelo historiador brasileiro Amado Luiz Cervo, autor de vários livros com o enfoque na política externa. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia* foi publicado no ano de 1992 contando com apoio da *Fondazione Giovanni Agnelli* e do *Instituto Italiano di Cultura*.<sup>22</sup> O autor consegue trabalhar em sua obra as relações existentes entre o Brasil e a Itália desde a unificação italiana até as últimas décadas do século XX.

Aquela paz iminente que para muitos foi única em toda relação diplomática entre os dois países cai por terra ao enxergarmos através dos estudos do historiador períodos ou casos específicos em que as estruturas se abalaram nas relações mútuas. Esses casos dizem respeito principalmente aos atritos bilaterais ocorridos em parte durante a grande emigração, sendo que na maioria das vezes os italianos pontuavam a existência de abusos contra os imigrantes recém-chegados ou mesmo com aqueles que já estavam instalados nas fazendas por todo Brasil. Esses atritos foram suficientes para que em alguns períodos a imigração fosse suspensa pelo Brasil.

Cervo conseguiu levantar em sua obra quais eram os motivos de atração dos italianos para nosso país, e, ao mesmo tempo, os motivos que os levavam a serem “expulsos” de sua “pátria mãe”. A questão da lógica da assimilação, não considerada por outros estudiosos,

---

<sup>22</sup> CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora UNB, 1992.

acaba sendo um ponto bastante focado em suas pesquisas. A idéia foi apresentar que as “pequenas brigas” existentes em momentos da história entre os dois países foram insuficientes para minar os grandes interesses da Itália em nosso país. Bem, além disso, as relações eram tão amistosas que a assimilação do italiano a nossa cultura aconteceu de maneira rápida e impressionante.

Aliado à política, as questões comerciais não foram deixadas de lado pelo historiador. Cervo acredita que o comércio bilateral acabou sendo mais lucrativo para o Brasil do que para a Itália, levando em consideração que a idéia proposta por Francesco Crispi<sup>23</sup> e depois defendida por Mussolini de se “utilizar” do imigrante como forma de venda de produtos no exterior não teve o resultado esperado. Além disso, o Brasil acabou se beneficiando com a vinda do imigrante que trouxe consigo a mão-de-obra especializada, ainda rara no mercado brasileiro.

De todas as obras analisadas anteriormente percebemos que faltava ainda um estudo mais detalhado sobre os acontecimentos e a forma de como se deu a saída dos italianos rumo ao Brasil. É nessa linha que *Homens sem Paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*, publicada em 1972<sup>24</sup> pelo economista Constantino Ianni, buscou se inserir. O trabalho antecedente, de Cenni, e os posteriores a esse livro não conseguiram determinar pontualmente o que o historiador entende pela “fabricação de emigrantes” ou a “válvula de segurança”. A emigração vista como cura da economia italiana, as formas utilizadas pelos agentes das companhias de emigração para convocar pessoas interessadas em crescer no além mar, além das longínquas viagens enfrentadas pelos italianos foram priorizadas e convincentemente analisadas nessa obra.

As duas últimas questões, principalmente, foram deixadas de lado por considerável parte dos estudiosos da imigração italiana no Brasil, que preferiram dar ênfase à chegada dos mesmos ao país sem se importarem, muitas das vezes, em trabalhar minuciosamente com a saída dos italianos para tentar uma vida melhor em outra nação. Ianni focaliza não somente essa questão mas apresenta um panorama completo de como se dava a “sedução” dos indivíduos pelas companhias de navegação e como eram as viagens e as disposições dos italianos nos navios, estes que eram na maioria das vezes destinados ao transporte de carga mais que acabavam se transformando em navios de transporte de pessoas. Amontoados e em

---

<sup>23</sup> Primeiro-ministro italiano entre os anos de 1887 a 1891 e de 1893 a 1896.

<sup>24</sup> IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1972.

péssimas condições sanitárias, não nos admira que vários imigrantes faleciam durante ou trajeto ou mesmo chegavam doentes ao Brasil.

Como levantado anteriormente, a principal contribuição da obra era de mostrar a problemática da imigração e as forças de atração e expulsão dos imigrantes. Após a unificação, a Itália enfrentou um grande problema econômico graças a uma forte pressão fiscal que fez com que a única forma de sobrevivência de boa parte da população fosse a emigração. Sendo assim, o governo italiano buscou se ver livre de parte da população, vendendo-a como verdadeira “válvula de segurança”. Ao mesmo tempo, imaginava os ganhos que poderia obter com esses indivíduos em outros países. A idéia era que essas pessoas servissem como instrumento da política exterior. A noção que se tinha era que esses italianos pudessem auxiliar na criação de um mercado paralelo entre a Itália e as outras nações.

Outra obra de fundamental importância em nossos estudos, porém, pouco conhecida é a *Associações Étnicas de Italianos: identidade e globalização* (2004)<sup>25</sup> produzida por Silvio Antonio Colognese. O sociólogo se mostra ávido a trabalhar com um conceito antes pouco discutido por pessoas da área, como é o caso da “italianidade”. Para discussão do conceito ele se vale do florescimento das experiências associativas dos italianos no Brasil apresentando detalhadamente quais eram os tipos de associações “étnicas”, as áreas básicas de atuação, o papel dessas associações e ainda as funções que elas apresentavam no contexto local e nacional. Essas questões acabaram sendo pouco abordadas pelos autores clássicos da imigração. Ele também não deixou de trabalhar com o financiamento do governo italiano, principalmente durante o período fascista, a algumas associações ou sociedades existentes no Brasil.

Após um balanço geral, Colognese atenta para as associações étnicas existentes no Estado do Paraná. Porém, sua explanação inicial está voltada para uma análise totalizante desses meios de divulgação da identidade italiana. No que tange à origem das associações italianas no Brasil, ele se vale, assim como todos os outros historiadores, das abordagens de Franco Cenni. Inova, porém, ao nos mostrar que após o fechamento e desaparecimento desses meios durante a segunda guerra mundial, as associações voltam a se redefinir anos depois, contudo, acumulando características distintas.

Por fim, *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*, publicada em 2006<sup>26</sup>, pela socióloga Lúcia Lippi Oliveira faz um panorama sobre as relações entre a

---

<sup>25</sup> COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

população brasileira e os diversos imigrantes que aqui se estabeleceram. Primeiramente Oliveira inicia sua obra tratando e repetindo o que os pesquisadores já vinham analisando a respeito da expulsão dos imigrantes de sua nação de origem concomitantemente à ocorrência e construção do ideário de branqueamento no Brasil. Com isso, ela parte para o processo de chegada dos imigrantes, focando também nos italianos e mostrando como foi a recepção do brasileiro a eles.

O imigrante vindo para substituir a mão-de-obra escrava acabou sendo visto muitas vezes como inferior, principalmente no início da imigração. Contudo, a ótima relação construída entre as duas nações e os dois povos fez com que esses pequenos focos de tensão fossem apagados. A socióloga atenta para a questão de que muitos imigrantes só se tornaram “italianos” no exterior. A tardia unificação e a tão logo emigração fez com que estes só descobrissem o que é ser italiano fora do país, a partir da reconstrução do discurso da “italianidade”. Porém, ela não nega que o processo de assimilação tenha se dado de maneira natural, rápida e massiva. Seu trabalho acaba complementando antigas lacunas que foram sendo deixadas em aberto pela historiografia da imigração italiana no Brasil.

---

## CAPÍTULO 2 – UNIFICAÇÃO, EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO ITALIANA

### 2.1 - A unificação da Itália

Com o advento da Revolução Francesa, a ordem regente foi sendo substituída aos poucos por novas posições ideológicas e, a Europa passou por um grande período de guerras, mudanças e modificações no seu quadro geográfico. A idéia de nação, que surgiu no período da Revolução Francesa, se entrelaçou juntamente à noção de Estado, forjando assim o nacionalismo de base étnico-lingüística.

O nacionalismo se engendrou na mentalidade européia a partir da segunda metade do século XIX, e foi através dele, suscitado em grande dose por movimentos nacionalistas, que surgiram diversos países ao redor do mundo, assim como o nosso caso específico: a Itália. Juntamente ao nacionalismo está presente a idéia de alteridade ou diferença em relação à outra nacionalidade. É essa noção de alteridade que faz com que as nações busquem afirmar sua superioridade face às outras, utilizando a dominação para findar seus objetivos, que na maioria das vezes são econômicos. Os reinos italianos foram dos muitos que provaram o gosto das dominações por várias décadas.

Em fins da Revolução Francesa, precisamente nos anos de 1796 e 1797, Napoleão Bonaparte levou seu exército para o Norte da península itálica e após várias batalhas e vitórias, além da expulsão dos austríacos, os franceses instituíram a República Cisalpina. Esse novo Estado criado em 1797, com a capital em Milão, foi aumentando ao torno que as tropas de Napoleão conseguiam novas vitórias. Áreas como Piemonte e Gênova (mais próximas da França), além dos Estados papais e da Toscana (áreas estratégicas), foram anexadas sendo comandadas diretamente de Paris.<sup>27</sup> O Estado ainda teve seu nome alterado duas vezes durante o domínio Francês ficando conhecido por: República Italiana (1802-1805) e Reino de Itália (1805-1814). No sul da Itália foi criada pelos franceses a República Partenopéia, ou República Napolitana, sendo este um Estado que perdurou alguns meses do ano de 1799 até a retomada do poder pelos Bourbons.

Após várias derrotas das tropas napoleônicas, em 1814 foi criada uma conferência entre embaixadores de grandes potências européias que ficou conhecida como Congresso de Viena, onde o objetivo principal foi redesenhar o mapa político da Europa, buscando a

---

<sup>27</sup> BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 46.

retomada de antigos territórios dominados pela França. Como boa parte península itálica era dominada pela França, o mapa da região teve de ser remodelado. Assim sendo, grande parte dos novos reinos criados ficaram sob a tutela do Império Austríaco e da Igreja Católica. Já que San Marino foi reconhecida como Estado Independente pelo Congresso de Viena, o restante da península itálica ficou dividido da seguinte forma: os Reinos de Parma, Toscana e Módena passaram a ser governados pela dinastia dos Habsburgo, o Reino das Duas-Sicílias ficou a cargo da dinastia dos Bourbon que também governaram a França entre 1815 e 1830, o Reino da Lombardia-Venécia ficou sob o domínio austríaco, os Estados Papais (que compreendia quatro províncias: Emília Romanha, Roma, Úmbria e Marcas) sobre a tutela da Igreja Católica Romana e o Reino do Piemonte-Sardenha foi o único governado por italianos pertencentes à dinastia de Savóia.

Durante alguns anos após a divisão da expressão geográfica conhecida como Itália, começaram a surgir nos reinos várias sociedades secretas que buscavam através de pequenos levantes deporem os governantes de suas respectivas regiões. Interessante notar que alguns autores, como o próprio John Gooch, acabam utilizando o termo revoluções para designar essas pequenas revoltas organizadas pelos ditos “revolucionários”, sendo que o caráter de revolução ultrapassa qualquer limite proposto nessas ações. A fragilidade e desorganização dos levantes, além de uma ação incisiva do Império Austríaco, são fundamentais para que os processos de “libertação” dos Reinos não atinjam os devidos objetivos. Lembremos que o sentimento nacionalista ainda não tinha sido introjetado nesse momento pós-divisão. Os subvertedores não tinham também conseguido o apoio da população para os levantes e esse foi também um ponto crucial para o seu fracasso.<sup>28</sup> Não nos cabe aqui delinear todas essas primeiras revoltas, mas contemplarmos apenas as cruciais para unificação do país e trabalhar com os principais articuladores do processo: Giuseppe Mazzini (1805-1872), Giuseppe Garibaldi (1807-1882) e Camillo Benson, mais conhecido por Conde de Cavour (1810-1861).

Nascido em Gênova, Mazzini foi um dos mais importantes homens a defender a idéia de uma Itália unificada e republicana. Em 1827 se associou aos *carbonari*, um grupo secreto socialista no Reino das Duas-Sicílias que lutava contra a dominação dos Bourbon. Porém, logo se desiluiu por este grupo não ter uma proposta concreta. Anos depois, desenvolveu seus principais objetivos que se pautavam na libertação da Itália do domínio austríaco e da autoridade clerical. Ao mesmo tempo, era contra o socialismo e defendia a propriedade privada. Preso em 1830 e exilado na França no ano seguinte, desenvolveu novas idéias

---

<sup>28</sup> GOOCH, John. *A unificação da Itália*. São Paulo: Princípios, 1986, p. 16-24 *passim*.

fundando assim, em 1832, o grupo conhecido como *Giovane Itália* (Jovem Itália) que tinha como cerne a busca pela libertação e unificação do país. Após a unificação, este deveria ser regido por uma república, pois Mazzini imaginava que a república seria a única forma de garantir uma igualdade para todos.<sup>29</sup> É importante se colocar que o *Giovane Itália* foi o primeiro grupo surgido na Itália<sup>30</sup> com um caráter totalmente voltado ao nacionalismo e não apenas a um “patriotismo localista”.

Garibaldi nasceu em Nice, hoje cidade pertencente à França<sup>31</sup>, e lutou não só pela unificação da Itália, mas também em outros países como o Brasil, onde se associou aos ideais da Revolução Farroupilha. Quando do seu retorno à Itália em 1848, se infiltrou nas lutas contra a Áustria. Era adepto da república e da participação popular para o surgimento de uma nova nação, acreditando que o Sul deveria fazer parte desta. Após o seu segundo exílio em 1849, depois de batalhar contra os austríacos, voltou à Itália em 1854 para ser um dos líderes da unificação.

Conde de Cavour nasceu em Turim e foi um grande financista e industrial<sup>32</sup>. Ficou conhecido, principalmente, como o grande articulador da unificação da Itália. Fundou em 1847 um jornal intitulado *Il Risorgimento* (O Ressurgimento), onde pregava suas idéias nacionalistas, liberais e progressistas. Graças ao grande apoio que obteve da Casa de Savóia, se tornou, em 1850, ministro da agricultura e dois anos depois se tornou primeiro-ministro do Reino do Piemonte-Sardenha. Como grande defensor dos princípios liberais, buscou modernizar a economia e a sociedade, além de instituir uma constituição e promover os valores burgueses. Seu grande objetivo era unificar a Itália em torno da família Savóia, ou seja, tornando o novo país um prolongamento do Piemonte.<sup>33</sup> Como já foi colocado anteriormente, o Reino do Piemonte-Sardenha era o único sob o domínio dos italianos e Cavour concordava que nada mais justo que o único Reino “livre” promovesse a unificação de cima para baixo. O Conde achava que a participação popular no processo poderia atrapalhar toda sua realização. Era bem visível que Cavour pretendia após a formação da nação instituir uma monarquia liberal, idéia que acabou se concretizando. Não foi por ingenuidade que ele se aproximou de outros países que viam o rápido crescimento do Império

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 18-19 *passim*.

<sup>30</sup> Colocaremos várias vezes Itália nessa discussão sabendo que o país apenas se tornou um Estado-nação em 1861. É importante delimitar que essa expressão geográfica que estamos trabalhando já era conhecida como Itália.

<sup>31</sup> Nice, após o Congresso de Viena, foi “inserida” no território italiano.

<sup>32</sup> O Norte da Itália, mesmo antes da unificação e pela aproximação de outros importantes países europeus, já contemplava uma bastante tímida industrialização. O surto industrial no país só vai ser concebido no início do século XX.

<sup>33</sup> BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 51.

Austríaco como algo maléfico para a Europa em geral. Sem dúvida, suas articulações foram altamente cruciais para formação da Itália.

Em 1848, várias revoltas eclodiram por todo continente Europeu e na Itália não foi diferente. Nos anos seguintes, os italianos já vinham arquitetando novas formas para se livrar do domínio austríaco e dos Bourbon, aproveitando que a Áustria estava sofrendo com grandes disputas internas. Para João Fábio Bertonha, essas novas revoltas são pautadas pelo nacionalismo agregado ao conceito de cidadania, e, no caso italiano, foram às novas classes sociais em expansão (liberais, burgueses, intelectuais e trabalhadores pobres) que organizaram as insurreições nos reinos. Foi no início de 1848 que os italianos da Lombardia-Venécia se revoltaram, e com o apoio das tropas piemontesas enviadas pelo então rei Carlos Alberto, travaram várias batalhas contra os austríacos. Porém, mesmo com a ajuda das tropas piemontesas os italianos não suportaram o poderio austríaco que acabou restabelecendo a ordem nas províncias rebeladas.<sup>34</sup> Após a derrota, Carlos Alberto foi obrigado a abdicar do trono e entregá-lo a seu filho Vittorio Emanuele II (Vitor Emanuel II). Cresciam, a partir desse momento, as raízes do *Risorgimento* italiano (processo de unificação da Itália), direcionado na maioria das vezes pelo Reino do Piemonte-Sardenha (formado em 1847). Essa revolta<sup>35</sup> acabou demonstrando que, mesmo maquiado, o sentimento nacionalista já vinha sendo construído, como podemos ver no auxílio prestado de um Reino para com o outro (do Reino do Piemonte-Sardenha, único comandado por italianos, para com o Reino da Lombardia-Venécia, dominada pelos austríacos). A partir disso, as lutas em busca da unificação ganhavam novos contornos, porém, para que a Itália conseguisse a sua unificação seria mister que o comprometimento e o sentimento dos italianos fossem geral, ou seja, que deixassem de lado, até certo ponto, o “regionalismo” e se lançassem numa luta maior.

Cavour, após se tornar primeiro-ministro do Reino do Piemonte em 1852, iniciou sua política de se aliar a outros países europeus enxergando essa como única forma da Itália se tornar uma nação unificada, já que seria impossível vencer as tropas austríacas sem a ajuda externa. Embora o Piemonte estivesse passando por um leve processo de industrialização e modernização da política, ele não seria capaz de empreender o processo de unificação sozinho. Foi baseado nessa linha de raciocínio e buscando conquistar mais respeito entre as nações européias que Cavour decidiu que o Reino do Piemonte-Sardenha entraria na Guerra

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 48-49 *passim*.

<sup>35</sup> No mesmo ano de 1848 ocorreram várias tentativas de insurreições por toda Itália, porém, preferimos trabalhar com a única norteada pelos vínculos nacionalistas e unificadores.

da Criméia<sup>36</sup> (1854-1856) lutando ao lado de França, Inglaterra e o Império Turco-Otomano contra a Rússia. Após a vitória contra os russos, Napoleão III passou a auxiliar o reino do Piemonte-Sardenha nas investidas contra os austríacos.

Em 1859, Cavour e o imperador Napoleão III aliaram-se na guerra contra o Império Austríaco, sendo que firmaram um acordo onde caso a vitória acontecesse o Piemonte cederia os condados de Savóia e Nice a França e receberiam o Reino da Lombardia-Venécia, que estava sobre o domínio austríaco. Após o início da guerra os sardo-piemonteses, com o auxílio de Garibaldi, obtiveram vitórias na Lombardia. Contudo, a França, temendo uma mobilização da Prússia e dos católicos franceses, assinou um tratado de paz com o Império Austríaco. Cavour foi traído, pois, a França recebeu o combinado (os condados de Savóia e Nice), porém, conservou Venécia deixando-a sob o domínio austríaco.

As campanhas militares no Norte da Itália ascenderam novas revoltas no Sul e Giuseppe Garibaldi, em 1860, se voltou para a região com o intuito de libertá-la. Com o consentimento de Cavour e com a ajuda de seu exército, conhecido por “camisas vermelhas”, ele conseguiu expulsar os Bourbon e “entregar” o Reino das Duas-Sícílias a unificação.<sup>37</sup> Nesse mesmo ano, os governantes dos Reinos de Parma, Módena e Toscana fugiram após várias revoltas. Com um plebiscito popular esses reinos se fundiram ao Reino do Piemonte-Sardenha. As tropas piemontesas ainda invadiram os Estados Papais, porém, Napoleão III enviou seus homens para que a região não fosse dominada pelos italianos. Sendo assim, para evitar um conflito com os franceses, Vítor Emanuel II decidiu não atacar, por enquanto, os Estados Papais.

Giuseppe Garibaldi não concordava que a unificação fosse feita de cima para baixo e não aceitava que pudesse haver um Estado-líder que comandasse a nação, pois, acreditava que a Itália deveria ser unificada por todos italianos. Em contrapartida, Cavour já imprimia a sua idéia de que a Itália seria o Piemonte somado aos demais Estados, pois como o Piemonte teria uma participação especial no processo de unificação, ele também deveria ser o centro político do país. Cavour acabou conseguindo que a sua concepção fosse aplicada ao termino da unificação.

Após o congresso de Turim (1861) com representantes de toda Itália, no dia 17 de março foi oficialmente firmada a existência da nação italiana (com a capital em Florença) e, Vítor Emanuel II, foi proclamado o rei da nova nação. Muitos autores atribuem essa data à unificação oficial da Itália. Porém, é bom que não nos esqueçamos que ainda existiam dois

---

<sup>36</sup> Guerra criada para frear a expansão do Império Russo.

<sup>37</sup> GOOCH, John. *A unificação da Itália*. São Paulo: Princípios, 1986, p. 53-56 *passim*.

territórios, os Estados Papais e Venécia (Veneza), sob o domínio “externo”. A morte de Cavour, em 1861, e sua substituição por Benito Ricassoli, fizeram com que Vítor Emanuel II passasse a exercer mais influência no governo. Não esqueçamos que a monarquia criada era liberal, ou seja, as ações do rei eram todas vigiadas pelo parlamento.

Foi em 1866 que Garibaldi, apoiado<sup>38</sup> por Vítor Emanuel II, comandou tropas em busca da libertação da região de Veneza<sup>39</sup>. A idéia foi se aliar a Prússia na guerra contra o Império Austríaco<sup>40</sup>, e, após a vitória, conseguir tomar de volta Veneza dos austríacos. Com a vitória dos exércitos prussianos e italianos na região, e depois de um plebiscito, Veneza voltou a ser novamente um território da Itália, faltavam agora somente os Estados papais.

Em 1867, Garibaldi tentou atacar os Estados Papais sem sucesso, já que as tropas napoleônicas se faziam fortemente presente neste território. Napoleão III fez de tudo para que essa região não fosse dominada de forma alguma, nem por italianos, nem por qualquer nação.<sup>41</sup> Vítor Emanuel II tentou negociar com o Papa, oferecendo a ele indenizações para que os Estados Papais fossem incorporados ao novo território italiano, sem sucesso. Roma foi durante grande período da história capital da Itália e era uma questão de honra que se torna-se a capital da nova nação. Foi só em 1870, durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) que os italianos conseguiram tomar os Estados Papais, se aproveitando das derrotas francesas na guerra, e instituindo Roma como a “nova” capital da Itália. Em 1871, Vítor Emanuel II tentou oferecer ao Papa leis de garantia, entretanto, Pio IX colocou-se como prisioneiro no Vaticano recusando qualquer tipo de conciliação. Essa que só viria após o Tratado de Latrão (1929), concebido entre Mussolini e o Papa Pio XI, criando assim o Estado do Vaticano. Com a integração de Roma, a Itália estava unificada politicamente e o *Risorgimento* havia se completado. O escritor e político italiano Massimo D’Azeglio elucida o acontecimento afirmando que “a Itália está feita, restando fazer os italianos”.<sup>42</sup>

A Itália acabava de se constituir como uma nova nação, talvez essa fosse a única coisa para os italianos se alegrarem naquele momento, pois o quadro geral da país mostrava que não havia nada do que se comemorar. Além da discrepante divisão interna (que vai perdurar por muitos anos, dificultando assim na formação da consciência italiana), da não aceitação de muitos países com relação à formação dessa nova nação e de vários problemas políticos, o

<sup>38</sup> O interessante é que Vítor Emanuel II mantinha uma relação dual com Garibaldi, ora queria destruir os garibaldistas, ora dava plenas condições a ele de se rebelar.

<sup>39</sup> Hoje em dia conhecida como região do Vêneto na Itália.

<sup>40</sup> Ficou conhecida como Guerra Austro-prussiana ou Guerra das Sete Semanas.

<sup>41</sup> GOOCH, John. *A unificação da Itália*. São Paulo: Princípios, 1986, p. 61 *passim*.

<sup>42</sup> D’Azeglio *Apud* BEDANI, Gino; HADDOCK, Bruce (orgs.). *The politics of Italian National Identity: a multidisciplinary perspective*. Cardiff: University of Wales Press, 2000, p. 3. Tradução nossa. *l’Italia è fatta, restano a fare gli italiani*.

maior problema era, sem dúvida alguma, sua economia. Um país pobre e recém-unificado, onde apenas algumas regiões do Norte viviam com médio nível de prosperidade, deveria buscar no primeiro momento propor soluções para amenizar o quadro econômico e o pauperismo.

No momento, como o maior problema para a Itália era o das suas finanças, Amado Luiz Cervo aponta que os italianos buscaram recursos externos na tentativa de equilibrar a economia e promover o desenvolvimento, algo que só acontecerá em 1876, quando o orçamento italiano passará a ser não mais deficitário.<sup>43</sup> Foi após a unificação da Itália que o governo, contando com uma grande ajuda externa, conseguiu iniciar o processo de industrialização no país. A Itália como novo país, deveria expandir rapidamente sua economia e “guerrear” com os outros países europeus na busca de se firmar e ser reconhecida nos vários continentes. O Estado apoiou totalmente a industrialização<sup>44</sup>, porém, e, como já foi dito anteriormente, os empresários tiveram que recorrer aos investimentos externos e captá-los devido à escassez de recursos na Itália. Não é para se ter dúvida que a industrialização trouxe muitos benefícios, porém, fez com que o pauperismo atingisse níveis extremos.

O rápido crescimento da indústria e a mecanização de novas e antigas propriedades agrícolas propiciaram a ruína de muitos artesões e agricultores. Juntamente ao grande crescimento populacional que o país vivia no período e a opressão fiscal (que fez muitos italianos contraírem dívidas para pagar os altíssimos impostos determinados pelo governo italiano). Era impossível que o país conseguisse colocar a grande maioria da população para trabalharem nas fábricas. Lançados a própria sorte, muitos não viam alternativa para sobreviver que não fosse à emigração.

## 2.2 - A “grande emigração italiana”

O movimento conhecido como a “grande emigração italiana” iniciou-se justamente poucos anos após a unificação da Itália, sendo o Brasil um dos principais roteiros escolhidos pelos italianos. Porém, a emigração italiana para o Brasil, naquele momento, não era algo totalmente novo. Um número bem limitado, abarcando principalmente pessoas da alta sociedade, já vinha deixando suas regiões e se mudando para o Brasil desde meados do século XVII, mas foi principalmente no início do século XIX que os italianos passaram a escolher

---

<sup>43</sup> CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora UNB, 1992, p. 10.

<sup>44</sup> A indústria nacional foi voltada no primeiro momento para: metalurgia, área têxtil e de equipamentos ferroviários.

assiduamente o Brasil como um novo país para se viver. Buscando reconstruir este quadro, Angelo Trento afirma que nos primeiros 20 anos do século XIX, no Rio de Janeiro, encontrava-se um modesto núcleo de italianos que viviam do trabalho manual (sapateiros, vendedores ambulantes, alfaiates, etc.), do comércio, e, também, alguns outros que exerciam profissões liberais (músicos, médicos, etc.).<sup>45</sup> De 1820 até 1870, período de unificação da Itália, o fluxo de imigrantes no Brasil aumenta consideravelmente. Muitos italianos saem de suas regiões, que no momento estavam sobre o domínio estrangeiro, e buscam se refugiar aqui.

Foi somente em fins de 1870 que a emigração italiana assumiria novas dimensões e a Itália “receberia” realmente o título de país de emigrantes. É crucial que antes de qualquer análise superficial, busquemos compreender o que ocorria tanto no cenário italiano como brasileiro naquele momento, para entender o porquê o Brasil começará a receber uma leva tão grande de italianos em fins do século XIX e início do XX. Emílio Franzina concorda que a emigração deve ser encarada pela sua duplicidade, visto que há uma área de partida e outra de destino. São os estímulos “expulsores” agregado aos estímulos “atrativos” que faz com que a emigração se consolide.<sup>46</sup>

No caso italiano, e como já foi dito anteriormente, a fuga dos italianos de seu país se deveu em grande parte à industrialização que arruinou e deixou a maior parte da população sem alternativa para própria sobrevivência,<sup>47</sup> mesmo em zonas mais desenvolvidas como o Norte do país. Além disso, a grande fuga foi auxiliada principalmente pelo governo italiano que, não vendo alternativa e meio de inserir o povo na industrialização do país, promove o processo de “expulsão” dos italianos para que a economia crescesse gradualmente. Isso nos mostra que a fabricação da emigração, na idéia do governo italiano, seria a única forma de cura para o país recém criado, cura não só econômica como também política e social. Aliado a isso, os emigrantes no exterior formariam o que muitos historiadores designam como “colônias” e futuramente o governo italiano poderia se utilizar dessas para expandir o seu mercado ao redor do mundo. Para Constantino Ianni, os emigrados nada mais eram que “pedrinhas inanimadas” no tabuleiro do jogo diplomático e serviriam como propagandistas dos produtos italianos nos países para o qual emigrassem, alimentando assim a renda da Itália e fazendo a economia crescer. Essa “válvula de segurança” utilizada pelo governo italiano foi

---

<sup>45</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 16.

<sup>46</sup> FRANZINA, Emílio. *A grande emigração: O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006, p. 33-34 *passim*.

<sup>47</sup> Em pequena escala, há alguns que saiam do país por serem perseguidos políticos e outros que fugiam do serviço militar.

também eficaz para preservar a ordem social<sup>48</sup>. Os emigrados, quando tivessem obtido lucros no país escolhido, enviariam dinheiro para suas famílias na Itália, e isso auxiliaria ainda mais o mercado interno. Devemos lembrar que a “válvula de segurança” foi bem sucedida até certo ponto, pois, não podemos nos esquecer de que nos primeiros anos da emigração o número de retornos foi bastante considerável.

A “grande emigração” não foi um acontecimento espontâneo, podendo ser encarada mais como uma alternativa. Os italianos foram

submetidos a um regime fundiário que excluía a maioria deles do acesso à terra, diante da superpopulação, das freqüentes epidemias, das guerras, do serviço militar obrigatório de três anos imposto aos jovens, da baixa fertilidade natural dos solos e dos impostos crescentes, para muitos camponeses a emigração foi uma imposição sem outra alternativa.<sup>49</sup>

Criou-se sempre a visão de que o italiano emigrava juntamente com sua família. É bem verdade que para muitas regiões, e dependendo do período isso ocorreu, porém, há de se colocar que uma parte considerável dos que emigravam, principalmente no início do século XX, eram de homens solteiros que saíam da Itália para acumular dinheiro e retornar ao país. A emigração familiar ocorria geralmente quando era economicamente possível e futuramente rentável, fora isso, eram raras famílias inteiras que se aventuravam por terras desconhecidas. No caso de Minas Gerais, foi somente após 1905 que o perfil dos imigrantes italianos que vinham para as colônias rurais e urbanas foi se modificando. Entre 1905 e 1916 houve um incremento considerável de elementos do sexo masculino, alfabetizado e solteiros.<sup>50</sup>

E porque então o Brasil seria um bom país para se emigrar? O que os atraía para cá? Desde a independência do Brasil, em 1822, a Inglaterra já vinha exigindo que o governo brasileiro acabasse com o tráfico negreiro. Com a promulgação de uma lei em 1831, que declarava livres os africanos que desembarcassem nos portos brasileiros após aquele ano, esperava-se que o tráfico chegasse ao fim, porém essa lei nunca foi respeitada no país. Foi só com a aprovação da lei Bill Aberdeen (1845), onde os ingleses passavam a reprimir o tráfico internacional de escravos, que o Brasil aprovou a Lei Eusébio de Queirós (1850), extinguindo assim o tráfico negreiro para o Brasil. Com a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871) que garantia a liberdade aos filhos nascidos de mães escravas quando alcançavam a maioridade, e a já dada extinção do tráfico negreiro, o fim da escravidão no Brasil seria apenas uma questão

<sup>48</sup> IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1972, p. 29-83 *passim*.

<sup>49</sup> COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004, p. 17.

<sup>50</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 225.

de tempo. Sua conclusão ocorreu somente com a assinatura da Lei Áurea (1888). Como os fazendeiros no Brasil vinham premeditando o fim da escravidão, trataram logo de buscar alternativas para substituir essa mão-de-obra por uma que fosse também conhecedora do trabalho no campo. É claro que no início, a utilização do trabalho livre dos imigrantes não foi um sucesso. Foi somente com a mudança da mentalidade dos fazendeiros<sup>51</sup> que o trabalho livre dos imigrantes se consolidou como a alternativa mais eficiente e segura. Não podemos nos esquecer que nos últimos anos de escravidão no Brasil vinha sendo discutido o ideário de branqueamento da população.

Propunha-se a vinda de imigrantes europeus, principalmente os que tivessem traços culturais próximos dos nossos e pudessem ser assimilados com maior facilidade, na tentativa de branquear o brasileiro e “civilizar” o país, reformando assim a moral da sociedade. A sociedade brasileira era vista como atrasada e doente por conceber grande contingente de raças tidas como inferiores e de possuir uma imensa população miscigenada. A teoria do branqueamento apontava que em três ou quatro gerações, após a entrada de imigrantes brancos e a nova miscigenação, a população acabaria sendo predominantemente branca. Lúcia Lippi de Oliveira acredita que o imigrante, chegando aqui para substituir o negro, era colocado pela sociedade como qualitativamente “superior” ainda que pertencendo às camadas mais baixas da sociedade de origem. O imigrante já conhecia essa condição de subalterno antes mesmo de emigrar e independentemente do brasileiro vê-lo como “superior”, o rebaixava muita das vezes pelo tipo de trabalho que realizava.<sup>52</sup> Além disso, existia o racismo europeu que muitos brasileiros partilhavam, rotulando assim o italiano como: analfabeto, pobre e pouco higiênico.

Foi a proximidade da língua, dos costumes e da religião que fez com que os italianos se tornassem mais assimiláveis do que os imigrantes de outros países. Além disso, foram os que mais se adaptaram às condições do Brasil. Além de trabalharem nas lavouras de café, principalmente no Estado de São Paulo, eles também foram utilizados como elemento colonizador (como foi o caso de alguns italianos em Minas Gerais, e, principalmente, na região sul do Brasil). A idéia do governo brasileiro era fazer com que os vazios demográficos fossem preenchidos, e, claro, lucrar com o processo de venda das terras.<sup>53</sup> O Brasil, buscando os emigrantes italianos, encontrava, ao mesmo tempo, um novo mercado para seus produtos.

---

<sup>51</sup> Muitos fazendeiros ainda tratavam os imigrantes como se fossem escravos.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 35 e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 8.

<sup>53</sup> Isso porque, desde a criação da Lei de Terras (1850), elas não poderiam ser mais doadas ao imigrante ou ao elemento nacional. Somente poderiam ser adquiridas através de compra.

Foi através do processo de emigração que as raízes comerciais entre Itália e Brasil foram se desenvolvendo e fortalecendo.

A demanda global por mão-de-obra nos séculos XIX e XX, a qual os italianos responderam prontamente, foi impulsionada não só pelo fim da escravidão nas antigas colônias Européias, como foi o caso do Brasil, mas também pela grande difusão da sociedade industrial pelo mundo e a constituição no continente americano de Estados independentes. O primeiro caso abriu um vasto campo de trabalho na agricultura. O segundo gerou muitos empregos nos serviços urbanos, e, principalmente, na construção civil e nas indústrias. Por fim, o terceiro auxiliou na construção de novos Estados nacionais que viam a imigração européia como símbolo do progresso e uma forma de civilizar a sua sociedade. Outro fator que fez os italianos se dispersarem pelo mundo foi a existência de várias redes de emigração tanto locais como regionais, fazendo com que os destinos fossem dos mais diversos.<sup>54</sup>

Bertonha delimita, em quatro fases, o período conhecido como a “grande emigração italiana”.<sup>55</sup> Na primeira fase (1870-1900), que teve seu início após a unificação da Itália, por volta de cinco milhões de italianos, principalmente do norte (piemonteses, vênnetos e lombardos), deixaram o país. A segunda fase (1900-1915), mais de oito milhões de italianos deixam sua pátria, piemonteses e vênnetos ainda se inserem no processo de emigração, só que, por outro lado, a primazia nessa fase foi dos meridionais (calabreses, napolitanos e sicilianos) (Anexo A)<sup>56</sup>. De 1920 a 1940 são mais três milhões de emigrantes (Anexo B)<sup>57</sup>, número superado apenas alguns anos depois entre 1950 e 1970, onde mais de sete milhões deixam a sua pátria.<sup>58</sup>

Antes de uma análise mais detalhada a respeito da “grande emigração italiana” e, principalmente, da imigração no Brasil, é importante alertarmos que embora essa emigração tenha atingido números bastante consideráveis, há de se frisar o alto índice de retorno por parte dos emigrantes. A noção de emigração para o italiano vinha anexada à idéia de retorno, pois, o emigrante pensava apenas no exterior como forma de crescimento econômico. Ianni nos apresenta essa própria situação através das palavras de um cônsul italiano no Rio de Janeiro, em 1872, onde em um relatório enviado ao Ministro do Exterior em Roma ele afirma categoricamente que “a tendência geral dos italianos que emigram para o Brasil não é de

---

<sup>54</sup> BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 85-87 *passim*.

<sup>55</sup> De acordo com Ianni, de 1869 a 1962, partiram da Itália vinte quatro milhões de emigrantes. IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1972, p. 93.

<sup>56</sup> Emigração italiana para o Brasil segundo as regiões de procedência (1897/1920).

<sup>57</sup> Emigração italiana para o Brasil segundo as regiões de procedência (1921/1937).

<sup>58</sup> BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 88.

permanecer, mas antes de regressar a pátria depois de uma campanha de três ou seis anos, para reunir a soma que calcularam levar as suas famílias na Itália.”<sup>59</sup> Em muitos casos, os italianos retornavam à sua pátria com as mãos vazias após terem tido várias decepções no exterior.

Buscando entender alguns dos números citados anteriormente, compreendemos que a primeira e segunda fase tenham sido o ápice do que designamos como a “grande emigração italiana”. No que concerne à terceira fase, a queda da emigração se deveu a diminuição das oportunidades na América e o aumento na fiscalização das leis que a controlavam. No Brasil, em 1915 se deu a suspensão do serviço de imigração, pois, com a guerra, a possibilidade de trazer o imigrante seria praticamente nula. Assim sendo, o governo brasileiro passou a adotar medidas que favorecessem o elemento nacional e a valorização da indústria interna, buscando importar menos e produzir mais. Em 1929, com a crise mundial e seu reflexo para crise do café no Brasil, a emigração continua no processo de queda. Muitos países criam novas leis para frear o processo de imigração. O período varguista também foi decisivo na diminuição da imigração para o país, pois foi através da política nacionalista de Getúlio Vargas que o Brasil regulamentou incisivamente a entrada de imigrantes no país, e os que aqui já estavam acabaram sendo nacionalizados. Nas constituições<sup>60</sup> de 1934 e 1937 já apareciam várias restrições em relação a imigração e aos imigrantes aqui residentes. No que diz respeito à quarta fase da emigração, embora o número de emigrantes ainda fosse consideravelmente alto, o país começou a viver um processo novo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e uma posterior onda de crescimento econômico, a Itália abriu-se para a imigração, “perdendo” assim seu título de país de emigrantes e se tornando mais um no meio de tantos países de imigrantes.

A legislação existente sobre emigração após a unificação da Itália era praticamente nula. O Estado tinha uma atitude de indiferença total para aqueles que desejavam emigrar. Ocorreram grandes debates no país para se chegar a uma conclusão se a emigração seria ou não algo benéfico. Esses debates atravessaram as décadas de 1870 e 1880, onde só assim foi se percebendo que seria impossível frear o movimento emigratório, pois ele havia atingido um nível “catastrófico”. Além disso, havia-se constatado que a emigração seria benéfica para a

---

<sup>59</sup> IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1972, p. 101.

<sup>60</sup> No Artigo nº 121, da constituição de 1934, está firmado no parágrafo VI que “a entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integridade étnica, capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais, fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos” CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 401.

Itália em vários sentidos (delineados anteriormente). Foi somente após essas constatações que se chegou a um acordo para que houvesse leis de tutela para os emigrantes. A emigração continuava sendo livre, porém, para sair do país os emigrantes passavam antes por um processo. Essas primeiras leis foram estipuladas durante o governo do primeiro ministro Francesco Crispi (1887-1891), um político famoso por ter sido o primeiro, após a unificação da Itália, a se “importar” com os italianos no exterior. Sua política voltou-se para “apresentação” da Itália ao mundo, buscando vincular às “colônias” no exterior com o país e promulgar o sentimento de “italianidade” através da divulgação da língua, da criação de escolas, de associações<sup>61</sup>. Nesse período a Itália ainda não havia construído sua identidade nacional e a maioria do povo se sentia mais pertencente a uma região do que a um país. Outro fator importante foi a sua busca incessante por dificultar as naturalizações (assimilações) no exterior, fato difícil de consumir pelo forte regionalismo ainda carregado pelo imigrante. Crispi foi importante na medida em que auxiliou, até certo ponto, no longo processo de formação da identidade nacional italiana. De acordo com Cervo, Crispi acreditava que a emigração era um mal para o país, sendo reflexo da miséria, dos salários baixos, do desemprego, excesso de mão-de-obra, etc. Porém, via nela a única forma de “banir” os vários problemas da Itália e conseguir expandir a política externa.<sup>62</sup> Dava-se então, com a criação da lei de 30 de dezembro de 1888 (regulamentada em 10 de janeiro de 1889)<sup>63</sup>, a formação de uma política emigratória mais humana que era regida, antes de tudo, por um serviço criado exclusivamente para emigração.

Em 1871, se deu a fundação da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração para a Província de São Paulo. Com a fundação dessa associação deu-se a criação de leis voltadas ao auxílio para fazendeiros que inserissem imigrantes em suas terras. Eram nestas determinadas que o pagamento das passagens e outros gastos na chegada dos colonos ficariam a cargo do governo provincial. Em 1886, a província de São Paulo ainda criou a Sociedade Promotora de Imigração, que era voltada aos interesses agrários e aos da inserção dos imigrantes nas fazendas. Para auxiliar no processo de recebimento e envio dos imigrantes<sup>64</sup> para as fazendas ou núcleos coloniais, foi fundada, em 1885, uma hospedaria em São Paulo. Foram criadas várias delas no Brasil, sempre com as mesmas características e problemáticas.

---

<sup>61</sup> Foi em 1889, durante seu governo, que se criou uma das mais conhecidas associações italianas no exterior: a *Dante Alighieri*.

<sup>62</sup> Política externa que mascarava a idéia de uma futura dominação territorial.

<sup>63</sup> CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora UNB, 1992, p. 12-64 *passim*.

<sup>64</sup> Vários grupos eram designados na Itália para servir em determinadas fazendas no Brasil, porém, outros eram enviados até nosso país e tinham que aguardar nas hospedarias até serem convocados por pessoas que tivessem interesse em seus serviços.

Trento coloca que, após a chegada dos imigrantes no Brasil, eles eram alojados gratuitamente por alguns dias nas hospedarias, entretanto, em anos de grande afluência imigratória e na impossibilidade de conseguirem emprego imediatamente muitos imigrantes foram obrigados a vagabundar pelas cidades, ou então, a amontoar-se nos dormitórios das hospedarias. A de São Paulo ficou conhecida como “o grande matadouro de emigrantes” e foi descrita por um jornal de língua italiana que circulava na capital em 1893, *Il Ficcanso*, da seguinte forma: “A higiene, a moral, a alimentação, os tratamentos, são coisas de dar horror, no verdadeiro sentido da palavra”.<sup>65</sup> Das hospedarias os imigrantes iam para as zonas de destino. Caso escolhessem ir para núcleos coloniais o governo providenciava a viagem até o local, porém, se optavam pelas fazendas de café, esperavam nas hospedarias até que fazendeiros chegassem e os escolhessem. Neste local, através de um interprete, fazendeiros e imigrantes discutiam sobre salários e condições de trabalho. Os contratos verbais eram quase sempre desrespeitados pelos fazendeiros<sup>66</sup>, principalmente os que ainda mantinham uma mentalidade associada ao período da escravidão.

Após a vanguarda da província de São Paulo na criação de leis referentes ao processo de emigração, o governo imperial criou, através do Decreto nº 6.129, em 1876, a Inspeção Geral de Terras e Colonização, que tinha como principal objetivo organizar e instalar núcleos coloniais que receberiam os imigrantes, além de promover a imigração espontânea e particular (intermediando a inserção dos imigrantes nas fazendas). Com isso, a imigração italiana passava a ganhar um novo caráter e se tornava subvencionada. Para trazer o imigrante do exterior seria importante uma forte publicidade voltada a “edenizar” o Brasil e a eliminar a propaganda negativa que muitos países europeus representavam aqui. E era o que notoriamente faziam os agentes das companhias de navegação e dos serviços de imigração, criando uma propaganda enganosa sobre as riquezas que os emigrantes poderiam conquistar no Brasil e o trabalho ao qual facilmente seriam inseridos. Os agentes se aproveitavam do momento histórico vivido pela Itália e se infiltravam nas mais numerosas cidades e vilas para promover a emigração em massa, já que recebiam sobre o número de embarcados. A citação seguinte nos apresenta claramente essa lógica:

eles desfrutavam a ignorância, a ingenuidade, o estado de abatimento moral, as esperanças mesmas do infeliz emigrante, para fazê-lo pagar serviços que deveriam ser gratuitos, ou para receber recompensas muito superiores ao que seria legítimo. Abrem para eles as piores pensões, nas quais lhes encarecem a

---

<sup>65</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 45.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 45-46.

vida nos poucos dias que precedem o embarque, dispensando-lhes ainda o tratamento mais desumano.<sup>67</sup>

Buscando minimizar a brutalidade que ocorria no processo de emigração e organizar suas diretrizes, algumas províncias brasileiras (posteriormente Estados brasileiros) criam na Itália superintendências para tratar exclusivamente da questão imigratória. Claro que esses serviços não conseguiram acabar, de maneira alguma, com o processo italiano no envio de emigrantes. Há de se tratar também das longas viagens que duravam até dois meses, dependendo do tipo de embarcação. Muitos desses navios eram utilizados para transporte de carvão e não tinham as condições mínimas de transportar seres humanos. A precariedade sanitária, de alimentação e de hospedagens era algo absurdamente desumano. Não eram poucos os emigrantes que morriam durante o caminho e muitos chegavam ao seu destino desnutridos e doentes.

Foi de 1885 a 1894 o período em que o Brasil atingiu o seu apogeu na política de contratos com empresas particulares para introdução do imigrante no solo nacional. Em 1894 ocorreu a transferência completa dos serviços de imigração do governo federal para os Estados.<sup>68</sup> De acordo com Ianni, a emigração italiana até 1885 era principalmente voltada aos países europeus. Foi somente de 1886 a 1915 que a emigração para o além-mar (EUA, Argentina, Brasil, etc.) conseguiu ser mais numerosa, exceto em alguns anos onde houve regulamentações referentes à emigração. De 1916 em diante foram raras as vezes que a emigração transoceânica conseguiu superar a continental.<sup>69</sup>

As relações entre o Brasil e a Itália, durante o processo de emigração e imigração, foram na maioria das vezes bastante amistosas, mas nem sempre tudo foi um “mar de rosas”. Houve várias divergências que intervieram no processo de envio dos emigrantes da Itália para o Brasil, principalmente durante e após o governo de Crispi, onde os italianos tiveram mais voz no exterior. As reclamações com relação ao tratamento que recebiam no Brasil fizeram com que o governo italiano passasse a fiscalizar melhor o sistema de emigração e controlasse a chegada dos seus “filhos” até o país de destino. Com a proclamação da República Federativa do Brasil, o governo decretou que fossem considerados brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes e os que tiveram residência no país por dois anos. A Constituição

---

<sup>67</sup> ROCCO *Apud* IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1972, p. 86.

<sup>68</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 27.

<sup>69</sup> IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1972, p. 96.

de 1891 garantia a nacionalização automática de qualquer estrangeiro que vivesse no Brasil e que num prazo de seis meses não declarasse ser contrário à nacionalização.<sup>70</sup> Isso fez com as relações entre Brasil e Itália começasse a entrar em um processo de estranhamento e houvesse uma queda na imigração. O pior momento dessas relações se deu na primeira década do século XX.

Em 1901, o governo italiano cria uma lei vinculada à emigração. Notando os ganhos com essa política, fundou-se no mesmo ano o *Commissariato Generale dell'Emigrazione*<sup>71</sup> (Comissariado Geral da Emigração), que tinha como função organizar e fiscalizar as etapas da emigração, além de dar toda assistência necessária ao emigrante até a chegada desses em terras estrangeiras. Com as inúmeras reclamações feitas pelos italianos que viviam no Brasil e os relatos de Aldo Rossi<sup>72</sup>, o comissário geral italiano, Luigi Bodio, assinou um “decreto” em 26 de março de 1902, intitulado “decreto Prinetti”. De acordo com Cenni, esse “decreto” (que na verdade era uma portaria do Comissariado italiano de Emigração) determinou a suspensão da licença especial que havia sido concedida a quatro companhias de navegação. Além disso, determinava o fim das operações de recrutamento pelos agentes de emigração.<sup>73</sup> Com isso, proibia-se a emigração subsidiada para o Brasil, a menos que os contratos fossem aprovados pelo Comissariado Geral da Emigração. A emigração espontânea permanecia ainda livre de quaisquer determinações do “decreto”, mas lembremos que ela era pouco numerosa. A queda da imigração na primeira década do século XX, além é claro da determinação do “decreto Prinetti”, esteve também ligada à crise de superprodução do café no Brasil e a queda de seu preço no mercado internacional.

Antes de entrarmos na discussão da imigração italiana em Minas Gerais, analisaremos dados da imigração italiana no Brasil, a partir da obra *Brasil: 500 anos de povoamento* concebida pelo IBGE (Anexo C)<sup>74</sup>. De 1884 a 1893 entraram no Brasil 510.533 imigrantes italianos, agraciados pelo bom momento da economia e pelo apogeu na política de contratos com as empresas particulares para introdução do imigrante no país. O outro momento, de 1894 a 1903, foi o de maior entrada de imigrantes italianos. Dos 537.784 imigrantes que aqui se estabeleceram, a maioria chegou entre 1894 e 1897, exatamente nos anos em que o serviço de imigração foi realizado exclusivamente pelos estados. Com o “decreto Prinetti” de 1902 e a crise do café no Brasil, a imigração começa a cair gradativamente. De 1904 até 1913 entraram

---

<sup>70</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 18.

<sup>71</sup> Órgão subordinado ao Ministério do Exterior.

<sup>72</sup> Encarregado de observar e analisar a situação do imigrante. Aldo Rossi foi enviado ao Brasil por Giulio Prinetti (Ministro do Exterior).

<sup>73</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 185.

<sup>74</sup> Imigração no Brasil por nacionalidade - períodos decenais 1884-1893 a 1924-1933.

somente 196.521 italianos no país. Com o início da Primeira Guerra Mundial e a suspensão do serviço de imigração em 1915, o número de imigrantes cai para 86.320 entre 1914-1923. O governo brasileiro já estava promovendo a valorização do elemento nacional e deixando de “financiar” o elemento estrangeiro. De 1924 até 1933 a imigração para o Brasil atinge números relativamente insignificantes, chegando à entrada de somente 70.177 italianos. Isso se deveu, em grande parte, as leis de proteção aos emigrantes e a política externa de Mussolini (que não estava agradando a muitos países), a crise de 1929 e as leis que buscavam restringir a imigração. De 1935 a 1944 (excetuando o ano de 1938, para o qual não possuímos dados), vimos que a imigração italiana continua em declínio com a entrada de somente 10.764 italianos no país (Anexo D) <sup>75</sup> Esses dados refletem, de alguma forma, as Constituições brasileiras de 1934 e 1937 que colocavam várias restrições aos imigrantes aqui residentes e ao sistema de imigração, além da campanha de nacionalização implantada pelo presidente Getúlio Vargas a partir de 1938. Como já foi abordado anteriormente, a Itália, com o fim da Segunda Guerra Mundial, se abre para o mundo e começa a receber um grande número de imigrantes, na medida em que sua economia também cresce abruptamente, deixando de ser aquele famoso país de emigrantes que conhecemos durante fins do século XIX e início do século XX.

### **2.3 – A imigração italiana em Minas Gerais**

Desde fins do século XVIII, a mineração em Minas Gerais já vinha entrando em decadência. Com isso, os escravos que trabalhavam nas áreas mineradoras foram direcionados às áreas cafeeiras, principalmente, no sul e zona da mata. A província que no início do século XIX tinha uma agricultura voltada à subsistência, começa a se inserir no processo de exportação. Diferentemente de outras províncias, Minas não teve grandes problemas com a falta de mão-de-obra, pois tinha a maior população escrava do país, essa que foi gradualmente adaptada a uma nova função. Contando com o trabalhador escravo nas lavouras, os fazendeiros mineiros não viam com bons olhos a introdução do imigrante (trabalhador livre) para trabalhar em suas terras, principalmente porque as primeiras tentativas de inserção de trabalhadores livres na província de São Paulo foram desastrosas. Com a proibição do tráfico de escravos para o Brasil, os fazendeiros ainda tinham uma mentalidade voltada ao sistema de escravidão. Trento enfatiza que mesmo habituados a uma vida destinada exclusivamente ao

---

<sup>75</sup> Entrada de imigrantes italianos no Brasil (1935-1944).

trabalho e privados de muitas outras coisas, eles detinham uma liberdade pessoal; porém, no Brasil, os fazendeiros colocavam-nos sobre suas rédeas, utilizando ainda de leis que antes eram aplicadas aos escravos.<sup>76</sup> Foi por isso que, principalmente antes da abolição completa da escravidão, considerável parte dos imigrantes que aqui se estabeleceram e que estavam cansados de passar por situações traumáticas retornaram a seus países. Foi só depois de alguns anos e enxergando que não tinham alternativas que não a inserção do imigrante nas fazendas, que os fazendeiros modificaram sua estratégia e deixaram para trás antigos métodos.

O grande problema em Minas, antes da abolição, não era falta de mão-de-obra para a cafeicultura, ou agricultura em geral. Era a vasta quantidade de vazios geográficos da província. E foi, basicamente, voltado a essa política de povoamento, através da criação de núcleos coloniais, que o governo provincial buscou trazer o imigrante, pois pensava que esse não tinha capacidade suficiente de trabalhar nas lavouras e serviria apenas como povoador, muitas das vezes, nas mais distantes e vazias regiões mineiras. O imigrante, antes da abolição, vinha exclusivamente das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. No caso específico do Espírito Santo, de acordo com Monteiro, quando dos imigrantes chegados ao Rio de Janeiro eles eram transportados para Vitória, pois, o governo mineiro havia feito um convênio com o governo capixaba para que os imigrantes ficassem alojados naquele Estado antes de se dirigirem para Minas Gerais.<sup>77</sup> Foi somente após a fundação da república brasileira que Minas firmou contratos diretos para trazer imigrantes para o Estado. Com a eminente abolição da escravidão no Brasil, o governo mineiro, sem alternativa, iniciou a política de inserção dos imigrantes nas lavouras.

Na década de 1850 foram fundados os primeiros núcleos coloniais em Minas Gerais: Mucuri e D. Pedro II. A Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri e a Companhia União e Indústria de Juiz de Fora trouxeram famílias de imigrantes, em sua maioria alemã, para construir estradas nas regiões.<sup>78</sup> Isso nos mostra que as primeiras colônias em Minas foram construídas através de iniciativas privadas. Após a criação desses, o governo provincial começava arquitetar uma “política” para criação de núcleos coloniais. Essa política acabou sendo bastante modesta, pois alguns núcleos foram instalados em lugares distantes, o que dificultou o imigrante vender o seu produto e concorrer com os grandes latifúndios.

---

<sup>76</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 48.

<sup>77</sup> MONTEIRO, Norma Góes. Esboço da política imigratória e colonizadora do governo de Minas Gerais, 1889-1930. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 29, p. 195-206, Belo Horizonte, 1870, p. 195-196 *passim*.

<sup>78</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1973, p. 18.

Na década de 1880, o problema do povoamento continuava preocupando a governo mineiro, aliado ao fim eminente da escravidão. O crescimento demográfico de Minas estava longe de acompanhar outras províncias para onde haviam se estabelecido milhares de imigrantes europeus. Somente em 1887, a imigração começou a ser incentivada pelo governo mineiro, depois de vários pedidos feitos por fazendeiros, que haviam organizado naquele ano a Sociedade Promotora de Imigração em Minas Gerais, devido à falta de mão-de-obra nas lavouras. Criou-se, nesse mesmo ano, a lei provincial nº 2819, onde o governo se dispôs a trazer braços estrangeiros, financiando parte das passagens, criando núcleos coloniais, construindo a hospedaria de imigrantes em Juiz de Fora<sup>79</sup> e iniciando uma política de divulgação da província na Europa. Em 1888, o governo instituiu a hospedaria (e a colocou em funcionamento no ano seguinte) e iniciou a criação de núcleos coloniais oficiais e particulares. Deu-se também a fundação da Inspetoria de Imigração, que foi abolida no ano seguinte, em 1889, devido ao fluxo imigratório ter sido interrompido para o Estado.<sup>80</sup>

A Inspetoria de Imigração, além de ter a função de criar núcleos coloniais particulares (assim como os fundados em Barbacena, São João Del Rei, etc), fixou normas de funcionamento da hospedaria de Juiz de Fora determinando que fossem dadas passagens gratuitas para todos os membros das famílias de imigrantes, que os imigrantes tivessem hospedagem de 10 dias até a assinatura do contrato com os fazendeiros, além de outros benefícios.<sup>81</sup>

Com o advento da república, a imigração e colonização continuaram como pauta para desenvolvimento do país. Era crucial utilizar o imigrante nas zonas cafeeiras e no povoamento das terras. O governo mineiro retoma o processo de imigração somente em 1892<sup>82</sup>, quando a união inicia gradualmente a transferência desse processo os Estados. A união se sentia lesada por arcar com despesas que deveriam ser Estaduais. Com a lei nº 32, de 18 de julho de 1892, o presidente do Estado teria que promover a imigração direta ou indiretamente concedendo diversos auxílios aos imigrantes, o que Minas não vinha fazendo anos antes, tais como: pagamento total de passagens, facilitação na aquisição de terras, etc. Foi somente em 1894,

---

<sup>79</sup> A hospedaria foi construída em Juiz de Fora devido o município ter a condição de centro urbano e industrial da Zona da Mata e possuir linhas férreas o que facilitaria na distribuição dos imigrantes por toda Província. (Estado)

<sup>80</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 220.

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol III. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 173.

<sup>82</sup> Isso não quer dizer que os imigrantes, durante o início da república, não entravam no Estado. Apenas que o governo não estava promovendo a imigração oficialmente, até porque ela estava a cargo da união.

após a concessão da união para os Estados promoveram a imigração, que Minas começou a modificar, até certo ponto, a forma com que vinha tratando o processo.

Durante 1894, o governo mineiro iniciou a sua imigração subvencionada, criando a Superintendência de Emigração na Europa, com sede em Gênova. O escritório, de acordo com Trento, “[...] limitou-se a cuidar da propaganda, visar passaportes e controlar os emigrantes para que apresentassem os pré-requisitos exigidos para a obtenção da passagem gratuita.”<sup>83</sup> O escritório também promoveu um serviço de transporte para imigrantes que eram convocados por seus parentes a se mudarem para Minas Gerais. Foi entre 1894 e 1897 o período de maior entrada de imigrantes, principalmente italianos, no Estado. Nesse período, de acordo com o Livro da Hospedaria de imigrantes de Juiz de Fora (Anexo E)<sup>84</sup>, entraram 49.882 imigrantes em Minas, sendo que destes, 44.511 eram italianos. Grande parte dos italianos eram vênnetos, toscanos ou meridionais, e foram sendo “deixados” ao longo das estradas de ferro, quase sempre onde havia plantações de café. Nesse mesmo intervalo, de acordo com o relatório de Carlos Prates, teriam chegado a Minas Gerais 70.817 imigrantes, sendo que dentre esses 65.153 eram italianos representando assim 92% do total.<sup>85</sup> O mais importante, independente de nuances nos dados, é afirmar que os italianos em Minas Gerais representavam a maioria maciça dos imigrantes.

Em 1898, a imigração começou a cair bruscamente com a suspensão desse serviço pelo governo mineiro, que, naquele momento, encontrava-se em dificuldades financeiras. Neste ano teriam entrado em Minas apenas 2.220 imigrantes, sendo que destes 1.917 eram italianos. Baseado em dados bem próximos a esses elucidados pelo Livro da Hospedaria de imigrantes de Juiz de Fora, Trento coloca que a grande maioria foi trabalhar nas plantações de café. “De fato, nos anos de 1895 e 1897-1901, 71,7% dirigiram-se para as fazendas, 12,4% para os centros urbanos, 1,6% para os núcleos coloniais, de 13,5% não se soube o paradeiro e 0,8% faleceu nas hospedarias”.<sup>86</sup>

Como já vimos, a política mineira seguiu o modelo paulista, ou seja, visou inserir os imigrantes nas fazendas e utiliza-lo como elemento para povoamento do solo, através da criação dos núcleos coloniais. A principal diferença do modelo paulista foi a distribuição dos imigrantes em Minas Gerais que, de acordo com Biondi, “[...] se fixaram exclusivamente na

---

<sup>83</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 100.

<sup>84</sup> Entrada de Imigrantes em Minas Gerais (1894/1901).

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol III. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 174.

<sup>86</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 101.

região sul do Estado, na zona da mata, na região que tem como centros principais Barbacena e São João Del Rei, e mais tarde nas áreas de Uberaba e da nova capital, Belo Horizonte”.<sup>87</sup> Porém, como eram criados esses núcleos coloniais? Como eles se dividiam? O que se produzia neles? Primeiramente, os núcleos coloniais não eram sempre oficiais (do governo), existiam alguns de caráter particular.

Os núcleos coloniais de caráter particular surgiam quando o governo previa vantagens aos fazendeiros que dividissem suas terras para formação destes. Os colonos recebiam também auxílio do governo para compra das terras e para iniciar sua produção. Deve-se afirmar que eram poucos fazendeiros que se aventuravam nesse processo de divisão de suas terras, independente do valor pago pelos lotes. De acordo com Monteiro, os núcleos coloniais, criados e mantidos pelo Governo Mineiro (oficiais), deveriam ter uma superfície mínima de quinze mil metros quadrados, além disso, deveriam ser situados nas proximidades de vias férreas (projetadas ou construídas), mercados de consumo e vias fluviais. As terras deveriam ser aptas para lavoura, dispor de matas e água. A organização dos núcleos coloniais ficava a cargo do serviço de Terras e Colonização, pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Esses núcleos oficiais se dividiam em duas categorias de lotes: urbanos, que eram sempre próximas a cidades e serviam como moradia para imigrantes que viessem a trabalhar ou “servir” produtos para estas, e rurais, destinadas exclusivamente à agricultura (milho, batata inglesa, arroz, feijão e verduras), sendo constituídos em áreas distantes de centros urbanos. Os núcleos coloniais eram também destinados a certa porcentagem de elementos nacionais. Nos núcleos coloniais rurais, 20% do número total de lotes era “concedido” a brasileiros. Além disso, era necessário que, no caso do imigrante, ele tivesse família e mostrasse boa aptidão para a lavoura. Os lotes eram vendidos aos imigrantes ou aos nacionais à vista ou a prazo, e depois de construírem suas casas nos devidos lotes, eles obtinham do governo o título definitivo da propriedade.<sup>88</sup> Após a venda de todos os lotes e a obtenção do título definitivo da propriedade, os núcleos coloniais eram emancipados, sendo que o governo “perdia” sua tutela sobre os mesmos. Após essa emancipação, muitos núcleos coloniais se tornavam bairros ou vilas. No caso de Minas Gerais, especificamente, nenhum núcleo colonial, após obter sua emancipação, se tornou uma cidade, algo que foi bastante

---

<sup>87</sup> BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, Vol. 14, nº2, p.41-66, 2008, p.43.

<sup>88</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1973, p. 71-72 *passim*.

comum nos Estados do Sul do Brasil. Outro fato importante é elucidar que grande parte dos núcleos coloniais que prosperaram estavam estabelecidos próximo às cidades.

Na produção cafeeira Minas foi o único Estado em que o sistema de parceria se destacou como forma de contrato agrícola. Porém, os resultados também não foram dos melhores. O sistema de parceria nas fazendas de café era determinado da seguinte forma: os imigrantes davam ao proprietário da terra uma parte da colheita e a outra era vendida. A desorganização comercial no Estado e o abuso dos fazendeiros acabavam fazendo com que os imigrantes fossem obrigados a vender parte de sua colheita para eles e a preços baixos. Esse sistema não foi o único no Estado, havia também fazendeiros, assim como os paulistas, que pagavam salários, ainda que baixos, pelo trabalho dos imigrantes em suas lavouras.

A política mineira de núcleos coloniais não alcançou os resultados esperados. Mesmo que sua legislação tenha sofrido inúmeras modificações, muitos núcleos coloniais não perduraram por muitos anos. Há casos em que o governo teria anistiado dívidas de alguns colonos buscando evitar abandono das terras. Nas fazendas de café também ocorreram vários problemas que fizeram com que os imigrantes se mudassem para outros Estados. A defasagem salarial, comparada com outros Estados, e as péssimas estruturas faziam com que os imigrantes de Minas se deslocassem principalmente para as zonas cafeeiras de São Paulo. Com a maior população do Brasil no momento e o mercado interno abastecido de trabalhadores, o estado acabou contemplando poucas oportunidades de emprego. O serviço de imigração mineiro não conseguiu realizar uma política intensa e agressiva no que diz respeito à atração e inserção do imigrante no Estado. Foi a desorganização desse serviço que contribuiu de forma incisiva para o êxodo, e quem não abandonava o Estado acabava se mudando para os grandes centros urbanos. Dados nos mostram que em 1920 existiam apenas 42.943 italianos presentes em Minas Gerais, e, em 1940, esse número cai bruscamente 13.741.<sup>89</sup> A imigração em Minas, mesmo que a italiana tenha sido preponderantemente dominante, acabou sendo pequena e obtendo resultados moderados, se comparados a outros Estados brasileiros. É por isso que Norma de Góes Monteiro acredita que foi o trabalhador nacional o principal responsável pelo desenvolvimento da economia mineira. Podemos concordar com essa linha de pensamento até certo ponto, mas não generalizar, pois, foi graças aos imigrantes que várias cidades mineiras, assim como Belo Horizonte, se expandiram economicamente.<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 400.

<sup>90</sup> Em Minas Gerais, as cidades com maior presença de imigrantes italianos foram: Barbacena, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ouro Fino, Poços de Caldas, São João Del Rei, Uberaba, etc.

## 2.4 – A formação e industrialização de Belo Horizonte

O atual município de Belo Horizonte tem suas raízes fundadoras no início do século XVIII, quando o bandeirante João Leite da Silva Ortiz, em busca de riquezas, chega à serra de Congonhas. No lugar do metal, encontra uma região topograficamente privilegiada para a agricultura e se põe a desenvolver as atividades agrícola e pastoril. Em 19 de janeiro de 1711, lhe é concedido pelo então governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em documento através da Carta de Sesmaria, a posse das terras delimitadas entre o pé da Serra de Congonhas (conhecida hoje como Serra do Curral) e a Lagoinha. Nessa região conhecida por Cercado, daí o nome de Fazenda do Cercado as suas terras, o bandeirante conseguiu promover o desenvolvimento. O local acabou se tornando um importante centro de produção e abastecimento de alimentos em uma época onde o grande comércio esteve voltado principalmente para exploração do ouro. Porém, além de Ortiz estar engajado nas atividades agrícola e pastoril, ele utilizou-se de escravos nos córregos auríferos da região.<sup>91</sup>

Com o desenvolvimento da produção e o progresso da região, muitas pessoas foram atraídas para o local, sendo que o reflexo imediato foi a formação de um arraial ao redor da fazenda. O nome designado para o local foi de Curral del Rei, pois ali existia um curral onde se estabelecia ou pernoitava o gado que seria destinado aos pagamentos de taxas reais. Em 6 de abril de 1714, quando se deu a formação das três primeiras Comarcas de Minas, Curral del Rei acabou pertencendo à Comarca do Rio das velhas. Por meio da criação e comercialização de gado, na fabricação de farinha e na pequena lavoura, o arraial abasteceu as grandes minerações da zona de sua Comarca. Fábricas “primitivas” voltadas para produção de algodão e fundição de bronze e ferro foram se instalando nos arredores do arraial.<sup>92</sup> Com a iminente decadência da mineração e o seu rápido desenvolvimento, o arraial conseguiu atingir uma população de 18 mil habitantes e alcançando, em 1870, o título de Freguesia, mantendo-se ainda subordinada a Sabará. O Curral del Rei já englobava as regiões de: Aranha, Brumado, Buritis, Capela Nova de Betim, Esmeraldas (antes Santa Quitéria), Itatiaiuçu, Morro de Mateus Leme, Neves, Piedade do Paraopeba, Rio Manso e Sete Lagoas. Após grande crescimento, o Curral entrou em “decadência”, reflexo esse de várias de suas regiões terem se tornado autônomas. Esse processo fez com que a sua população fosse reduzida a somente quatro mil habitantes.

---

<sup>91</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. Vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. 91-116 *passim*.

<sup>92</sup> *Ibidem*, 91-144 *passim*.

Com a Proclamação da República, em 1889, e a divulgação de novas idéias, os sócios do Clube Republicano do Curral del Rei sentiram a necessidade da mudança do nome. Vários nomes haviam sido propostos e o mais votado foi Novo Horizonte, sendo posteriormente modificado para Belo Horizonte. Foi durante o governo provisório (1889-1891) que o então empossado governador do Estado de Minas Gerais, Augusto José de Lima, formulou um decreto que determinava a mudança da capital para um outro local que oferecesse melhores condições de higiene. Inserida na Constituição do Estado, essa lei acabou promovendo protestos por grande parte dos ouropretanos. Em Minas, a população se dividiu em “mudancistas”, que eram favoráveis a mudança da capital, e os “não mudancistas” que eram adeptos a não mudança da capital. A discussão a respeito da mudança da capital mineira não é uma questão propriamente do século XIX, mas sim anterior a ele. Porém, a primeira tentativa real de transferência da capital data de 1879, quando os inconfidentes buscavam instalar sua república em São João Del Rei. Várias outras tentativas foram realizadas e todas fracassaram. A questão da transferência da capital só entrou em pauta novamente após a Proclamação da República, porém, não seria apenas uma simples transferência, mas sim a construção de uma nova cidade. Foram, principalmente, grupos ligados à cafeicultura da Zona da Mata e Sul do Estado que se interessavam pela mudança da capital, indo contra os interesses das regiões mineradoras que vinham passando por um processo de decadência econômica.<sup>93</sup>

Uma gama de fatores ajudou a florescer a idéia da mudança da capital de Ouro Preto. A primeira, e talvez a mais importante, tenha sido a idéia de Minas destacar-se no novo cenário republicano e apresentar-se como um Estado unido e fortalecido. A construção de uma capital localizada no centro do Estado facilitaria a organização e desenvolvimento do mesmo. O segundo fator diz respeito à idéia dos republicanos de promoverem o progresso no Estado, tornando-o moderno e industrializado, pois Ouro Preto não tinha condições adequadas de promover esse crescimento econômico em larga escala. O relevo da antiga capital também não favorecia em nada as comunicações e o transporte. Por último, Ouro Preto detinha uma arquitetura e estruturas do passado colonial nas quais os republicanos queriam apagar.<sup>94</sup> A criação de uma nova cidade que representasse o moderno seria ideal para enterrar o passado colonial e dar início a uma nova era.

Em 1892, o empossado presidente do Estado de Minas Gerais, Afonso Augusto Moreira Pena, designou o Engenheiro Aarão Reis para que dirigisse uma comissão de estudos

---

<sup>93</sup> GONTIJO, Moema Moreira. *100 anos da indústria em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG – SESI, 1998, p. 11.

<sup>94</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. Vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. 283-287 *passim*.

das cinco localidades indicadas (Juiz de Fora, Barbacena, Várzea do Marçal, Paraúna e Belo Horizonte) para transferência da capital. Terminado o estudo, se reuniu o Congresso Mineiro em Barbacena, em 13 de dezembro de 1893, onde foi escolhida a nova capital de Minas Gerais. Sendo assim, a 17 do mesmo mês foi adicionada a Constituição Estadual a Lei nº 3, formalizando que a sede do governo fosse erguida em Belo Horizonte, e que o antigo arraial fosse edificado. Na Lei foi estabelecido um prazo de quatro anos para construção da cidade e criada uma Comissão Construtora composta por técnicos que seriam responsáveis por todo planejamento e execução das obras. Foi designado como chefe da Comissão o mesmo Aarão Reis que havia comandado os estudos para escolha do local onde seria construída a nova capital. De acordo com Monteiro,

“os trabalhos foram iniciados pela construção do ramal férreo que ligava Belo Horizonte à rede central do Brasil, de modo a facilitar o envio de material para as obras de edificação. Casas, prédios, fazendas foram desapropriados pela Comissão Construtora, mediante pagamento de indenizações.”<sup>95</sup>

O projeto criado por ele tinha inspiração nos moldes das mais modernas cidades do mundo, principalmente Paris. Porém, em 1895, por motivos de saúde, Aarão Reis solicitou a demissão do cargo e foi substituído pelo engenheiro Francisco de Paula Bicalho, este que permaneceu no cargo até o “fim das obras” em 1897. O nome Belo Horizonte, em homenagem ao antigo arraial, só veio a ser oficializado em julho de 1901 através do Decreto nº 302, pois, quando do início das obras da nova capital, a idéia era que ela viesse a se chamar Cidade de Minas.

A notícia da fundação da capital de Minas Gerais na região do arraial foi muito bem recebida pelos moradores que festejaram durante dias pensando no progresso que viria para a região. Mal sabiam eles que seriam deslocados do lugar onde residiam.<sup>96</sup> “Do antigo arraial, pouco ou quase nada restou. [...] A nova capital foi edificada sobre o terreno e as ruínas do Arraial, desconsiderando o que antes ali havia existido”.<sup>97</sup> As indenizações foram pagas, porém, os lotes oferecidos aos moradores na área central da nova cidade tinham preços absurdos, e, sem as mínimas condições de adquirirem novas moradias nesses locais, muitos tiveram que mudar para outras cidades, ou mesmo se estabelecer nas periferias.

---

<sup>95</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1973, p. 73.

<sup>96</sup> COSTA, Geralda Nelma. *Imprensa italiana em terra estrangeira: vozes sociais em ação (Belo Horizonte 1900-1920)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005, p. 15.

<sup>97</sup> IGLESIAS *Apud* FREITAS, Marcel de Almeida. A influência italiana na arquitetura de Belo Horizonte. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG)*, Belo Horizonte, Vol. 14, p. 137-163, 2007, p. 140.

A idealizada capital nasceria representando os valores de ordem e progresso e “enterrando” o passado colonial e escravocrata que representava não só o Brasil, como principalmente o Estado. O urbanismo e a arquitetura deveriam se opor totalmente à velha ordem e representar uma nova regada de modernização, racionalidade e livre de pobreza e desordem. Belo Horizonte acabou sendo a primeira capital brasileira planejada. Grande parte do planejamento de cidades durante o século XIX esteve centrada em idéias sanitaristas onde a população tivesse as condições básicas para se viver em uma cidade organizada. Pelo planejamento de Aarão Reis, Belo Horizonte se dividiria em três zonas:

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno<sup>98</sup> que funcionava como fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção.<sup>99</sup>

A área urbana receberia toda estrutura de educação, saneamento, transporte, etc. Ela também congregaria, além dos edifícios públicos, os estabelecimentos comerciais. Foram designados também lotes para os funcionários estaduais que viessem a se transferir de Ouro Preto para Belo Horizonte. Os lotes que se situavam na área urbana, central, eram comercializados a preços altos fazendo com que a população de baixa renda fosse “empurrada” para a área suburbana ou rural. A área suburbana, que supostamente seria ocupada mais tardiamente, congregaria ruas irregulares e serviços de baixa qualidade. E por fim, a área rural comportaria colônias agrícolas e serviria de abastecimentos de produtos hortigranjeiros para a capital. Essa divisão, na concepção dos seus criadores, serviria principalmente como um instrumento de controle social, facilitando assim a manutenção da ordem. De acordo com Gontijo, o planejamento não era previsto as áreas destinadas à atividade industrial, e muito menos para habitações populares ou proletárias.<sup>100</sup> A idéia era então que a cidade cresce-se do centro para periferia, porém, o que veremos é que acabou ocorrendo o efeito inverso.

---

<sup>98</sup> Conhecida antes da inauguração da capital como Avenida 17 de dezembro.

<sup>99</sup> PASSOS *Apud* OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX. 2004. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós-Graduação, Pedro Leopoldo, 2004, p. 34-35.

<sup>100</sup> GONTIJO, Moema Moreira. *100 anos da indústria em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG – SESI, 1998, p. 11.

O projeto estava pronto no papel, porém, faltava o principal “material” para as construções: a mão-de-obra. A escassez dessa mão-de-obra, a pouca qualificação e o preconceito em relação à população brasileira, aliado à idéia de modernização do país fez com que os engenheiros organizadores do projeto de criação da capital solicitassem grande parte da mão-de-obra de países europeus. É, principalmente, nesse contexto que os italianos começam a chegar em massa para erguer a nova cidade mineira. Não podemos deixar de lado a participação portuguesa e espanhola nesse processo, embora seu número fosse reduzido. É bastante provável que a aproximação da língua tenha sido um dos pontos que fez com que esses elementos fossem convocados, além é claro, do alto grau de especialização em determinadas áreas. A importância dos imigrantes não se deu somente na construção, mas, também, no desenvolvimento e industrialização da capital.

A primeira leva de imigrantes que chega para auxiliar a construção de Belo Horizonte foi convocada pelo governo mineiro da vizinha província capixaba.<sup>101</sup> No mesmo ano do início da construção, em 1894, chegaram também 292 italianos em um navio que aportou no Rio de Janeiro. Esses novos italianos que vieram para a construção da capital haviam sido solicitados através de um contrato firmado em 2 de julho de 1892 pela superintendência mineira em Gênova, a qual cuidava em fazer propaganda das vantagens da imigração para o Estado. Foram realizados vários contratos, não somente com a Itália, mas também com a Alemanha, Bélgica e França na busca de mão-de-obra para edificação da capital.<sup>102</sup> Foi justamente no ano de inauguração de Belo Horizonte, 1897, que os incentivos foram cortados e a imigração começou a entrar em decadência, porém, a massa de italianos já se fazia bastante presente por todas as regiões do Estado. Não podemos deixar de frisar que parte dos imigrantes que aqui se estabeleceu teria vindo também de várias cidades do interior do Estado, bem como de São Paulo e do Rio de Janeiro.

De acordo com o *Almanack da cidade de Minas* de 1900, dos 5.000 construtores de Belo Horizonte, cerca de 3.000 eram italianos. Esses números apontam para importância que os imigrantes italianos tiveram na construção da capital, já que superam a soma de trabalhadores brasileiros juntamente com outros estrangeiros. Na obra *Dicionário Biográfico de Construtores e artistas de Belo Horizonte – 1894-1940*, divulgada pelo IEPHA, é apresentada uma biografia de considerável parte dos construtores da capital. Não nos cabe aqui nos aprofundarmos no assunto, mas relatarmos quais eram as atividades e formações dos

---

<sup>101</sup> BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. (orgs.). *Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais*. Belo Horizonte: S.N., 2003, p. 79.

<sup>102</sup> *Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte – 1894/1940*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997, p. 20.

construtores. Os imigrantes italianos representavam boa parte dos arquitetos, engenheiros, projetistas, desenhistas, mestres-de-obras, pintores, serralheiros, marceneiros, escultores, paisagistas e operários. Para se ter idéia da forte presença italiana em Belo Horizonte, na década de 1920 os italianos correspondiam a 9% da população total da cidade.<sup>103</sup>

A questão da mão-de-obra estava resolvida, porém, surgia um novo problema. Onde abrigar esse contingente de imigrantes? Aarão Reis, aproveitando-se da criação e manutenção de núcleos coloniais pelo governo mineiro, se utilizou desse meio para comportar uma parte da população que aqui estava. O primeiro núcleo colonial urbano criado foi Barreiros. De acordo com Monteiro, a Fazenda do Barreiro foi desapropriada pela Comissão Construtora quando se descobriu em seus arredores mananciais que serviriam de abastecimento de água para a nova capital. Posteriormente, foi verificado que os terrenos da fazenda poderiam servir para criação de um núcleo colonial que teria como característica abastecer Belo Horizonte com alimentos. No ano de fundação da capital, 1897, já se encontravam no núcleo colonial urbano 31 famílias, com 185 indivíduos sendo que residiam no local 80 brasileiros e 105 estrangeiros (destes 71 eram italianos). As famílias cultivavam em suas terras mandioca, milho, café, hortaliças, feijão, etc.<sup>104</sup> Foram construídas estradas e pontes para ligar a colônia até a capital, além de casas para os colonos, escola, olaria, ferraria, carpintaria e uma grande casa que serviria para alojamento provisório dos imigrantes.<sup>105</sup> Sua extinção se deu dois anos depois, em 1899, e a maior parte dos colonos foram afastados com o passar dos anos já que não tinham adquirido os títulos de propriedade. Foi somente em 1907, na área e nas redondezas do Barreiros, que se fundou um novo núcleo colonial rural denominado Vargem Grande, destinado exclusivamente a imigrantes italianos e portugueses.

Além do Barreiros, novos núcleos coloniais urbanos foram sendo criados em Belo Horizonte. A Lei nº 150 regulamentou a instalação dos núcleos Carlos Prates e Córrego da Mata (depois conhecido como Américo Werneck) nos subúrbios da capital. Sob o Regulamento nº 1258, de 21 de fevereiro de 1899, foram instalados mais três núcleos nos subúrbios de Belo Horizonte: Afonso Pena, Bias Fortes e Adalberto Ferraz.<sup>106</sup> Esses núcleos

---

<sup>103</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988, p. 225.

<sup>104</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1973, p. 73.

<sup>105</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 221.

<sup>106</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1973, p. 74-75 *passim*.

tinham o intuito de “abastecer de verduras e produtos da pequena lavoura aos habitantes da capital, e, ao mesmo tempo, fixar grande número de operários que trabalham na sua construção.”<sup>107</sup> A rara exceção foi do núcleo Bias Fortes que se dedicou, quase que exclusivamente, à produção de tijolos fornecidos para a construção civil da capital. Havia alguns critérios necessários para se obter lotes nos núcleos coloniais urbanos, dos quais: erigir moradia ou instalar casas comerciais e oficinas. Independente dos critérios, o caráter das colônias urbanas foi quase unicamente voltado à atividade agrícola.<sup>108</sup> A criação desses núcleos coloniais acabou servindo como meio de ocupação dos subúrbios da capital, já que, com as suas emancipações eles acabaram se tornando bairros de Belo Horizonte sendo anexados à malha urbana. Não podemos deixar de notar que a heterogeneidade presente nos núcleos coloniais foi fundamental para que o elemento italiano se assimilasse ainda mais rapidamente.

Será que esta discussão nos apresenta um quadro de importância dos núcleos coloniais urbanos em congregar os imigrantes que chegam para trabalhar na construção de Belo Horizonte? Até certo ponto sim, mas se partimos para uma análise dos Relatórios dos Secretários de Agricultura referente à presença de italianos nos núcleos urbanos da capital, podemos enxergar alguns pontos importantes e abriremos espaço para novas abordagens. É sem dúvida indiscutível que entre todos os imigrantes presentes nos núcleos coloniais a presença do italiano se fez sempre maior em relação aos imigrantes de outros países. Porém, o número de habitantes em núcleos coloniais da capital foi bastante irrisório. Por exemplo, no ano de 1900, se juntarmos os cinco núcleos coloniais dispostos nas áreas suburbanas da capital (Carlos Prates, Afonso Pena, Bias Fortes, Adalberto Ferraz e Américo Werneck) veremos que a população total é de 953 habitantes (Anexo F).<sup>109</sup> Se de acordo com o *Almanack da cidade de Minas* de 1900, são apontados cerca de 3000 italianos como construtores da capital, grande parte destes e de outros italianos que se mudaram para Belo Horizonte estavam dispostos em outras áreas suburbanas, que não congregavam os núcleos coloniais citados, ou então em bairros tidos como centrais (dentro dos limites da Avenida Contorno), mas não designado para os servidores públicos, tais como: Santa Efigênia, Barro Preto, etc. Até a fundação da capital, muitos deles moravam em barracos improvisados junto às obras. Isso nos

---

<sup>107</sup> SOUZA *Apud* ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 221.

<sup>108</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 221.

<sup>109</sup> Presença Italiana nos Núcleos Urbanos (BH - 1900/1910).

mostra que a presença de imigrantes em Belo Horizonte esteve muito mais atrelada às atividades urbanas do que as agrícolas.

Parte dos imigrantes italianos que se estabeleceram no Estado de Minas Gerais passaram pela Hospedaria Horta Barbosa de Juiz de Fora. Com seu funcionamento dado a partir de 1889, fechada e aberta por várias vezes, essa hospedaria acabou substituindo algumas e levando à falência de outras existentes em cidades mineiras. Em 1895, o Governo mineiro acabou por centralizar a entrada de imigrantes por esta hospedaria, levando em conta sua capacidade de alojar grande quantidade de pessoas, ou seja, 400 pessoas. O grande problema era que chegava a abrigar mais de 2.000 sem as mínimas condições de higiene. Essas péssimas condições levaram a propagação de doenças como o sarampo e a varíola. Da Hospedaria, os imigrantes se dirigiam ou para fazendas ou para as hospedarias de outros municípios.<sup>110</sup> Grande parte dos imigrantes se destinavam às lavouras, não somente em Minas mais para outros Estados, mas alguns estabeleciam comércio nas cidades mineiras ou trabalhavam como operários na construção civil, como foi o caso de muitos em Belo Horizonte.

A hospedaria de imigrantes da futura capital foi construída em 1896. Pela escassez de mão-de-obra para construção da capital, Francisco Bicalho dirigiu em 12 de agosto de 1895 um ofício a secretária de agricultura com os dizeres:

Tendo os serviços incumbidos a esta Comissão entrado na época de seu maior desenvolvimento e sendo evidentemente insuficiente o número de trabalhadores que atualmente procuram esta localidade, tomo a liberdade de lembrar a V.Ex<sup>a</sup> a conveniência de estabelecer aqui uma hospedaria de imigrantes solteiros, que queriam dedicar-se a serviços por salários, prestando-se esta Comissão a levantar e fornecer o barracão necessário para o primeiro agasalho, logo que tenha recebido as instruções necessárias daquela repartição e aquiescência de V.Ex<sup>a</sup>.<sup>111</sup>

Esta hospedaria foi construída às margens da linha férrea e do Ribeirão Arrudas e foi a primeira residência de muitos imigrantes. O grande edifício tinha capacidade para comportar 200 pessoas e detinha as necessárias condições higiênicas e acomodações para famílias ou para solteiros. O jornal *A Capital*, de 28 de maio de 1896, elogiava a instalação da hospedaria e apresentavam dados mostrando que até a corrente data haviam entrado ali 171 imigrantes, sendo que destes 102 eram homens e 69 mulheres, a maioria italianos. No mesmo jornal na edição de 10 de julho de 1897, mostrou-se que de janeiro de 1896 a maio de 1897 havia

---

<sup>110</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1973, p. 26-81 *passim*.

<sup>111</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. Vol 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996, p. 398.

entrada na hospedaria 1.543 indivíduos.<sup>112</sup> Torna-se algo difícil acreditar não nos números, mas sim no elogio a hospedaria, pois, através de várias leituras podemos perceber que esses lugares se constituíam como abrigos precários e que, na maioria das vezes, não possuíam condições de abrigar imigrantes que chegavam doentes e necessitavam de supervisão médica.

Não se sabe exatamente até em que ano essa hospedaria funcionou, mas com o decréscimo da imigração a partir de 1897, é provável que sua duração tenha sido bastante curta. No início de 1904, a Superintendência de Emigração na Europa havia sido extinta, e conseqüentemente as hospedarias de imigrantes existentes em Minas foram fechadas. Somente anos depois ocorrerá a abertura de novas hospedarias. Monteiro apresenta em sua obra a fundação em 26 de junho de 1926 de uma hospedaria de imigrantes em Belo Horizonte, situada no bairro Calafate, destinada, principalmente, à oferta e a procura de braços para a lavoura. De acordo com ela, em 1913 haviam edificado uma hospedaria de imigrantes na capital, porém, não se deu seu funcionamento.<sup>113</sup>

No dia 12 de dezembro de 1897, Belo Horizonte era inaugurada pela exigência da Constituição do Estado, porém, o que se via é que uma parte considerável das suas construções não havia sido concluída. A crise econômica no Estado e no País fez com que as obras fossem paralisadas e muitos trabalhadores perdessem seus empregos ou não recebessem salários. A pobreza, que era uma das preocupações, foi se tornando permanente com a não retirada de operários após a construção da capital. Abílio Barreto mostra que a maioria dos operários durante esse processo se estabeleceu em meio às obras ou nos “bairros” improvisados como Fazenda do Leitão e Morro da Estação, hoje conhecidos respectivamente por Bairro Santo Antônio e Bairro Floresta.<sup>114</sup> Como não haviam sido “expulsos” da cidade (embora alguns tivessem se mudado para o interior ou para outros Estados), sem lugar para morar, foram obrigados a se aglomerarem nas áreas suburbanas. Esses trabalhadores deram origem a núcleos populosos nas periferias, vivendo primeiramente em cafuas (simples habitações de barro cobertas de capim) ou barracos (habitações de tábuas cobertas com zinco) privados dos lazeres oferecidos pela capital. Formaram alguns bairros que conhecemos hoje, tais como: Calafate, Barro Preto e Lagoinha. Belo Horizonte nascia com uma inspiração francesa, mas se solidificaria com um caráter italiano devido à presença massiva destes na

---

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 399.

<sup>113</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1973, p. 131-141 *passim*.

<sup>114</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. Vol 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996, p. 369-370 *passim*.

construção, desenvolvimento e industrialização da cidade. A presença desses imigrantes esteve relacionada muito mais às atividades urbanas do que às atividades agrícolas.

Os imigrantes, na condição de assalariados, tiveram um grande peso na formação de um forte mercado interno brasileiro, pois, além de servirem como mão-de-obra, trouxe consigo técnicas e especialização que implicaram na criação de novas atividades e no desenvolvimento industrial do Brasil. Não obstante, foram importantes também na constituição de um mercado externo, já que foi principalmente no período da grande emigração que se iniciou a consolidação de um mercado entre o Brasil e a Itália. A força de trabalho italiana utilizada na indústria brasileira era predominante, mas não devemos deixar de lado imigrantes de outras nacionalidades que contribuíram, e muito, para o desenvolvimento do Brasil. O operariado também era formado por espanhóis, alemães, portugueses, além de brasileiros. De acordo com Petrone, o operariado estrangeiro no Estado de São Paulo chegava a representar algo em torno de 70% a 90% do total. Desse total de estrangeiros o italiano representava de 60% a 80%.<sup>115</sup>

Devemos nos desvencilhar de estereótipos criados em relação aos imigrantes italianos que colocam todos como pobres, miseráveis e analfabetos. No que tange ao analfabetismo, vimos no capítulo anterior que o número era bastante elevado, porém, não podemos inseri-lo em um caráter totalizante. Quando tratamos da massa de emigrantes, talvez o termo nos remeta à idéia de um grupo elevado de pobres que devido à sua condição no país em que vivia não enxergou outra alternativa que não a do caminho da emigração. Parece plausível supor que a grande maioria de imigrantes italianos que se estabeleceu no Brasil não tinha condições suficientes de continuar em seu país, mas não podemos totalizar a idéia até porque uma parte daquelas pessoas era composta de uma pequena burguesia ou por pessoas consideradas de classe média. Foi, principalmente, essa pequena burguesia que auxiliou no desenvolvimento do processo industrial no Brasil.

As atividades de natureza industrial no Brasil tiveram seu início em fins do século XIX, particularmente na cidade de São Paulo e por todo Estado. Posteriormente, outros Estados começavam a ser contemplados com essa experiência. Se analisarmos os números de estabelecimentos industriais pertencentes a italianos em 1920, veremos que o Estado de Minas Gerais congregava 149, ficando atrás apenas de São Paulo (com 1.446) e do Rio Grande do

---

<sup>115</sup> PETRONE, Pasquale. A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, p. 501.

Sul (com 227).<sup>116</sup> Para alguns esses números podem parecer discrepantes, mas devemos levar em consideração que a capital mineira havia sido fundada há somente vinte e três anos. Outras cidades mineiras também experimentavam um desenvolvimento industrial crescente.

As fábricas ou oficinas eram, geralmente, de pequenas dimensões, com uma mão-de-obra reduzida (limitada muitas vezes ao trabalho familiar), baixo capital e reduzida produção. Tinham sua concentração maior em centros urbanos e uma produção voltada para bens de consumo em geral. Em pequenas cidades ou áreas rurais, predominava estabelecimentos voltados a fabricação e reparo de instrumentos e utensílios agrícolas, além, é claro, da venda de alimentos. Os italianos tiveram uma participação importante na indústria da construção civil, seja por atividades qualificadas, seja pela força de trabalho.<sup>117</sup> Partiremos agora para uma análise da industrialização de Belo Horizonte e a importância dos italianos nesse processo.

Quando da instalação da *Saint John Del Rei* (1834) e da Cia. Mineira de Fiação e Tecidos (1879), em Marzagão, distrito de Sabará, as atividades comerciais começaram a se desenvolver, sendo precursoras das indústrias de Belo Horizonte.<sup>118</sup> Antes mesmo da inauguração da capital já se via estabelecimentos de imigrantes italianos como casas de comércio, pensões, quiosques, entre outras.<sup>119</sup> Durante a construção da cidade, surgiram algumas pequenas empresas produtoras de materiais para construção. Essas primeiras indústrias eram caracterizadas pela produção voltada para o mercado local, baixo grau de mecanização e pela utilização de matérias-primas advindas do setor primário, ou seja, estavam mais próximas de manufaturas do que de indústrias como conhecemos atualmente. Com o crescimento gradual da população, começam a ser criadas pequenas indústrias tais como funilarias, cervejarias, marmorarias, tipografias, padarias, serrarias, marcenarias, olarias, ferrarias, além de fábricas de carroças, arreios, cigarros e artigos de vestuário. O primeiro lugar a concentrar uma parte considerável das indústrias de Belo Horizonte foi a região em torno da Praça da Estação. O lugar foi escolhido estrategicamente pela facilidade no transporte de matérias-primas e escoamento da produção. À medida que a cidade foi

---

<sup>116</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 213.

<sup>117</sup> PETRONE, Pasquale. A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, p. 494-499 *passim*.

<sup>118</sup> GONTIJO, Moema Moreira. *100 anos da indústria em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG – SESI, 1998, p. 11.

<sup>119</sup> BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. (orgs.). *Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais*. Belo Horizonte: S.N., 2003, p. 159.

crescendo e se estruturando, o setor industrial começou a se firmar graças aos incentivos da prefeitura<sup>120</sup> e o capital dos imigrantes, principalmente italianos, portugueses e espanhóis.<sup>121</sup>

Na obra *100 anos da indústria em Belo Horizonte*, Moema Moreira Gontijo nos mostra o traçado do desenvolvimento industrial de Belo Horizonte, apresentando várias das indústrias, fábricas e casas comerciais que se estabeleceram desde os anos de sua construção até fins do século XX. Através dessa obra podemos perceber o quanto foi importante a presença imigrante no desenvolvimento industrial da capital.<sup>122</sup>

As indústrias e comércios da capital eram basicamente familiares, ocorrendo que muitas das vezes os parentes eram convocados da Itália para virem trabalhar com seus familiares que estavam ascendendo economicamente. Rosina Brito, italiana nascida na cidade de Morigerati, exemplifica essa questão ao afirmar que veio da Itália porque seu pai havia sido convocado pelo seu tio: “[...] escolheram Belo Horizonte e o que veio primeiro gostou e começou a chamar ou outros [...]. Meu tio que chamou para ele vir para cá [...]. Depois de três anos ele mandou nos buscar”<sup>123</sup>. Acontecia também que algumas indústrias de italianos na capital se expandiam e anexavam novas áreas, e, conseqüentemente, forneciam novos produtos. Não podemos deixar também de citar que muitos construtores da capital se transformaram em grandes empreendedores do ramo industrial.

Finalizando a presente abordagem, não nos atreveremos a fazer um levantamento a respeito de quais regiões da Itália eram os italianos da capital. Como foi apresentado, Belo Horizonte recebeu italianos dos mais diversos Estados do Brasil, de outros países (Argentina e Uruguai, principalmente) além de vários vindos diretamente da Itália na busca de novas oportunidades. Existem correntes que delimitam a existência em centros urbanos brasileiros da predominância de italianos meridionais (sulistas) ou centrais. Isso se deve ao fato da primeira leva de italianos, vinda no período da grande emigração, ser constituída

---

<sup>120</sup> Assim como o Decreto nº 1516 baixado, em 1902, pelo então prefeito de Belo Horizonte, Bernardo Monteiro, que determinava a concessão de terrenos a indústrias, associações e a venda a particulares.

<sup>121</sup> GONTIJO, Moema Moreira. *100 anos da indústria em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG – SESI, 1998, p. 13

<sup>122</sup> Das indústrias e fábricas criadas por italianos, até a década de 1930, podemos citar: Fábrica de Ladrilhos e Marmoraria Lunardi (1896), Carlo Fornaciari & Filhos (1897) (Indústria de Bebidas), Companhia Minas Fabril (1900), Mecânica de Minas (1903) (Indústria de Fundação), Cerâmica Poni & Josué (1908), Estabelecimento Industrial Mineiro (1909) (Indústria de Produtos Alimentícios e Cerâmica), Fábrica de Carros e Carroças Domingos Chiari & Irmão (1911), Massas Alimentícias Martini (1914), Fábrica de Chapéus de Sol (1915), Torquato Panicali & Filhos (1920) (Indústrias Metalúrgica), Massas Alimentícias Isoni (1922), A Única S/A (1928) (Indústria Mecânica), Domingos Costa Indústrias Alimentícias S/A (1925) e Fábrica de calçados Jade (1931).

<sup>123</sup> BRITO, Rosina Maria Graça Calicchio de. Belo Horizonte, Brasil, fev. 2007. Entrevista concedida a Nayara Oliveira Silva e Daiene Solange Dalamora.

massivamente por vênets (setentrionais) que se dirigiram para o sul ou fazendas do sudeste brasileiro (pela sua experiência com o mundo rural).

Partiremos agora para as discussões relacionadas à organização dos imigrantes em associações e sociedades, além da criação de escolas e divulgação de suas idéias por meio da imprensa. Esses meios foram importantes no processo de formação da identidade cultural fora do país de origem. A noção de pertencimento a uma mesma pátria é criada na alteridade, ou seja, os italianos só começam a se enxergar como tais quando são designados assim pelos brasileiros. Essa identificação faz com que eles iniciem o processo de desenvolvimento da consciência identitária. Embora muitos se sentissem pertencentes a determinadas regiões e não ao país, é frente aos brasileiros que alguns italianos descobrem o *ser italiano*.

## CAPÍTULO 3 – ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES ITALIANAS NA CAPITAL MINEIRA

### 3.1 – O associativismo italiano

A vida associativa dos italianos no Brasil teve início antes mesmo do fenômeno da grande emigração. A maior parte das associações e sociedades italianas foi criada nos centros urbanos. A primeira sociedade italiana surgida no Brasil, de que se tem comprovação, foi a *Società Italiana di Beneficenza*. Criada em 1854, no Rio de Janeiro, contou em seu início com 126 sócios, ou seja, um número bastante expressivo se levarmos em consideração a pequena colônia italiana naquela época. Em 1875 acabou se fundindo com a *Società di Mutuo Soccorso* e passou anos lutando para que não se extinguisse.<sup>124</sup> Interessante ressaltar que ela teve sua fundação sete anos antes de firmada a existência da nação italiana, e, de acordo com seus estatutos, já eram reconhecidos como italianos todos os filhos das províncias que formariam a Itália unificada.<sup>125</sup> Foi principalmente durante o período conhecido como a “grande emigração italiana” que se deu a formação de um sem número de associações e sociedades italianas ao redor do mundo.

Como a principal força de trabalho imigrantista no Brasil, os italianos precisavam ser ouvidos e obter maior espaço na sociedade que lhes acolhia. A grande “colônia” italiana se utilizou da criação das associações e sociedades para se “defenderem” no seu novo território, já que, o governo italiano, principalmente antes do fascismo, havia esboçado pouco ou quase nenhum esforço em tutelá-los. O governo italiano, que havia incentivado a emigração como forma de solução para a economia da Itália sempre demonstrou descaso para com seus filhos. Essa questão pode ser percebida, por exemplo, pela falta de zelo nos trâmites de repatriamento, ou seja, no reenvio de italianos à pátria, pelos consulados, de pessoas que se encontravam sem recursos em algum país estrangeiro. A escassez de verbas destinadas a esse fim fez com que cônsules de São Paulo, sem ter como repatriar os indigentes, acabassem internando-os na Santa Casa de Misericórdia, ou ainda colocando-os na Hospedaria de Imigrantes, onde os desesperados fizeram seu caminho de volta às fazendas.<sup>126</sup> Não era interessante, naquele momento que a Itália passava, receber os emigrantes de volta. Esse

---

<sup>124</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 171.

<sup>125</sup> COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004, p. 31.

<sup>126</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 165.

descaso ou mesmo tática do governo italiano auxiliou ainda mais o processo de assimilação do imigrante no Brasil.

O governo brasileiro, em fins do século XIX e início do século XX, não concebia um projeto de bem estar social para seus filhos, muito menos para os imigrantes. Viscardi acredita que o alto índice de desemprego, orfandade e desvalimento resultaram na proliferação de vários abrigos, hospitais, associações de mútuo socorro e escolas.<sup>127</sup> Muitos imigrantes que aqui se estabeleceram, não conseguindo, tão logo a sua chegada, se inserir no mercado de trabalho, acabavam alcançando auxílio através das associações de mútuo socorro. Antes de 1882, as sociedades necessitavam de aprovação do Presidente da Província, com relação aos seus estatutos, para que pudessem funcionar. A partir dessa data, e com as primeiras legislações republicanas, as sociedades, que não tivessem finalidades lucrativas, não mais precisariam do aval do Presidente da Província para se constituírem. O Art.72 da Constituição de 1891 previa que era lícito a todas as pessoas se associarem livremente sem armas, podendo a polícia intervir caso fosse necessária a manutenção da ordem pública. O Decreto nº 173 de 1893 permitia que as sociedades de mútuo socorro fossem reconhecidas enquanto pessoa jurídica, desde que tivessem os seus estatutos registrados e publicados nos jornais oficiais do Estado, e, em 1916, o Código Civil passou a regulamentá-las. O Conselho do Trabalho, criado em 1934 através do Decreto nº 24.784, ficou encarregado de fiscalizar as instituições de seguro social e demais congêneres. As instituições deveriam enviar seus estatutos e informações sobre as entidades para fiscalização, e, se necessário, o Conselho interviria.<sup>128</sup>

Segundo Cenni, a origem das sociedades italianas seguia, quase sempre, um mesmo padrão: um ou mais imigrantes convocavam uma assembléia (mais ou menos numerosa) onde se discutiam as linhas de ação (na maioria das vezes assistencial ou recreativa), escolhiam o nome e iniciavam uma campanha para se conseguir a sede própria.<sup>129</sup> Antes da criação das sedes, era muito comum que os italianos fizessem as reuniões e assembléias na casa de representantes das associações ou sociedades, ou mesmo em salas de aluguel. As sociedades italianas que surgiram no Brasil foram bastante numerosas, em contrapartida, duravam pouco. Algumas tiveram sua origem da fusão com outras, ou mesmo, se constituíram de transformações, alterando o nome original. O Sul do Brasil pode ser uma exceção, até certo ponto, pois nos Estados que congregam essa região as sociedades italianas tiveram uma vida

---

<sup>127</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e filantropia. In: *Locus* Revista de História, Juiz de Fora, Ed. UFJF, Vol. 18, 2004, p. 3.

<sup>128</sup> DUARTE, Renata Garcia Campos. "Uma outra consciências de classe": A alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mutuo Socorro em Belo Horizonte. In: *História em Curso*. Belo Horizonte, Vol. 1, n. 1, p. 66-111, 2009, p. 74.

<sup>129</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 247.

maior. Isso se deveu a alguns fatores como: recepção de imigrantes de regiões da Itália que participaram ativamente da unificação, a forma de colonização e o menor grau de assimilação.

Como foi dito anteriormente, um dos principais problemas da pouca duração dessas sociedades se deveu ao fato de contarem com um número de sócios reduzido. Para se ter idéia, o número de sócios das associações no Brasil era inferior ao das co-irmãs fundadas na Argentina e nos Estados Unidos, e até mesmo em países como Chile e Uruguai que haviam recebido menos imigrantes italianos que o Brasil. Em 1908, o número de sócios das 24 sociedades italianas oficialmente existentes em Minas Gerais era de 1.442<sup>130</sup>. Se levarmos em consideração que as sociedades operárias compreendiam a maior parte dos sócios pode deduzir-se que muitas delas não alcançavam 30 sócios. O pequeno número de sócios pode ser compreendido por vários motivos, dentre eles: o grau de assimilação dos italianos no Brasil, a falta de uma identidade, as altas mensalidades e o curto tempo que muitos tinham para se dedicar às associações.

Com a mesma facilidade e velocidade com essas associações eram criadas ocorria o seu fechamento. Normalmente, isto se dava por motivos de disputas internas, seja por rivalidades pessoais, políticas ou regionais. Para Viscardi, o fechamento e a extinção do patrimônio das associações se deram pelas sucessivas crises vividas no Brasil e pela ausência de planejamento orçamentário dessas instituições.<sup>131</sup> O regionalismo talvez tenha sido o principal articulador não somente do processo de desagregação dessas instituições, como também de criação. Esse duplo ato pode ser compreendido quando vemos a grande quantidade de associações e sociedades italianas de base regional que se constituíram no Brasil, levando sempre o nome das regiões italianas que representavam. Entretanto, quando as associações não eram de bases regionais, o regionalismo se colocava como semeador de discórdia entre os membros, ou, pelo menos, como empecilho, já que muitos italianos dominavam apenas seus dialetos e não conseguiam se comunicar em italiano dentro das instituições. O nível de divisões existentes era tão grande que, no Brasil, foram realizadas várias tentativas, sem êxito, de se fundar uma federação das sociedades italianas. Nem nos Estados brasileiros se conseguiu criar uma federação das associações.<sup>132</sup> Somente com a ascensão de Mussolini e o regime fascista se iniciou o processo de aglutinação (unificação) das associações e sociedades através da criação das *Casas d'Italia*.

---

<sup>130</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 173.

<sup>131</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e filantropia. In: *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, Vol. 18, 2004, p. 16.

<sup>132</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 161-175 passim.

A situação só confirmava ainda mais o grau de comprometimento das associações com os interesses próprios. Outra tendência que levava ao fim as associações era a própria restrição com relação a participação de não italianos. Com o crescente declínio da imigração no século XX, a diminuição de novos sócios e o conseqüente envelhecimento e falecimento dos antigos membros fez com que muitas associações fossem esvaziadas e fechadas. Por fim, um elemento crucial para enfraquecimento das associações e sociedades de imigrantes no Brasil foi a política do Estado Novo, que quando não as nacionalizava, incitava seu fechamento.

O Estado Novo (1937-1945) fundado por Getúlio Vargas foi um regime político marcado por questões nacionalistas e “raciais” e espelhado em vários pontos do fascismo e do nazismo. A busca pela construção da identidade nacional e de um novo homem passava pela lógica de assimilar os imigrantes que aqui viviam. Antes do Estado Novo as associações, sociedades, escolas “étnicas” e a imprensa conheceram um significativo período de expansão. Porém, desde a criação da Constituição de 1934, a questão imigratória ganhava novos contornos com a restrição à entrada de imigrantes no país. Após a formulação da Constituição de 1937 o regime se colocou a “atacar” os meios utilizados pelos imigrantes de divulgação e manutenção da cultura e língua. Como a idéia fundamental do Estado Novo era a construção de uma identidade nacional e de um novo homem, se tornava inconcebível que os imigrantes continuassem “deslocados” no Brasil. Para isso, foi projetada a Campanha de Nacionalização que previa minar as chamadas “colônias” e, ao mesmo tempo, abrasileirar os imigrantes integrando-os a sociedade brasileira e fazendo com que a “nossa raça” fosse aperfeiçoada. É perceptível que o Estado Novo acabou se apegando aos resquícios da teoria do branqueamento, porém, remodelando-a.

O principal Decreto-Lei criado durante o Estado Novo e que teve como principal foco os imigrantes foi o de nº 383 de 14 de abril de 1938. Esse decreto acabou alterando o antigo sistema de registro e acompanhamento de imigrantes no Brasil, culminando assim no fechamento das associações e sociedades ou levando-as a nacionalização. O decreto previa ainda que brasileiros, inclusive naturalizados e filhos de estrangeiros, fossem proibidos de serem sócios ou participarem das associações de imigrantes. A medida, se não acabou imediatamente com as associações e sociedades, impediu a renovação do quadro de sócios o que levou-as ao fechamento. O que ocorreu com as escolas “étnicas” não foi muito diferente. O decreto afirmava que o ensino fosse nacionalizado, ou seja, que as escolas de imigrantes obrigatoriamente ensinassem o português e levassem nomes brasileiros. Outra norma era que somente brasileiros podiam ocupar cargos de direção e os professores deveriam ser brasileiros

natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras. As aulas deveriam ser ministradas obrigatoriamente em português e proibia-se o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos. O auxílio proveniente dos governos ou instituições financeiras estava oficialmente vetado. A nacionalização do ensino e as limitações ao uso da língua estrangeira acabou culminando na proibição de idiomas e dialetos em público. Por fim, os meios de comunicação, rádio e imprensa acabaram sofrendo censura por parte do governo brasileiro. Os programas de rádio que eram dedicados aos imigrantes chegam ao fim. Os jornais, em um primeiro momento, foram obrigados a ter, em seu quadro, um redator brasileiro, com a finalidade da censura. Era necessário também que as publicações fossem em edições bilíngües contando com artigos patrióticos. A proibição definitiva ocorre em 1939, quando se dá o desaparecimento dos jornais e revistas voltadas para os imigrantes.<sup>133</sup>

Por mais que pareça, essas medidas propostas pelo Estado Novo acabaram demorando bastante para serem cumpridas, isso quando realmente foram colocadas em prática, variando principalmente de região para região do Brasil. O que muitas associações e sociedades faziam era não se oficializarem para que restrições não lhe fossem impostas. O fato é que com a entrada do Brasil ao lado dos países aliados na Segunda Guerra Mundial, em janeiro de 1942, a atuação do governo foi incisiva, principalmente em relação aos imigrantes alemães, italianos e japoneses, sendo que suas associações ou sociedades que ainda estavam em funcionamento acabaram sendo fechadas. No mesmo ano, após o torpedeamento dos navios brasileiros por submarinos alemães, as relações entre os brasileiros e os imigrantes (principalmente alemães e japoneses, pois os italianos, em sua maioria, estavam assimilados) estremeceram. Ocorreram prisões e depredações a estabelecimentos de imigrantes, além das restrições às liberdades individuais. Apreensões de livros, jornais, rádios transmissores foram comuns no período, pois, o governo brasileiro elucidava que os imigrantes pudessem estar compactuando com a política eixista.

Retomando a discussão sobre as associações e sociedades italianas no Brasil, veremos que segundo Cenni, o único congresso onde se obteve alguns êxitos foi no de 1904, intitulado de *Congresso delle Società e altre istituzioni italiane* (Congresso das sociedades e outras instituições italianas). Realizado pela sociedade *Galileo Galilei* de São Paulo, e contando com representantes das mais variadas sociedades italianas do Brasil, o congresso discutiu temas como: imigração, relações de trabalho, colonização, escolas, entre outros assuntos. No que

---

<sup>133</sup> COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004, p. 47-48 *passim* e SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 199-221 *passim*.

tange o respeito dos direitos civis e políticos dos italianos residentes no Brasil, o congresso acabou reconhecendo que a mudança de nacionalidade não significaria traição a pátria. Esse incentivo à naturalização brasileira, embora parecesse representar a negação da identidade italiana, acabou se tornando uma estratégia de defesa da mesma.<sup>134</sup>

As sociedades eram normalmente fundadas por industriais, comerciantes ou trabalhadores qualificados, principalmente quando falamos de centros urbanos. De acordo com Trento, pode se compreender o surgimento de muitas associações a partir do momento que totalmente, ou quase, privados de participar da vida política e pública do país, seja por escolha ou impossibilidade, fundavam uma infinidade de instituições e descarregavam “[...] na vida associativa da colônia ambições, frustrações, manias de grandeza e querelas pessoais”<sup>135</sup>

As associações “étnicas” podem ser compreendidas como agrupamentos sociais seletivos e excludentes, fundadas em ambientes sociais heterogêneos, com o objetivo de agrupar pessoas que compartilham de uma mesma origem geográfica e possam, nesse núcleo, promover a divulgação de sua língua e sua cultura forjando um elo de ligação com a terra natal. Genericamente apresentavam um caráter assistencial e tinham como plataforma: a união, o trabalho e solidariedade. Até o período anterior à Segunda Guerra Mundial, predominou no meio urbano brasileiro as associações italianas voltadas à beneficência e o socorro mútuo (segundo Trento, representava mais de 3/4 do total)<sup>136</sup>. No meio rural, principalmente nos estados do Sul do Brasil, embora congregasse associações com esses vínculos, o predomínio foi das sociedades “da capela”<sup>137</sup>, cooperativas, recreativas e esportistas. Embora a maioria das associações tivesse um caráter assistencial, podemos perceber quatro áreas básicas de atuação destas nesse período: a área beneficente, educacional, esportiva (ou recreativa) e cultural, sendo que algumas associações congregavam mais de uma área de atuação. Das associações “étnicas” situadas no meio urbano, a sua expansão se deu principalmente com o advento da República e as consequentes transformações políticas e econômicas no Brasil que auxiliaram no processo de urbanização. Por mais que essas sociedades, independente da área de atuação, se auto-proclamassem

<sup>134</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 252-253 *passim* e COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004, p. 44-45 *passim*.

<sup>135</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 172.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 173.

<sup>137</sup> As sociedades “da capela” tiveram maior destaque no sul do Brasil onde o clero conseguiu, através da prática religiosa que era comum entre a grande parte dos imigrantes italianos, agrega-los em torno de uma colônia. Essas sociedades desenvolviam: atividades escolares, recreativas e promoviam bailes e reuniões. COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004, p. 26-27 *passim*.

italianas, se constituíam como sociedades de pequenos grupos ou classes. Não eram poucos os conflitos existentes entre as diversas sociedades italianas, principalmente as existentes nos centros urbanos, sendo a rivalidade fundamentada pela busca por *status*.<sup>138</sup> Se torna claramente visível que as associações buscavam se aliar às elites locais para obter determinadas vantagens. No que tange às associações italianas, não podemos deixar de atestar que, embora a grande maioria aceitasse somente italianos, surgiram algumas que abriram espaço para ítalo-descendentes, italianos naturalizados brasileiros ou mesmo pessoas de qualquer etnia. Não era pequeno o número de italianos que participavam ao mesmo tempo de várias associações. Com relação a mulheres, estudos apontam que sua participação como sócia era vetada, ou seja, só podiam participar de festas ou mesmo ações de caridade. Interessante que, durante o regime fascista, as mulheres eram coroadas com apenas duas funções específicas, ou seja, a de procriação e a de criação dos filhos.<sup>139</sup>

Como se dava a construção e divulgação da identidade cultural nas associações italianas? Assumir a origem apenas não bastava, eram necessárias formas de explicitar o amor pela mãe-pátria e a sua cultura. Para isso, as associações promoviam festas referentes a datas nacionais como a unificação da Itália, a morte dos grandes italianos (Dante, Mazzini, Cavour, Garibaldi, entre outros), e, durante o regime fascista, além das comemorações anteriores se voltava para comemorar a fundação dos *Fascio* e a Marcha sobre Roma. A pátria era reconstruída como terra mítica, ou seja, era importante que o passado fosse rememorado de uma forma positiva para que os italianos criassem um sentimento de pertencimento. Não obstante, o uso da língua pelos membros (sócios) representava o ponto mais alto de amor à pátria.<sup>140</sup> As festas podiam também ser referentes a datas regionais como nos apresenta a italiana Rosina Calicchio de Brito: “a gente comemorava muito uma data do nosso santo, lá de Morigerati<sup>141</sup> [...] São Demétrio. Então, todo agosto a gente fazia a festa dele, juntava todos os italianos de lá, não é? De Morigerati.<sup>142</sup>

<sup>138</sup> COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004, p. 30-33 *passim*.

<sup>139</sup> CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, p. 365.

<sup>140</sup> LUCA, Tânia Regina de. As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 393-397 *passim*.

<sup>141</sup> Cidade italiana da região da Campânia. Percebemos através das entrevistas realizadas que Belo Horizonte recebeu um grande contingente de pessoas dessa cidade.

<sup>142</sup> BRITO, Rosina Maria Graça Calicchio de. Belo Horizonte, Brasil, fev. 2007. Entrevista concedida a Nayara Oliveira Silva e Daiene Solange Dalamora.

As sociedades beneficentes e de mútuo socorro foram as primeiras a serem fundadas pelos italianos no Brasil. Duarte afirma que elas se dividiam em dois tipos: “étnicas” e classistas. As primeiras se pautavam na valorização da cultura e pátria, além de promoverem o lazer. As classistas tinham praticamente os mesmos objetivos acrescentando finalidades próximas de estratégias públicas, ou seja, de defesa dos interesses e luta contra ou a favor de leis. Essa separação por finalidades nem sempre era rígida. Existiam associações que se pautavam como “étnicas” e classistas ao mesmo tempo.<sup>143</sup>

Essas sociedades se constituíam das doações de seus sócios. Era mediante as contribuições mensais que “[...] asseguravam aos seus associados tratamento médico, medicamentos, auxílios a doentes, velhos, inválidos e viúvas; responsabilizavam-se pela realização do funeral dos sócios; além de propiciarem oportunidades de lazer e instrução”.<sup>144</sup> O caixa das sociedades era formado não só pela contribuição dos sócios, como também pelas doações ou rendas adquiridas com a promoção de bailes e espetáculos teatrais. Esses organismos cooperativos acabaram proporcionando, pela ineficiência do governo italiano, educação aos italianos, além da solidariedade que auxiliava na construção da identidade. Isto não significava que estavam negando-se ao aprendizado do português, até porque em várias escolas italianas aqui no Brasil se dava o ensino da língua italiana e da língua portuguesa. Esse é um outro indício onde podemos notar a assimilação dos italianos, pois o português era ensinado com o intuito de inserir o italiano na sociedade brasileira, e o italiano apenas como meio de construção e manutenção da identidade.

Essas sociedades também faziam ações em prol de instituições de caráter filantrópico<sup>145</sup>, e prestavam socorro aos italianos recém-chegados inserindo-os na sociedade, e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. Diferentemente das outras associações, as de beneficência e mútuo socorro congregavam sócios das diversas classes sociais, seja o operário ou industrial, rico ou pobre. Através da discussão de Dutra, com modificação de alguns conceitos que a autora acaba se utilizando mecanicamente, podemos compreender que as associações mutualistas criadas por imigrantes em Minas Gerais restringiam os sócios de

---

<sup>143</sup> DUARTE, Renata Garcia Campos. "Uma outra consciências de classe": A alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mutuo Socorro em Belo Horizonte. In: História em Curso, Belo Horizonte, Vol. 1, n. 1, p. 66-111, 2009, p. 69.

<sup>144</sup> LUCA, Tânia Regina de. As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 383.

<sup>145</sup> As associações de caráter filantrópico, quase sempre religiosas, foram fundadas por setores sociais abastados na tentativa de prestar socorro aos necessitados, promovendo ações de caridade.

acordo com a origem geográfica, mas não incluía restrições quanto à ideologia, religião ou ao padrão sócio-econômico dos sócios.<sup>146</sup>

Impressionantes são os dados dos Anuários estatísticos do Brasil de 1936 e 1941/1945, do IBGE, apontando para a existência, em 1917, de 790 associações de auxílio mútuo e beneficência em Minas Gerais (ficando apenas atrás do Distrito Federal, com 816). Esse número cai vertiginosamente, em 1942, para 105 dessas associações em todo Estado (Anexo G).<sup>147</sup> Elas acabaram assumindo também funções que deveriam ser prestadas pelo Estado, como auxílio doença, auxílio desemprego, entre outras.<sup>148</sup> Interessante notar que quando o Estado começa a chamar para si a responsabilidade no campo da seguridade pública há um esvaziamento progressivo dessas associações.<sup>149</sup> Talvez essa seja uma das causas da grande queda do número de associações mutualistas entre 1917 e 1945 em Minas Gerais. As outras causas se devem ao surgimento de iniciativas privadas e a campanha de nacionalização do Estado Novo. Por outro lado, com o advento do fascismo, ocorria um aumento considerável de associações voltadas à divulgação da língua e cultura italiana.

No Brasil, vem se discutindo arduamente a respeito da existência ou não de uma continuidade entre as associações mutualistas e as de resistência operária (sindicatos). O mutualismo costuma ser encarado como uma atitude mundial que se consolidou frente às desigualdades proporcionadas pelo capitalismo. A partir dessa idéia, muitos acreditam que as instituições mutualistas seriam um dos prelúdios do processo de formação da classe operária, ou contemporâneas ao surgimento de grupos sindicais. Essa noção evolutiva vem sendo atualmente criticada por vários autores. Talvez, a grande dificuldade de romper esse “evolucionismo” seja pela importância que os imigrantes italianos, no Brasil, tiveram na fundação de sociedades mutualistas, bem como na formação do movimento operário. Não nos cabe aqui aprofundar nessa questão do movimento operário em Belo Horizonte, pois, além de existirem vários trabalhos a esse respeito, não é o foco de nossa pesquisa. Porém, daremos considerável ênfase a ela, pois foram os italianos os criadores da *Sociedade Operária Italiana*, da Liga Operária e do Jornal *O Operario* da capital mineira.

---

<sup>146</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988, p. 72.

<sup>147</sup> Anuários estatísticos do Brasil de 1936 e 1941/1945 sobre as Associações de Auxílios Mútuos e Beneficência.

<sup>148</sup> DUARTE, Renata Garcia Campos. "Uma outra consciências de classe": A alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mutuo Socorro em Belo Horizonte. In: *História em Curso*, Belo Horizonte, Vol. 1, n. 1, p. 66-111, 2009, p. 72-73 *passim*.

<sup>149</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e filantropia. In: *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, Vol. 18, 2004, p. 13.

A primeira sociedade italiana criada em Belo Horizonte foi a *Società Operaia Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*<sup>150</sup> (Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro). No jornal *Bello Horizonte* de 23 de fevereiro de 1896, foi proposta a idéia de se fundar uma sociedade beneficente operária com o intuito de socorrer os pobres e tratar dos enfermos. O *Bello Horizonte* de 15 de março tratou de legitimar que os italianos da capital estavam buscando fundar uma sociedade de socorro mútuo.<sup>151</sup> Suas bases foram discutidas em uma reunião no dia 31 do mesmo mês, onde, de acordo com o jornal, participaram um número considerável de italianos. Nessa reunião, a comissão organizadora, composta por Luís Olivieri, Nicola Marini e Luigi Capobianchi, apresentou o escopo do estatuto da associação que buscava os seguintes objetivos:

1. o vínculo fraternal; viva manifestação do espírito de nacionalidade; a ordem e a economia; 2. a instrução, a educação, e o mútuo socorro moral e material; 3. todo italiano, geograficamente falando, bem como o filho deste, nascido fora da Itália, poderia fazer parte da sociedade; 4. o símbolo da sociedade seria a bandeira nacional italiana.<sup>152</sup>

Na reunião se decidiu que fariam uma outra assembléia, contando com o máximo possível que conseguissem de italianos da cidade, para escolher o conselho diretivo e aprovar os estatutos. A sociedade teve sua fundação a 21 de agosto de 1897, sendo presidida por Donato Donati<sup>153</sup>, e se constituiu enquanto associação civil, de acordo com seu estatuto, um dia depois. Para Versiani, o surgimento dessa sociedade teria se dado em Ouro Preto. A sociedade italiana dos operários de Ouro Preto tinha suas finalidades pautadas no auxílio à imigração e aos associados (em caso de doença, falta de moradia, falecimento, entre outras). Em 1890 essa sociedade contava com 180 sócios. Com a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, e, conseqüentemente, de muitos funcionários, a sociedade acabou sendo “transferida”. Em 16 de janeiro de 1900, a prefeitura doou um terreno na Rua Tamoios, 341, para que se desse a construção da sede, desde que a sociedade abrigasse uma escola.<sup>154</sup> A prefeitura enxergava a importância de uma sociedade que atendesse as necessidades dos

<sup>150</sup> Designada nos jornais por *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* ou somente *Società Italiana di Beneficenza*.

<sup>151</sup> DUARTE, Renata Garcia Campos. "Uma outra consciências de classe": A alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mutuo Socorro em Belo Horizonte. In: História em Curso, Belo Horizonte, Vol. 1, n. 1, p. 66-111, 2009, p. 92-93 passim.

<sup>152</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. V.1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996, p. 539.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 539.

<sup>154</sup> VERSIANI, Eneide Balena. *Imigração Italiana no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Gráfica Lucri, 2004, (s/p).

imigrantes italianos (operários) e queria manter uma amistosa relação com o imigrante. Em 1910, a *Società Operaia Italiana* já contava com cerca de 300 sócios.<sup>155</sup>

Interessante notar que a fundação da sociedade foi anterior à própria fundação da capital, que havia se dado em 12 de dezembro de 1897. O que demonstrava, inicialmente, a preocupação de um grupo de italianos em auxiliar e defender seus compatriotas. Outro fato importante diz respeito à sociedade se autodenominar como operária, o que nos faz remeter à grande presença imigrantista operária que chegou para construção de Belo Horizonte. Biondi afirma que a sociedade servia como um fator de unificação identitária, mas era marcada por lutas internas que demonstravam as divisões ideológicas e políticas existentes, além das visões conflitantes da Itália.<sup>156</sup>

De acordo com seus estatutos, a aceitação de sócios se dava mediante a comprovação da origem geográfica. A participação se reservava somente para italianos (de nascimento) e filhos, sendo que o grande contingente de sócios era constituído por operários. A escolha religiosa e ideológica, ou mesmo o nível sócio-econômico não eram restrições à participação nessa sociedade, apenas, pedia-se que se respeitassem os estatutos e zelassem pela ordem e harmonia. Não sabemos até que ponto essa escolha ideológica influía na participação nesta sociedade, pois, por ser operária, ela detinha um caráter reformista. Apresentava como finalidades: a assistência médica, hospitalar e farmacêutica. Com a criação de uma escola em seu interior, se pautou também na: instrução, educação e recreação. Foi criada uma caixa de socorros com o intuito de auxiliar os sócios em caso de emergência. Ao que concerne à participação na sociedade, os sócios deveriam pagar uma mensalidade e com isso poderiam usufruir dos benefícios. Fora os benefícios materiais, os sócios poderiam participar das assembléias com direito a voto nas eleições para escolha de membros da diretoria e do Conselho administrativo (órgãos que aprovavam os estatutos e regulamentos, além de gerenciarem as sociedades). A permanência dessa sociedade se daria até que o número de sócios fosse inferior ao número de membros da diretoria. Caso este fato ocorresse, os seus bens seriam entregues à mais antiga sociedade italiana em Belo Horizonte. Como ela se

---

<sup>155</sup> RODRIGUES, Maysa Gomes. Imigração e educação em Minas Gerais: os casos de Juiz de Fora e Belo Horizonte. In: V Seminário de imigração italiana em Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 10-11 *passim*.

<sup>156</sup> BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, Vol. 14, nº2, p.41-66, 2008, p.49.

pautava como a mais antiga, os bens seriam repartidos igualmente entre a *Croce Rossa Italiana* (Cruz Vermelha Italiana) e Cruz Vermelha Brasileira.<sup>157</sup>

A respeito das festas e bailes realizados pela sociedade, a grande maioria era de caráter beneficente. Era com o dinheiro arrecadado nas festividades que se formava uma parte do caixa. No periódico *Fieramosca*, várias edições apresentam uma campanha em prol da *Croce Rossa Italiana*, na qual a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* estava buscando obter doações de seus sócios para a causa italiana na Primeira Guerra Mundial. Após duas semanas, obtiveram doações de apenas quatro italianos e do próprio jornal.<sup>158</sup> Datas nacionais italianas também eram comemoradas em Belo Horizonte como podemos perceber no jornal *Roma*. Na edição do dia 1º de outubro, o jornal apresentava os “resultados” da comemoração do dia 20 de setembro (data da unificação italiana), apontando: o desenrolar das festividades, a presença de brasileiros, a inauguração da sede oficial da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*, além da lista de contribuintes e gastos.<sup>159</sup> O jornal *L'eco del Popolo* dos dias 4 e 20 de junho de 1905 apontava para comemoração do centenário de Giuseppe Mazzini, que ocorreria no dia 22 do mesmo mês na sociedade de beneficência, e convidavam o público em geral<sup>160</sup>. Mesmo que os brasileiros não tivessem acesso aos periódicos italianos, os italianos os convidavam através de outras formas. Não podemos deixar de pontuar que a presença de brasileiros nas festividades italianas, em Belo Horizonte, era algo bastante comum. A “colônia” não se mostrava “fechada” em relação à sociedade brasileira.

O primeiro presidente da *Sociedade Operária Italiana*, Donato Donati, socialista e homem forte no movimento operário mineiro, foi o criador da Liga Operária (1900). Na reunião de criação da Liga, que ocorreu no Teatro Soucaseaux e contou com mais de 700 operários, se propôs também à publicação de um jornal quinzenal designado de *O Operario*<sup>161</sup>, onde seriam divulgadas as reivindicações dos operários da capital. Essa associação, com tendência socialista-reformista, propunha organizar o proletariado e defender, dentro dos meios legais, os interesses da classe operária. Era a negociação com o poder público que os diferenciava dos movimentos anarco-sindicalistas. Na primeira edição

<sup>157</sup> DUARTE, Renata Garcia Campos. "Uma outra consciências de classe": A alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mutuo Socorro em Belo Horizonte. In: História em Curso, Belo Horizonte, Vol. 1, n. 1, p. 66-111, 2009, p. 72-94 *passim*.

<sup>158</sup> *Fieramosca*, 25 e 29 de março e 1º e 5 de abril, de 1916, p.1.

<sup>159</sup> *Roma*, 1º de outubro de 1910, p.2.

<sup>160</sup> *L'eco del Popolo*, 4 e 20 de junho, p.1.

<sup>161</sup> Teve seu primeiro número publicado a 22 de julho de 1900, sendo dirigido por Donato Donati. As idéias socialistas fizeram com que o jornal fosse abraçado preponderantemente pelo elemento italiano. O jornal que tinha a tiragem de 1000 exemplares parou de circular a 7 de outubro do mesmo ano de fundação, ou seja, em seu quinto número. LINHARES, Joaquim Nabuco; CASTRO, Maria C. Pimenta S. *Itinerário da imprensa de belo horizonte (1895-1954)*. Belo Horizonte: UFMG, p. 75.

do periódico é exposto o projeto de estatuto da Liga Operária. A partir dele podemos compreender como se constituiria a associação. De acordo com o Art. 1º, a liga operária de Belo Horizonte se pautaria como “uma associação de indivíduos de qualquer nacionalidade que professam idéias democráticas e querem sinceramente contribuir para o melhoramento material, moral e intelectual das classes operárias”.<sup>162</sup>

A formação inicial da Liga Operária era composta por: estudantes, funcionários públicos e comerciantes da capital, além do operariado (principal força). Aos poucos ocorreu a debandada de operários das mais diversas origens geográficas que deixaram a Liga, por não concordarem com tal credo, estranho principalmente ao ambiente brasileiro. Sendo assim, os italianos continuaram com a maioria absoluta na Liga Operária, mas, nem por esse motivo, a Liga constituía-se como uma associação italiana. Os sócios deveriam contribuir com certa quantia e participar de eleições, além de ter livre acesso para profanar reclamações com relação aos patrões ou outros assuntos. Como uma sociedade de socorro mútuo, a Liga pretendia conciliar interesses entre empregados e patrões.<sup>163</sup> Após sua extinção em 1903, Donati fundou o *Centro Operário*, dando continuação aos mesmos fins divulgados pela *Liga Operária*. As reuniões da *Liga Operária* como do *Centro Operário* foram realizadas na sede da *Società Italiana Operaia di Beneficenza e Mutuo Socorrso*. Em oposição ao *Centro Operário*, o governo mineiro fundou, em 1905, a *Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas*, que contou com o jornal *O Labor* como seu porta-voz. Essa confederação legalista tinha como finalidade agregar todo e qualquer operário, pautando seus princípios na sociabilidade, filantropia, instrução, ordem e progresso. Cuidavam de funerais dos associados e, através de fundos financeiros, auxiliavam aos órfãos.<sup>164</sup> Várias outras associações operárias surgem no Estado a partir da década de 1910. A primeira greve de trabalhadores ocorrida em Belo Horizonte, no ano de 1912, promovida por operários da construção civil, foi articulada principalmente por italianos. A greve foi vitoriosa, sendo que os operários conseguiram a fixação da jornada de trabalho em oito horas que foi também estendida a todos os estabelecimentos fabris da capital.<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> *O Operário*. Belo Horizonte, 29 de julho de 1990, p. 1.

<sup>163</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988, p. 116-225 *passim*.

<sup>164</sup> PASSOS, Daniela Oliveira R. O movimento operário em Belo Horizonte no início do século XX: formação espacial, ideologias, imigração e classe na nascente Capital Mineira. In: V Seminário de imigração italiana em Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 13.

<sup>165</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988, p. 177.

Através da documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na pasta referente ao Consulado Italiano de Belo Horizonte, conseguimos identificar várias associações e sociedades italianas que se constituíram na capital. Em Belo Horizonte, diferente de outras cidades, não foi possível identificar nenhuma sociedade de cunho regional ou que levava o nome de heróis nacionais italianos. Das associações e sociedades que trabalharemos a seguir se faz interessante notar que em cinco das seis, os estatutos enaltecem a postura apolítica. Lembremos que durante o Estado Novo se tornou obrigatório que as associações e sociedades não podiam exercer qualquer atividade de natureza política e que, em seus estatutos, deveria constar o caráter apolítico. Essa normatização prescrita nos estatutos afastou, principalmente nos primeiros anos do Estado Novo, várias instituições de sofrerem intervenções. Devemos elucidar que as associações e sociedades italianas em todo Brasil, fundadas e administradas por imigrantes italianos das mais diversas linhas políticas, dificilmente se pautaram internamente como apolíticas.

De acordo com o estatuto da sociedade *Organização Nacional Desportiva*, podemos compreender que sua formação se deu em “sucessão” a uma outra sociedade italiana, *Opera Nazionale Dopolavoro* (fundada em 1º de dezembro de 1935). Essa sociedade civil assumia todos os fundos e trâmites de sua antecessora e se organizaria como pessoa jurídica. Dos objetivos, a sociedade pregava que os sócios, nas horas livres de trabalho, pudessem desenvolver e aperfeiçoar a sua capacidade moral, intelectual e física. Sendo assim, a sociedade se dividia em quatro seções: educação artística (filodramática, música e canto coral), instrução (cultura popular e ensino profissional), educação física (recreativa e esportiva) e assistência (higiene e sanidade). Anexada a essas seções, funcionou a seção juvenil e infantil, destinada à educação esportiva. Das atividades a serem oferecidas, citam-se: esgrima, boxe, futebol, ciclismo, atletismo, etc. No que tange à participação nas atividades da seção juvenil e infantil, o estatuto frisa que não havia qualquer distinção de sexo. Quanto aos sócios, estes podiam ser de qualquer nacionalidade, desde que fomentassem a fraternidade entre os membros da sociedade. Outro ponto interessante era que para ser sócio não existia restrição quanto à nacionalidade. A duração da sociedade era por tempo indeterminado, ou seja, só seria dissolvida caso fosse decidida pelo Conselho Superior ou ocorresse a deliberação de 2/3 dos sócios (que estivessem em dia com os pagamentos). Caso ocorresse a “extinção”, os bens da sociedade seriam transferidos a uma ou mais instituições de beneficência à escolha da Assembléia.<sup>166</sup>

---

<sup>166</sup> Estatuto da *Organização Nacional Desportiva*. Pasta 4192 do Fundo DOPS (APM).

Outra instituição italiana, com abertura para a população brasileira, foi o *Centro Ítalo-Mineiro de Cultura*. A idéia desse Centro era de manter e desenvolver as relações não só culturais como de amizade existentes entre os italianos e os mineiros. Seus fins se pautavam em manter cursos gratuitos e organizar manifestações culturais (conferências, concertos, entre outras). Concebeu em seu interior o programa “Amigos da Latinidade”, que tinha por fim promover o estudo e o conhecimento do que se referia à civilização latina, ou seja, que fosse comum aos dois povos. Para se tornar sócio do Centro, era necessário ser maior de idade de idade, porém sem distinção alguma de nacionalidade.<sup>167</sup> Assim como vários outros institutos e centros espalhados pelo Brasil, surgidos no período do Entre-Guerras, tinha por objetivo estreitar as relações culturais entre a Itália e o Brasil. Cessou de funcionar, assim como a *Organização Nacional Desportiva*, em abril de 1938.<sup>168</sup>

A intensificação das relações culturais com a América Latina se deu nos anos 1930. Após vários balanços se verificou que era necessária a criação de centros onde se buscassem a troca cultural entre italianos e não italianos. Porém, esses centros acabaram não substituindo as escolas italianas que tiveram sua decadência, no Brasil, com a política de nacionalização do Estado Novo.<sup>169</sup> As sociedades culturais italianas no Brasil, antes da Segunda Guerra Mundial,

“[...] nunca conseguiram uma estruturação eficiente no sentido de conseguir realizar uma sistemática ação de intercâmbio cultural entre os dois países, além do campo forçosamente restrito em que repercutiam os ecos das conferências ou de rápidos cursos mantidos por ilustres estudiosos de passagem.”<sup>170</sup>

A *Associazione Nazionale Combattenti* foi uma associação, pelo menos pelo seu estatuto, voltada para italianos ex-combatentes. Se propunha a: cultivar a pátria, defender os valores da nação italiana, glorificar os mortos em guerra, conservar os vínculos de fraternidade entre os combatentes e, por último, prestar qualquer forma de assistência que auxiliasse aos combatentes a vencer as dificuldades. De acordo com os estatutos, só eram admitidos como sócios os militares (voluntários ou conscriptos) italianos que tinham servido à pátria com armas, seja no Exército, Marinha ou Aviação (Aeronáutica). A associação se colocava como hóspede perpétuo da *Casa d'Italia*, com funcionamento no Salão da Victoria.

<sup>167</sup> Estatuto do *Centro Ítalo-Mineiro de Cultura*. Pasta 4192 do Fundo DOPS (APM).

<sup>168</sup> APM/DOPS, pasta 4183(2).

<sup>169</sup> SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. As relações entre Brasil e Itália no período 1918-1939. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

<sup>170</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 413.

Assim sendo, o Real Cônsul italiano de Belo Horizonte designava o presidente da diretoria (que escolhia os cargos de secretário e tesoureiro), empossava a diretoria e tinha plena liberdade em demiti-la. A dissolução da associação poderia ser dada pelas autoridades consulares italianas, se por ventura achassem necessária, ou mesmo, se o número de sócios fosse inferior a sete. Todos os bens, caso a associação fosse dissolvida, ficariam a disposição das autoridades consulares.<sup>171</sup> Essas associações italianas de ex-combatentes foram fundadas ao redor do mundo, durante o regime fascista, para centralizar as “colônias” em torno dos interesses fascistas.<sup>172</sup>

Outra associação mutualista italiana identificada na documentação do DOPS, foi a *Opera Assistenziale Fausto Cecconi*. Essa associação tinha por fim proporcionar assistência moral ou material no limite das suas possibilidades. Os sócios só podiam ser italianos e de boa moralidade civil. Como deveres, eles tinham que: respeitar as leis do país (Brasil) e as autoridades consulares, não alimentar discórdia no meio do grupo, aceitar as decisões da diretoria, apontar os italianos que necessitassem de assistência, comparecer às reuniões e pagar cotas mensais (com quantia mínima estipulada). Como direitos, eles tinham a incumbência de eleger o presidente e solicitar a diretoria para si ou para outros (mesmo que não fossem sócios) quando precisassem de assistência moral ou material (ajudas financeira, médica, entre outras). Caso a sociedade fosse dissolvida, seus bens passariam para a *Casa d'Italia*.<sup>173</sup>

A *Società Italiana di Assistenza* só aceitava sócios beneméritos que fossem italianos ou de províncias geograficamente e historicamente italianas (desde que falasse o italiano) e que doassem determinadas quantias mensais, além da doação de uma jóia que serviria como pagamento para entrada na sociedade. Como sócios honorários, ou seja, designados como tais pela Assembléia da sociedade por terem prestado serviços relevantes à Itália ou à Humanidade, podiam participar pessoas de qualquer nacionalidade, não tendo direito ao voto. Essa sociedade se pautava no mútuo socorro, na instrução (educação intelectual e moral) e na recreação, dando liberdade total para que seus sócios professassem ideologias políticas ou religiosas. Os fundos se compunham: pelas doações, jóias e contribuições mensais, como também pelos lucros obtidos com festas beneficentes. A sociedade fornecia ao sócio doente, auxílio médico e medicamentos para seu tratamento. A *Società Italiana di Assistenza* se colocava como indissolúvel, mas caso a redução de sócios alcançasse menos de quinze, seria

<sup>171</sup> Estatuto da *Associazine Nazionale Combattenti*. Pasta 4192 do Fundo DOPS (APM).

<sup>172</sup> BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 106-130, 1997, p. 110-111 *passim*.

<sup>173</sup> Estatuto da *Opera Assistenziale Fausto Cecconi*. Pasta 4192 do Fundo DOPS (APM).

feito um inventário sobre os pertences da sociedade e entregue às autoridades locais para reorganização da mesma. Se passasse um ano sem que a reorganização da sociedade se desse, as autoridades italianas locais se encarregariam de analisar o que fazer com seus bens.<sup>174</sup>

É de suma importância evocarmos aqui o período de existência aproximada de algumas associações para percebermos o baixo grau de organização da “comunidade” italiana da capital. Um dos grandes problemas de delimitarmos a fundação de cada associação e sociedade é a falta desses dados nos estatutos. A *Casa d'Italia* havia sido fundada em fevereiro de 1935 substituindo, e ao mesmo tempo congregando, a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*. Com o passar dos anos foram surgindo, em seu interior, diversas outras associações e sociedades italianas (ou seções, como alguns historiadores costumavam designar). Em dezembro de 1935 foi fundada a *Opera Nazionale Dopolavoro* e pouco tempo depois ela se tornou a *Organização Nacional Desportiva*, sendo cessada em abril de 1938. A respeito do *Centro-Ítalo Mineiro de Cultura*, não se sabe a data de fundação, mas obviamente, assim como a *Società Italiana di Assistenza*, a *Opera Assistenziale Fausto Cecconi* e a *Associazione Nazionale Combattenti* não surgiram antes de 1935. Documentos do DOPS comprovam que, em janeiro de 1942, somente a *Società Italiana Dante Alighiere* e a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* estavam inseridas no interior da *Casa d'Italia*.<sup>175</sup> Estes dados parecem demonstrar que das associações e sociedades discutidas acima, todas tiveram curta duração e, provavelmente, não tenham cumprido as propostas inseridas em seus próprios estatutos, se é que algumas delas realmente chegaram a se constituir ou funcionar.

Talvez a mais conhecida sociedade italiana existente no Brasil tenha sido a *Casa d'Italia*. Ela foi arquitetada e construída a partir das diretrizes de Roma, ou seja, pela política nacionalista do fascismo. A idéia de criação da *Casa d'Italia* é que ela viesse a congregar todas as associações e sociedades existentes nas cidades, facilitando assim o domínio e fascistização das mesmas. No Brasil, o “assalto” fascista às associações italianas acabou fracassando em várias tentativas por se chocar com uma firme defesa de independência. Porém, em fins dos anos 1920, eram poucas as associações ou sociedades, de qualquer fim, contrárias ao regime fascista.<sup>176</sup>

---

<sup>174</sup> Estatuto da *Società Italiana di Assistenza*. Pasta 4192 do Fundo DOPS (APM).

<sup>175</sup> APM/DOPS, pasta 4183(2).

<sup>176</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 328-363 *passim*.

A *Casa d'Italia* de Belo Horizonte foi fundada em 15 de fevereiro de 1935, tendo sua sede sido construída<sup>177</sup> a Rua Tamoios, n. 341, ou seja, no mesmo lugar onde estava a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*. Como a idéia era de congregar todas as associações, sociedades ou instituições italianas que existiam ou viessem existir em Belo Horizonte, de quaisquer fins (assistencial, beneficente, cultural, recreativo, esportivo, etc), não havia porque ela não ser construída “sobre” a sede de outra. Como o terreno da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* havia sido doado pela prefeitura, seria um gasto a menos para os italianos da capital. Em 1942, devido ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países eixistas, assim como várias associações estrangeiras, a *Casa d'Italia* esteve fadada ao fechamento, o que acabou ocorrendo, de acordo com o periódico *Folha de Minas*, no dia 30 de janeiro daquele ano.<sup>178</sup> Em março, a *Casa d'Italia* foi executada a pagar uma certa quantia a prefeitura da capital referente a impostos e taxas, provavelmente inventados, e, caso a sociedade não fosse capaz de sanar a dívida a prefeitura “sequestraria” seus bens.<sup>179</sup>

Com o fechamento da *Casa d'Italia*, as duas outras sociedades (*Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* e *Società Italiana Dante Alighieri*) que permaneciam em seu interior tiveram o mesmo fim. Diferentemente de todas associações italianas de Belo Horizonte, a *Società Italiana di Beneficenza* acabou voltando a funcionar anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. O documento do Departamento do Interior e Justiça enviado ao Secretário do Governo do Estado de Minas Gerais atestava que

[...] de acordo com o art. 79 n°6, letra b, do Tratado de Paz com a Itália, a referida sociedade está isenta de restrições por ser de caráter beneficente, podendo voltar a funcionar quer como entre estrangeiros, quer como nacional [...] No caso de desejar funcionar como sociedade nacional, deverá reformar os estatutos admitindo sócios de qualquer nacionalidade, concedendo a todos os mesmos direitos [...]<sup>180</sup>

Além dos fins explicitados anteriormente, a sociedade tinha como pauta o respeito às leis brasileiras, a manutenção de harmonia e uniformidade de sentimentos entre os associados, o fortalecimento do espírito de “italianidade” entre os sócios e italianos da cidade (ou que vivam no exterior). Pregava proporcionar uma sala para cada associação ou sociedade que a congregasse e se prestava a desenvolver: a assistência (principalmente médica), instrução e os

<sup>177</sup> A *Casa d'Italia* de Belo Horizonte foi projetada pelo arquiteto Raffaello Berti, imigrante italiano que foi responsável por várias edificações da capital.

<sup>178</sup> *Folha de Minas*, 31 de janeiro de 1942, p. 1.

<sup>179</sup> *Folha de Minas*, 22 de março de 1942, p. 2.

<sup>180</sup> APM/DOPS, pasta 4183(2).

esportes. O seu patrimônio seria constituído por: doações feitas à sociedade, contribuições dos sócios e por outras rendas ou aquisições que a sociedade viesse a receber.<sup>181</sup>

A administração da sociedade seria exercida pelo Real Cônsul italiano na capital, pelo presidente da sociedade<sup>182</sup> e por representantes das associações ou sociedades ao qual ela congregasse. Percebe-se pelo estatuto que o Real Cônsul italiano tinha total força de aceitar ou não as decisões discutidas nas reuniões. De acordo com seus estatutos, a *Casa d'Italia* teve como seus sócios fundadores a *Società Italiana Dante Alighieri*, a *Associazioni Nazionale Combattenti*, a *Opera Assistenziale Fausto Ceconi* e a *Società Italiana di Assistenza*. Com o passar dos anos, foi congregando diversas outras associações, sociedades e instituições italianas de Belo Horizonte, tais como o Consulado, a *Società Sportiva Palestra Itália*, o *Fascio* e a *Opera Nazionale Dopolavoro*. Durante o período do Estado Novo, vários ofícios foram enviados a *Casa d'Itália* para que está remetesse os estatutos das associações e sociedades que ela congregava além da lista de sócios e outras informações.

Através da documentação do DOPS, de 1938 a 1941, podemos perceber várias festas, bailes, exibição de filmes (a grande maioria propagandísticos), sessões cívicas e apresentação de palestras na *Casa d'Itália*. Durante o Estado Novo, antes de promover qualquer “atividade” era necessário que o Cônsul ou o secretário da sociedade enviasse ao Delegado de Ordem Política e Social uma carta informando sobre as realizações que se dariam no local e adquirisse alvará da Polícia. Das comemorações de datas nacionais italianas ou do regime fascista, se percebe a entrada sendo exclusivamente liberada para italianos (com seus familiares).<sup>183</sup> Podemos pensar que isso representasse o caráter fechado da *Casa d'Itália*, mas, devemos lembrar que uma parte considerável dos italianos em Belo Horizonte, homens (em sua maioria) que chegaram aqui para construir a cidade, haviam se casado com mulheres brasileiras. Isso nos mostra que tanto italianos quanto brasileiros acabavam participando das festividades. Há estudos que apontam a vinda de italianos com suas famílias preponderantemente para os núcleos coloniais ou fazendas. No que concerne à vinda de italianos para os centros urbanos, a grande maioria era formada por solteiros ou que haviam deixado a família na Itália. Vilma Costa, ítalo-descendente e filha dos fundadores das Massas Vilma, apresenta essa questão, em Belo Horizonte, ao afirmar que muitos “[...] não vinham

---

<sup>181</sup> Estatuto da *Casa d'Italia*. Pasta 4192 do Fundo DOPS (APM).

<sup>182</sup> A *Casa d'Itália* teve como seu primeiro presidente o italiano Dr. Américo Gasparini.

<sup>183</sup> APM/DOPS, pasta 4183 (2).

com a família porque não tinham condições [...] Eles vinham como imigrantes e aqui eles constituíam outra família e deixavam a família lá sozinha.”<sup>184</sup>

Outra ação que rompe a idéia de um suposto “fechamento” da *Casa d'Italia* diz respeito as linhas políticas na qual os sócios representavam. De acordo com Danilo Savassi, ítalo-descendente que vivenciou a realidade da “comunidade” italiana, a associação congregava “[...] dois blocos, a maioria era fascista, mas uma minoria bem atuante era anti-fascista.”<sup>185</sup> Em 1924, surgiu no Brasil a primeira organização antifascista italiana, *Unione Democrática*. Ao mesmo tempo, várias outras associações com esse mesmo caráter foram surgindo por todo país. Em Belo Horizonte, foi criada a Liga Internacional de Defesa Democrática. A idéia dessa Liga, assim como todas outras associações com esse caráter, era de reprimir o crescimento do fascismo em nosso solo. No Brasil, foram criados alguns jornais antifascistas, sendo o *La Difesa*, de São Paulo, o mais conhecido deles. Fundado em 1923, esse jornal foi financiado principalmente por recursos de lojas maçônicas.<sup>186</sup> A presença maçônica teve um peso considerável no surgimento de movimentos antifascistas ao redor do mundo. As lojas maçônicas eram consideradas como associações políticas e existiram em pequeno número no Brasil. Na capital mineira conseguimos identificar a loja maçônica Roma do grão-mestre Guadagnin, um dos coordenadores do anti-fascismo local.<sup>187</sup>

Das festividades realizadas pela *Casa d'Itália* podemos citar a comemoração de aniversários da fundação dos *fasci di combattimento*, da marcha sobre Roma e da unificação da Itália, ou como eles designavam, da fundação do Império. Outro fato que era comemorado pela “comunidade” diz respeito à posse ou retorno do cônsul italiano de Belo Horizonte. Vélia Costa ilustra essa questão quando diz que o pai dela freqüentava a sociedade e “quando chegava alguma coisa diferente, algum Cônsul, alguma coisa que tinha que representar, ele ia representando o pessoal daqui [...]”.<sup>188</sup> Antes mesmo da criação da *Casa d'Itália* as festividades eram realizadas pela *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*.

A atuação ou mesmo simpatia pelo fascismo, na capital mineira, se deu nos primeiros anos do regime de Mussolini. Na primeira página do jornal *Araldo Italiano*, do dia 18 de

<sup>184</sup> COSTA, Vilma Alves. Belo Horizonte, Brasil, 28 jan. 2007. Entrevista concedida a Adriane Aparecida Vidal Costa e Nayara Oliveira Silva.

<sup>185</sup> SAVASSI, Danilo Achilles. Belo Horizonte, Brasil, 06 nov. 2006. Entrevista concedida a Nayara Oliveira Silva e Adriane Aparecida Vidal Costa.

<sup>186</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (orgs.). *A Imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2003, p. 152.

<sup>187</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 366.

<sup>188</sup> COSTA, Vélia. Belo Horizonte, Brasil, 29 nov. 2006. Entrevista concedida a Adriane Aparecida Vidal Costa e Cássia Paula Campos Costa.

agosto de 1923, há uma apresentação sobre o homem do povo que guiaria a Nova Itália, Mussolini. Na segunda página, uma nota sobre a demonstração que o fascismo vinha despertando nos italianos de Belo Horizonte, para isso, apresentava uma carta de um rico comerciante italiano da capital, Gagliardi, que teria enviado dinheiro ao *Fascio* de *Sant'Arzenio*<sup>189</sup>. Durante o regime fascista o envio de dinheiro por associações e sociedades italianas brasileiras ao *Partito Nazionale Fascista* (PNF) ou a outras associações e entidades da Itália era algo comum. Na carta Gagliardi evocava a grandeza da Itália e de Mussolini:

Itália, a grande mãe das crianças, que cruzaram o oceano em busca de melhor fortuna, ao longo de terras férteis e hospitaleiras - apesar da expansão quase infinita que nos separa dela, apesar dos longos anos de nossa alienação - continua cada vez mais viva no pensamento, e cada vez mais caro em nosso coração, e esta chama do amor puro que nunca falha, nos conforta, nos anima e nos levanta.

Por isso, agora que um dos homens italianos - Mussolini - fez um lar digno de sua história milenar [...] sentimos em nossas veias o entusiasmo para as grandes coisas e nos sentimos orgulhosos e generosos, [...] hoje herói por nossos atos dignos da veneração e admiração universal.<sup>190</sup>

O jornal *La Voce Coloniale*, de 19 de julho de 1924, notificava a substituição de um Cônsul. Escolhido pelo próprio Mussolini, o Sr. Eduardo Pervan se tornaria o novo Cônsul italiano em Belo Horizonte<sup>191</sup>. O Consulado de Belo Horizonte foi instituído, em 1903, pelo Conde Belli di Sardes.<sup>192</sup> A instituição utilizava-se dos periódicos italianos para difundir avisos sobre horários de funcionamento e convocação de militares e ex-militares.

É provável que a chegada do novo Cônsul tenha dado impulso à organização e orientação da “colônia” em torno das diretrizes fascistas. Antes mesmo da criação da *Casa d'Italia* de Belo Horizonte, os italianos já haviam organizado o *Fascio*. Pouco se sabe sobre a criação e atuação do *Fascio* da capital, mas o provável é que ele tenha surgido no ano de 1926.<sup>193</sup> O *Fascio* da capital mineira contou com 170 membros<sup>194</sup>. Sabemos que suas reuniões, antes da criação da *Casa d'Itália*, eram realizadas na *Società Italiana di Beneficenza*

<sup>189</sup> Cidade italiana da região da Campania. Provavelmente fosse sua cidade natal.

<sup>190</sup> *Araldo Italiano*, 28 de agosto de 1923, p. 2. Tradução nossa. L'Italia, la gran Madre, che noi tutti-della vasta falange di suoi figli i quali varcarono l'Oceano in cerca di migliore ventura, lungo lezolle fertilissime dell'ospitaliera terra - malgrado la distesa quasi infinita che ci separa da lei, malgrado i lunghissimi anni di nostra lontananza, - la teniamo sempre piú viva nel pensiero, e sempre piú cara nel cuore: e questa fiamma di purissimo amore, che mai viene meno, ci conforta e ci sprona, ci allieta e ci innalza. Ecco perché, ora che d'Italia nostra un Uomo - Mussolini - ne ha fatta una Patria degna della sua storia milenaria [...] sentiamo nelle nostre vene l'entusiasmo per le cose grandi e generose [...] Oggi degno della venerazione nazionale e della ammirazione universale.

<sup>191</sup> *La Voce Coloniale*, 19 de julho de 1924, p.2.

<sup>192</sup> *La Voce Coloniale*, 10 de julho de 1924, p.1.

<sup>193</sup> *La Squilla*, 7 de novembro de 1926, p. 3.

<sup>194</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 312.

e *Mutuo Soccorso*<sup>195</sup> e que suas atividades cessaram em outubro de 1938, em obediência ao Decreto nº 383 de 18 de abril de 1938.<sup>196</sup> O artigo 1º deste decreto previa que todos os “estrangeiros no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.”<sup>197</sup>

Em 10 de outubro de 1923 se decidiu a criação da Secretaria Geral dos *Fasci* no Exterior. Essa associação no Brasil tinha a principal missão de atrair os imigrantes no exterior para o núcleo do fascismo. Em fins dos anos 1920, os *Fasci* acabaram prestando funções quase que exclusivamente assistencial e educativa. Essa decisão foi tomada depois de constatarem a agressividade dos *Fasci* nos Estados Unidos, que acabaram sendo fechados em 1929. Com esse novo papel atribuído, em 1928, se deu a criação de um novo estatuto dos *Fasci* no exterior, onde se reafirmava algumas normas e criavam novas, assim como o respeito ao país que os acolhera e a não intromissão na política, a utilização da função assistencial, a defesa da “italianidade”, subordinação aos representantes diplomáticos (e ao regime), entre outros. Isso demonstra que os *Fasci* no exterior vinham perdendo cada vez mais espaço para iniciativas partidárias provocadoras.<sup>198</sup> Para auxiliar na defesa da “italianidade” e subordinação ao regime, os *Fasci* exibiam filmes voltados à propaganda do *Partito Nazionale Fascista* (PNF) e documentários sobre as realizações de Mussolini na Itália e no quadro internacional.

O primeiro *Fascio* instituído no Brasil se deu, em 1923, pelo italiano Rocchetti, que havia recebido instruções de Roma para criação deste. Em carta enviada aos jornais da época, ele convidou os italianos a participar dessa instituição ressaltando que só seriam aceitos os verdadeiros italianos que tivessem amor pela pátria. Os *Fasci* apresentavam uma diretoria composta de quatro membros, com as designações de “secretário administrativo, conselheiro de assistência e propaganda, chefe do grupo juvenil, e comandante da seção “Jovens Fascistas”. A responsável pelo *Fascio* feminino não fazia parte dela.”<sup>199</sup> Na prática, esses *Fasci* não funcionavam, assim como diversas associações e sociedades italianas no Brasil. Eram fundados por pessoas interessadas em promulgar o sentimento de “italianidade”, mas apenas acabam se pautando a isso, deixando de concretizar outras ações. Essa penetração do fascismo na comunidade italiana preocupava os brasileiros. Isso porque impedia os imigrantes

<sup>195</sup> *Diário da Manhã*, 28 de outubro de 1927, p. 2.

<sup>196</sup> APM/DOPS, pasta 4183 (2)

<sup>197</sup> Brasil. Constituição de 1937.

<sup>198</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 307-308 passim.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 311.

de se integrarem na cultura brasileira e dava plena liberdade ao fascismo de incitar a violência e agir acima das autoridades brasileiras.<sup>200</sup>

A respeito das sociedades esportivas, as de iniciativa italiana no Brasil não foram numerosas, “[...] mas em compensação das mais importantes, pois algumas agremiações, em particular paulistas, têm sua origem em sociedades fundadas por italianos que logo haviam aberto suas portas a quantos se interessassem pelo esporte”.<sup>201</sup> Nessa área, a maior referência de associações “étnicas” no Brasil é a sociedade *Palestra Italia*. Fundada em 1914, por comerciários e estudantes, essa sociedade se organizou em duas seções: uma esportiva e outra recreativa. O destaque ficou por conta da seção de futebol onde o time era composto exclusivamente por jogadores italianos. O confronto com outros times da capital paulista serviu como reconhecimento positivo dos italianos em meio aos brasileiros.<sup>202</sup>

O *Yale Athletic Club* fundado na década de 1910 e criado no Barro Preto, bairro que comportou alta presença de operários italianos no período da construção da capital, apresentou uma grande parte dos jogadores de origem italiana. O clube que pretendia difundir o futebol e outras modalidades atléticas começou a passar por um período difícil em fins da mesma década de fundação, quando da saída de diversos sócios que eram comerciantes e a permanência massiva de operários. Aurélio Noce, jogador, com as dificuldades do *Yale*, propôs, juntamente com outros jogadores italianos, a fundação de um clube composto exclusivamente por italianos. Após a proposta de Aurélio Noce, em 2 de janeiro de 1921 se dava a fundação da *Società Sportiva Palestra Italia*. Noce, idealizador do projeto, se tornou o primeiro presidente da sociedade esportiva. A estruturação rápida da sociedade se deu graças ao apoio de comerciantes e industriários italianos de Belo Horizonte. O clube se envolveu em várias ações, promovendo e auxiliando nas festividades realizadas para os italianos da capital. Conseguiu fazer frente aos tradicionais times da capital mineira, como o Atlético e o América, estes que, com a crise vivida pelos clubes de Belo Horizonte em 1920, tiveram que abrir seus times para a presença de indivíduos das mais diversas origens geográficas. Aos poucos, o *Palestra Itália* também abriu espaço no seu time para jogadores que não fossem italianos, fornecendo assim, a troca cultural. O clube acabou servindo, em seus primeiros anos, como mecanismo de afirmação identitária dos italianos na vida social da capital.<sup>203</sup>

---

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 309-319.

<sup>201</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 241.

<sup>202</sup> COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004, p. 42-43 *passim*.

<sup>203</sup> RIBEIRO, Raphael Rajão. Participação imigrante nos primeiros anos do esporte em Belo Horizonte. In: V Seminário de imigração italiana em Minas Gerais, Belo Horizonte, p.1-17, 2009, p. 8-15 *passim*.

Para se ter idéia, no jornal *Araldo Italiano* do dia 31 de julho de 1923, há uma grande nota sobre a *Società Sportiva Palestra Itália*. A nota apresenta o rápido crescimento da sociedade que naquele ano (1923), já com 300 sócios. Ela aponta ainda que o nome da sociedade foi inspirado na sociedade existente com o mesmo nome no Estado de São Paulo (campeã em 1920). Além de apresentar a diretoria, a nota fala sobre a doação de um terreno da prefeitura para a construção do campo de futebol e sobre os gastos para construção da arquibancada e muros no local. Não viam a necessidade da construção, de imediato, da sede da sociedade, pois, a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* havia concedido espaço para que a *Società Sportiva Palestra Italia* pudesse funcionar e se organizar.<sup>204</sup>

No mesmo periódico de 2 de setembro os italianos foram convocados a participar das festividades que seriam realizadas em comemoração a inauguração do campo e da arquibancada do *Palestra Italia*. O programa que vai do dia 20 a 25 do mesmo mês congregava festas (com a banda Guiuseppi Verdi<sup>205</sup>, formada por italianos de Belo Horizonte) e jogos contra times mineiros e de fora do Estado.<sup>206</sup> O *Araldo Italiano* do dia 20 de setembro novamente aponta o calendário das comemorações de inauguração do campo.<sup>207</sup> A publicação do dia 20 de outubro separa uma página para proferir o resultado das festividades e jogos realizados pela sociedade.<sup>208</sup> Em janeiro de 1942, após o fechamento da *Casa d'Itália*, a sociedade teve seu nome modificado para *Sociedade Esportiva Palestra Mineiro*.

Muito próximo da área das sociedades esportivas existiam também as sociedades recreativas. Seus fins se pautavam em promoções de músicas, festas, peças de teatro, folclore, esporte amador e de diversas outras atividades de confraternização.<sup>209</sup> Conseguimos identificar em Belo Horizonte, inserida na área de associação recreativa, a *Società Musicale Giuseppe Verdi*. A identificação dessa sociedade se deu através da análise dos jornais italianos que circularam na capital. O jornal *Fieramosca*, de 14 de janeiro de 1917, apresentava uma nota sobre a abertura da escola de música na devida sociedade, e sobre horários de inscrição e aulas.<sup>210</sup> Já o periódico *La Squilla* em 1926, apontava o descontentamento da banda de música e do maestro da banda e diretor da associação, Luigi Cantagalli, com relação à falta de interesse da intitulada “colônia” para com a associação que estava a serviço do patriotismo. Para o escritor do periódico, Giulio Boncompagni, essa falta

<sup>204</sup> *Araldo Italiano*, 31 de julho de 1923, p. 2.

<sup>205</sup> Existiu também, na capital mineira, a banda Ítalo-brasileira, porém, não temos informações necessárias para um estudo sobre a mesma.

<sup>206</sup> *Araldo Italiano*, 2 de setembro de 1923, p. 2.

<sup>207</sup> *Araldo Italiano*, 20 de setembro de 1923, p. 2.

<sup>208</sup> *Araldo Italiano*, 20 de outubro, 1923, p. 2-3 *passim*.

<sup>209</sup> COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004, p. 27.

<sup>210</sup> *Fieramosca*, 14 de janeiro de 1917, p. 2.

de interesse (poucos sócios e alunos) representava a apatia e ingratidão dos italianos, e, por esse motivo, pedia mais atuação do Cônsul a respeito da falta de interesse da “colônia” italiana de Belo Horizonte.<sup>211</sup>

A falta de interesse de considerável parte dos italianos no Brasil com relação às associações e sociedades é claramente visível. Porém, não devemos nos esquecer também do alto nível de desorganização que se fazia como uma das características de muitas associações e sociedades italianas mundo afora. O periódico *Fieramosca*, no dia 5 de abril de 1926, mostra a falta de organização das associações e sociedades italianas que aqui existiam. A nota intitulada como *Che Faremo?* (Que faremos?) apresenta a situação que não era aquela que todos esperavam, pois, o individualismo e a indiferença estavam atrapalhando o bom andamento da “colônia”. Explicitava ainda que a inexistência de uma escola e a desorganização do *Comitato Prò Patria*<sup>212</sup> representava a falta de interesse dos italianos para com o sentimento patriótico. Eram “[...] poucos os que, esquecidos dos seus deveres, mesmo à custa da “comunidade”, satisfaziam sua ambição de monopolizar os sentimentos italianos, quase sempre em detrimento do bom nome da Itália.”<sup>213</sup> No final, o autor da nota afirma que é dever de todos italianos apontarem as causas do “esfacelamento” das instituições e punir os responsáveis pelos problemas causados a “colônia”.

Em 1924, de acordo com o jornal *La Voce Coloniale*, a capital mineira contava com aproximadamente 20 mil italianos e filhos de italianos, ou seja, quase 1/3 da população da capital.<sup>214</sup> Talvez esse número possa ser um pouco exagerado, mas nos mostra como é notável a pouca participação destes imigrantes não só em associações e sociedades, mas também em festas e bailes. O grau de assimilação, a falta de uma identidade e de tempo, as mensalidades, entre outras questões, podem ser algumas respostas para o pouco interesse dos italianos com a sua imaginária “colônia”. Devemos observar, de acordo com Biondi, que em Minas, os conflitos entre a “comunidade” italiana foram amenos se compararmos com os outros Estados brasileiros. O republicanismo social, anarquismo e socialismo se misturavam nas sociedades mútuas e de lazer. O autor remete ainda ao caráter de abertura das associações e sociedades italianas ao diálogo com a sociedade local. Esse processo reforçava a construção identitária

<sup>211</sup> *La Squilla* 7 de novembro de 1926, p. 2.

<sup>212</sup> Criado no Brasil, em 1915, devido a participação italiana na Primeira Guerra Mundial, e depois designado de *Assistenza Civile* (Assistência Civil), o *Comitato Pro Patria* (Comitê Pró-Pátria) foi uma comissão italiana que existiu em todo o país com a principal função voltada para o lado assistencial e fraternal.

<sup>213</sup> *Fieramosca*, 5 de abril de 1926, p. 1. Tradução nossa. [...] pochi che, dimentichi dei loro doveri, anche a costo, del sacrificio della collettività, per la soddisfazione della propria ambizione, monopolizzano i sentimenti italiani, quai sempre in pregiudizio del buon nome d'Italia.

<sup>214</sup> *La Voce Coloniale*, 10 de julho de 1924, p. 1.

italiana no exterior, e ao ponto, auxiliava também na formação de uma própria identidade brasileira.<sup>215</sup> Contudo, “[...] a atividade mais importante da maioria dessas associações, ao lado de seu aspecto assistencial, foi certamente a criação e manutenção de escolas.”<sup>216</sup>

---

<sup>215</sup> BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, Vol. 14, nº2, p.41-66, 2008, p.66.

<sup>216</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 255.

## CAPÍTULO 4 – ESCOLAS E JORNAIS ITALIANOS EM BELO HORIZONTE

### 4.1 – Escolas italianas

Os italianos no Brasil sempre deram valor às escolas, talvez pelo alto grau de analfabetismo<sup>217</sup>, já que muitos deles, principalmente os das primeiras levas, eram de origem predominantemente rural. A busca de vida mais digna no novo país passava pela lógica da instrução.<sup>218</sup> A escola representa o elemento chave para consolidar no indivíduo a consciência de seus deveres e responsabilidades na vida, constituindo um elo capaz de cimentar as coletividades.<sup>219</sup> A escola serviria como instituição central no processo criação e manutenção da solidariedade e amor entre o grupo pela pátria através da transmissão da cultura do país. Mas até que ponto realmente as iniciativas nessa linha foram ou não satisfatórias se levarmos em consideração a luta pela sobrevivência dos imigrantes no país?

A instrução pública no Brasil, no período da “grande emigração italiana”, ainda não havia se modelado completamente. O país que estava empenhado em resolver os problemas de ordem política acabou contemplando uma tardia organização do ensino gratuito. Porém, isso fez com que existisse maior número de escolas “étnicas” italianas se compararmos aos outros dois países que haviam recebido o maior número de italianos durante a grande emigração. Em 1908, existiam 232 escolas primárias italianas no Brasil, “59 na Argentina e 80 nos Estados Unidos, com, respectivamente, 13.656, 6.644 e 8.044 matriculados. Em 1913, eram 396, 87 e 97 escolas para 23.323, 9.393 e 20.340 matriculados.”<sup>220</sup> As escolas se concentravam principalmente nos estados de: São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que contaram sempre com mais de 80% do número de escolas italianas no país. A grande parte das escolas italianas no Brasil teve vida efêmera. Com a expansão do ensino público após a Primeira Guerra Mundial, o pouco auxílio do governo italiano que contribuía quase sempre apenas com material didático, a baixa qualidade, o processo de assimilação e a campanha de nacionalização, as escolas italianas entraram num processo de desaparecimento

---

<sup>217</sup> De acordo com o relatório da secretaria de agricultura de São Paulo, dos imigrantes italianos que entraram no Brasil entre 1908 e 1927, 28,72% eram analfabetos. CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p.256.

<sup>218</sup> PETRONE, Pasquale. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 603.

<sup>219</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 258.

<sup>220</sup> CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora UNB, 1992, p. 61.

gradual. Em 1909, o deputado italiano Enrico Ferri afirmava que os italianos que vieram para a América do Sul aprendiam mais facilmente o português e o próprio espanhol do que o italiano. O conhecimento apenas de dialetos<sup>221</sup> fez com que muitos italianos, ao chegarem no Brasil, se interessassem pelo conhecimento da língua portuguesa, pois daria o mesmo trabalho de aprender o italiano. O diferencial é que a língua portuguesa serviria mais para sua sobrevivência do que a língua italiana.<sup>222</sup>

Durante o primeiro mandato do ministro italiano Francesco Crispi (1887-1891), a Itália iniciou a sua divulgação pelo mundo. A cultura seria um dos pontos chave não só para agregar os italianos no exterior, como também para auxiliar na construção da identidade nacional. Um dos meios de difundir essa cultura e fortalecer a política externa se deu, em 1889, com a criação da associação *Dante Alighieri*. Existente nos mais diversos países receptores de imigrantes italianos, a sociedade tinha por finalidade a divulgação da língua, da “italianidade” e da cultura.<sup>223</sup> Foram essas associações culturais, na maioria dos casos, a se ocuparem da criação de escolas “eticamente” orientadas. Notoriamente, a maioria das escolas levava o nome dessas associações culturais. Quando não se chamavam *Dante Alighieri*, recebiam o nome de alguma figura importante da história italiana.

A primeira escola italiana no Brasil foi fundada, no Rio de Janeiro, pela *Società Italiana di Beneficenza*, e teve vida longa, promovendo a instrução primária não só para filhos de operários italianos, como também brasileiros. Mais tarde, em 1896, surgiu o *Centro Italiano di Istruzione*, bem aparelhado e contando com sólida base financeira. No mesmo ano, deu-se a criação da escola noturna da *Fratellanza Italiana*, sendo sustentada por comerciantes, ela constituiu-se da forma mais heterogênea possível, pois, abrigou de crianças a jovens operários e comerciantes.<sup>224</sup> Os professores das primeiras escolas italianas pelo Brasil eram escolhidos não por sua formação, mas sim pelo seu grau de conhecimento do italiano e de instrução. A procura de brasileiros por escolas italianas pode ser reflexo da tardia instrução pública no Brasil, e estudar nessas escolas não se tornava um empecilho, pois se dava, juntamente ao estudo do italiano, o ensino da língua portuguesa.

A primeira escola “étnica” em Belo Horizonte foi criada por uma comissão da capital denominada *Lega per l’Istruzione*. Conhecida pelos relatos como Escola Colonial Italiana,

---

<sup>221</sup> Após a unificação italiana apenas 2,5% dos habitantes falavam o italiano. BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 56.

<sup>222</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 259.

<sup>223</sup> BIANCO, Vera Lucia. Imaginários coloniais entre Brasil e Itália: entre 1870 e 1890. Florianópolis: UFSC, 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Letras, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995, p. 15.

<sup>224</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 256-257 *passim*.

teve sua fundação em 1903, pela iniciativa do Cônsul italiano Conde Vittore Siciliani de Monreale. Ela utilizou-se gratuitamente das instalações da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* para promover suas atividades. A direção e ensino ficaram a cargo de Francisco Feola e sua esposa. A escola se pautou no ensino gratuito graças ao auxílio (financeiro e material) do governo italiano e da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*. No ano da fundação, a escola se dividia em cinco cursos elementares e era freqüentava por aproximadamente 100 alunos. No ano seguinte, em 1904, esse número subiu para algo em torno de 130. À noite funcionava uma turma noturna com freqüência de 30 a 35 alunos. Em 1906, em uma exposição regional organizada em Belo Horizonte, a escola recebeu uma medalha de Prata pelos seus serviços prestados aos italianos da capital.<sup>225</sup> A organização dessa escola já vinha sendo debatida pelos italianos a alguns anos, porém, foi somente com a criação do consulado em Belo Horizonte, em 1903, que ela se consolidou. Em 1902, o jornal italiano de Belo Horizonte *La Voce Del Cuore* apresentou a seguinte nota parabenizando a iniciativa de se criar uma escola reforçando a idéia de buscar do governo italiano o envio de subsídios:

Sabemos que o Sr. Torquato Panicali, impulsionado por um patriotismo louvável e humanitário, está atrás de outros, para a prática de estabelecer na cidade uma escola italiana. Encorajamos todos aqueles que amam o nosso país e o discurso doce, a ajudarem para que a bela iniciativa não seja infrutífera. Se os promotores não solicitarem e agirem, o Governo da Itália não vai dar uma boa concessão assistencial.<sup>226</sup>

Em 1909, Guadagnin, então presidente da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*, decidiu romper com a *Lega per l'istruzione*, pois, de acordo com ele, o individualismo de seus sócios acabava por destruir o trabalho da “comunidade”. A partir desse momento, dava-se a fundação do *Comitato della Dante Alighieri* local (Comitê da Dante Alighieri), ou seja, a *Società Italiana Dante Alighieri*. As matrizes doadoras e a direção continuaram sendo praticamente as mesmas da antiga escola italiana. No mesmo ano de fundação, a escola recebeu 85 alunos (de ambos os sexos) e compreendeu os cinco cursos elementares que eram adotados nas escolas governativas da Itália, com adaptações as

<sup>225</sup> PINTO, Raymundo Alves; PONTE, Tito Livio. *Álbum de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p. 49.

<sup>226</sup> *La Voce del Cuore*, 21 de setembro de 1902, p. 1. Tradução nossa. Sappiamo che il Sig. Torquato Panicali, nostro da un lodevolissimo sentimento patrio e umanitario, é dietro con altri, a far pratiche per istabilirre in questa città una scuola italiana. Incoraggiamo tutti quelli che amano la patria e il dolce idioma nostro, a concorrere perché la bella iniziativa non rimanga infrutuosa. Se i promotori sapranno, a tempo opportuno, chiedere e agire, il Governo d'Italia non potrà astenersidal concedere un buon sussidio.

circunstâncias e interesses locais.<sup>227</sup> No jornal *Roma* de 1910, detectamos uma nota a respeito da organização dessa nova escola. A nota apontava para o reconhecimento oficial do *Comitato della Dante Alighieri* de Belo Horizonte pela *Società Nazionale Dante Alighieri*.<sup>228</sup> O reconhecimento dessa sociedade apontava para novos investimentos do governo italiano. Além de contar com doações e auxílio da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* e do governo italiano, a *Dante Alighieri* promoveu vários: bailes, eventos e festas na tentativa de arrecadar fundos para não deixar que a escola tivesse um curto período de existência. Essa questão pode ser vista em uma nota publicada no periódico *Roma*, onde é apresentada da seguinte forma:

Uma festa italiana

Temos, primeiramente, para colônia italiana desta capital, uma notícia que certamente os deixaram muito felizes. Em 11 de novembro, dia nataliano de nosso rei, ou, mais provavelmente, no domingo consecutivo, 13 de novembro, terá no teatro municipal, gentilmente emprestado, uma apresentação teatral, encenada pelos pequenos alunos da escola *Dante Alighiere*, com trabalho e direção do maestro Francesco Feola. [...]

A arrecadação desta festa, que será certamente grandiosa e brilhante, irá toda para benefício da sociedade e escola *Dante Alighiere*. Façamos o convite a toda comunidade italiana de prestigiar numerosamente esta festa, que será prazerosa, além de servir como uma ajuda.<sup>229</sup>

Assim como a grande maioria das escolas italianas no Brasil, a *Dante Alighieri* de Belo Horizonte apresentou diversos problemas em relação a sua organização e manutenção. O jornal *Fieramosca*, em 1916, divulgou, em várias de suas edições, notícias a respeito do fechamento e tentativas de reabertura da escola. Na edição do dia 18 de março, a nota falava sobre uma reunião realizada por um grupo de italianos da capital que demonstrando a presença de sentimentos patrióticos buscavam a reabertura da escola. Discutiui-se muito, porém, não se chegou a um consenso. Atribui-se essa situação a ausência do Cônsul que além de não ter justificado sua falta, não havia enviado nenhum representante. A nota terminou com o aviso de uma nova reunião e a convocação dos italianos para que se “sacrificassem”

<sup>227</sup> PINTO, Raymundo Alves; PONTE, Tito Livio. *Álbum de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p. 49.

<sup>228</sup> *Roma*, 20 de setembro de 1910, p. 2.

<sup>229</sup> *Roma*, 29 de outubro de 1910, p. 3. Tradução nossa. Una festa italiana. Diamo, per primi, alla colonia italiana di questa Capitale, una notizia che certamente riuscirà molto gradita. L' 11 Novembre, giorno natalizio del nostro Re, o, piú probabilmente, la Domenica consecutiva, 13 Novembre, avrà luogo al Teatro Municipale, gentilmente concesso, una rappresentazione teatrale, eseguita dai piccoli alunni della scuola della "Dante Alighieri", con lavoro e direzione del loro egregio maestro, Francesco Feola [...] Il ricavato di questa festa, che riuscirà certamente piacevole e brillante, sarà devoluto a beneficio della società italiane di questa Capitale, e della scuola della "Dante Alighieri". Facciamo, fiuda ora, invito alla nostra colonia, a convenire numerosa a questa festa, che, oltre ad essere di speciale diletto, servirà anche ad una provvida beneficenza.

pelo bem da “comunidade”, pois as crianças estavam saindo prejudicadas com o fechamento da escola.<sup>230</sup>

Nas edições do dia 22 e 25 de março, o mesmo periódico apresentava pistas sobre os motivos que teriam levado ao fechamento da escola. Através da reprodução de uma carta escrita por um morador de Belo Horizonte e publicada no jornal italiano de São Paulo, *Avanti!*, o *Fieramosca* explicitava as dissidências internas nas sociedades italianas da capital e o pouco empenho do Cônsul de resolver os problemas das sociedades e da “colônia” em geral. A carta exemplificava a atitude de recusa do Cônsul em receber os representantes da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso* (onde funcionava a *Dante Alighieri*), pelo simples fato de ser uma “sociedade de trabalhadores”. O autor da carta apontava a discriminação do Cônsul em relação aos italianos menos abastados e evocava que estes compartilhavam também do sentimento patriótico. Elucidava ainda que os italianos pouco se importavam com as associações e sociedades italianas existentes na capital.<sup>231</sup> Na edição de 29 de março, o jornal novamente apontava uma nota a respeito da reunião realizada em 14 de março na *Società Italiana* para decidir os rumos da *Dante Alighieri*. Na reunião havia se decidido os nomes que formariam o conselho executivo da associação. A nota tratava novamente de refutar a ação do Cônsul de se ausentar da reunião alegando motivos de saúde, pois, na mesma noite da reunião ele havia sido visto participando de uma celebração dos imigrantes portugueses no Teatro Municipal.<sup>232</sup>

Após várias reuniões e demissões durante todo ano de 1916, no ano seguinte, se dava a reabertura da escola. O *Comitato della Dante Alighieri* abria a inscrição para alunos com mais de seis anos com a matrícula e a mensalidade fixada em dois mil réis. As inscrições deveriam ser realizadas na sede da escola que estava ainda estabelecida no interior da *Società Italiana di Beneficência e Mutuo Soccorso*. Para os filhos daqueles que estivesse servindo o exército italiano, a escola seria gratuita. Para os membros da *Società Nazionale Dante Alighieri* um dos filhos teria estudos gratuitos, caso colocasse outro na escola, teria que pagar 50% das mensalidades. A escola firmava disponibilizar uma sala de aula com ensino em português, mantida pelo governo mineiro, para alunos de qualquer nacionalidade desde que esses participassem das aulas em italiano.<sup>233</sup> Ao que tudo indica, o Consulado Italiano se eximia do auxílio, pelo menos financeiro, e a escola se sustentaria pelas mensalidades e auxílios de outras associações e sociedades, além dos fundos adquiridos em festas e bailes. Lembremos

<sup>230</sup> *Fieramosca*, 18 de março de 1916, p. 2.

<sup>231</sup> *Fieramosca*, 22 de março de 1916 p. 1-2; 25 de março de 1916 p. 2.

<sup>232</sup> *Fieramosca*, 29 de março de 1916, p. 1.

<sup>233</sup> *Fieramosca*, 14 de janeiro de 1917, p. 2.

que a Itália, nesse período, estava participando da Primeira Guerra Mundial e talvez estivesse com contenção de gastos. Percebe-se também a importância que os italianos começam a dar para que as crianças aprendessem o português e participassem da vida do país que os acolhera. Desde cedo, essa segunda ou terceira geração, filhos de italianos, foi facilmente assimilada.

No periódico *Araldo Italiano*, nas edições de 1923, percebemos que o *Comitato della Dante Alighieri* estava totalmente desorganizado e buscava se constituir novamente. Dada a indiferença de muitos, a situação para reavivar a sociedade se tornava cada vez mais difícil. Foi necessário o Cônsul Belli de Sardes convocar os italianos de Belo Horizonte na tentativa de alcançar esse objetivo. Após reuniões e eleições deu-se a escolha dos membros e dirigentes do Comitê. Além disso foram organizadas visitas às residências dos italianos buscando atentar para a causa e fazer com que seus filhos fossem à escola italiana, pois, essa era uma forma de fortalecer o patriotismo e civismo. Assim a *Dante Alighieri* caminhava novamente para sua reabertura. As diretrizes do programa da sociedade foram redefinidas. Buscava-se uma escola onde se pudesse atender não somente as crianças mais também a adultos (com palestras, cursos profissionalizantes, cursos de línguas, etc). De acordo com o *Araldo Italiano* de 20 de setembro de 1923, o que estava faltando para reformação da *Società Dante Alighieri* e da escola era boa vontade dos compatriotas. O autor da nota acreditava que isso só foi possível graças à política de Mussolini, pois, teria sido o ditador italiano o único a despertar o sentimento patriótico na Itália e o entusiasmo nos italianos do exterior.<sup>234</sup> Enrico Orientale, autor de uma das notas sobre a reformulação da escola, dizia estar

[...] muito satisfeito com o atendimento inteligente e amoroso prestado por professores nessa difícil missão. Tratando-se de uma escola bilíngüe, a dificuldade é notadamente maior. Aqui, na verdade, me sinto na obrigação de agradecer aos ilustres colegas brasileiros, pelo louvável trabalho [...] feito para beneficiar as crianças de outro país. [...] Acima de tudo porque em uma terra estrangeira [...] somos convidados a sentar à mesa comum.<sup>235</sup>

Após a definição do corpo de professores da escola, foram escolhidos examinadores para aplicar exames de qualificação. Sendo assim, ao fim de 1923, todos os alunos já estavam

<sup>234</sup> *Araldo Italiano*, 20 de setembro de 1923, p.2.

<sup>235</sup> *Araldo Italiano*, 22 de julho de 1923, p.2. Tradução nossa. Mi son vivamente compiaciuto delle intelligenti ed amorese cure porestare dai signori Insegnanti nella non facile missione. Poichè trattandosi di scuola bilingue, le difficò tà son notavelmente maggiori. Qui, anzi, sento il dovere di ringraziare le distinte colleghe brasiliane, per la lodevolissima [...] a vantaggio dei figli di un'altra pátria [...] Soprattutto perché in terra straniera [...] siamo ben meritevoli di sedere alla mensa comune.

devidamente escolhidos para iniciarem seus estudos no ano seguinte. Pela análise percebemos que a escola contemplaria, pelo menos inicialmente, somente as 4 séries básicas do ensino fundamental. O ano de 1923 contrasta com o princípio do regime fascista na Itália. Sabemos que as modificações implantadas pelo fascismo não são imediatas, mas o Consulado italiano de Belo Horizonte voltava novamente a “prestar” solidariedade aos filhos da Itália.

Durante o ano de 1924, vemos que a escola *Dante Alighieri* se firmou e conseguiu mais novos alunos. Em uma nota do dia 10 de julho, o jornal *La Voce Coloniale* apresentava o crescimento da escola e mostrava que o ensino do idioma português não influenciaria negativamente no sentimento pátrio e disciplinar. A nota ainda mostra que a escola era oficialmente reconhecida pelo governo do Estado e concebia as matérias exigidas pela lei federal e pela legislação estadual, com a vantagem de ensinar a língua italiana. Com o ensino do italiano, os filhos dos italianos poderiam assumir ligações com a Itália. “O italiano que renúncia do ensino da língua paterna é como um filho que rejeita seus pais e se torna bastardo”.<sup>236</sup> No dia 19 de julho, o mesmo jornal fala sobre a importância do Cônsul Belli di Sardes no rearranjo da escola conseguindo auxílios do governo italiano. A nota ainda trata de uma mudança no espírito na “colônia” italiana da capital. Esperava-se que como em São Paulo, os compatriotas de Belo Horizonte pudessem também se destacar. No fim, pede para que a “comunidade” se previna das injustiças e dos inimigos (“maus italianos”) que pensavam apenas em miná-la.<sup>237</sup>

Durante o regime fascista deu-se a criação do Grupo Escolar Benito Mussolini, deixando às claras a admiração ao fascismo por parte dos italianos de Belo Horizonte. De acordo com seu estatuto, publicado no jornal oficial *Minas Gerais*, o grupo escolar criado em 19 de janeiro de 1935 pelo Decreto Estadual nº 11.779 e organizado pelo Decreto Estadual nº 11.909 de 5 de abril de 1935, funcionaria anexo a *Società Italiana Dante Alighieri*, no interior da *Casa d'Italia*, sendo superintendida em sua parte administrativa pelo diretor da escola *Dante Alighieri*, sem ônus para o Estado. De acordo com o Art. 3, do estatuto, ademais o ensino das disciplinas oficiais dos programas primários, seria ministrado o ensino da língua italiana, dentro do horário escolar.<sup>238</sup> Analisando o estatuto do Grupo e um documento no DOPS, onde constam os nomes dos pais de alunos das *Escolas Reunidas Dante Alighieri* (com funcionamento no térreo da *Casa d'Itália*), podemos deduzir que o Grupo Escolar Benito Mussolini não só substituiu a escola *Dante Alighieri* como também absorveu e

<sup>236</sup> *La Voce Coloniale*, 10 de julho de 1924, p. 2. Tradução nossa. L'italiano che rinunzia alla sua lingua é come un figlio che rifiuta i genitori e diventa bastardo.

<sup>237</sup> *La Voce Coloniale*, 19 de julho de 1924, p. 2.

<sup>238</sup> *Minas Gerais*, 7 de abril de 1935.

manteve sua estrutura. Deste documento do DOPS, é interessante situar que grande número dos pais tinha sobrenomes portugueses ou brasileiros, representando a lógica da abertura das escolas italianas para filhos de pais brasileiros ou de outras nacionalidades.<sup>239</sup>

De qualquer forma, a disciplina e rigidez entre vários outros aspectos faziam parte no contexto da escola. Através dos relatos de Vilma Costa que estudou no Grupo Escolar Benito Mussolini, podemos perceber, principalmente antes do Estado Novo, que a escola “abrigava” vários professores e diretores vindos da Itália, além de brasileiros. Havia aulas para ensino da cultura e língua italiana, com livros especialmente enviados da Itália, como também para cultura e língua portuguesa. O uniforme concebia as cores da bandeira italiana. Ela nos afirma que eles tinham uma educação fascista:

[...] Nós éramos educados como na Itália. Fascista, não é? [...] Vinha o professor tinha que saudar. Não podia andar. Tinha que levantar o braço como Mussolini fazia. Tínhamos que fazer a reverência a todos os professores [...] Cantávamos as músicas italianas [...] A educação era muito severa.<sup>240</sup>

Velia Costa, italiana e outra entrevistada que estudou no grupo, endossa a fala de Vilma Costa ao frisar que metade dos professores era de nacionalidade italiana e a outra metade brasileira. Com relação aos alunos, ela nos explica que não havia restrições quanto à nacionalidade.<sup>241</sup> Pela documentação do DOPS percebemos que em janeiro de 1942, o Delegado de Ordem Pública Domingos Henriques Carlos da Silva havia enviado ao Major Ernesto Dornelles um comunicado a respeito das sociedades estrangeiras existentes em Belo Horizonte. Na documentação estava evidenciado que o Grupo Escolar Benito Mussolini possuía diretor e professores brasileiros e era oficializado na Secretaria do Estado. Sendo assim, caso ocorresse o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, o Grupo poderia continuar a funcionar normalmente em outro prédio.<sup>242</sup> Além do Grupo Escolar Benito Mussolini, existiu uma outra escola instituída pelos italianos de Belo Horizonte.

Concebida principalmente pelo auxílio e influência fascista, o Colégio Marconi, depois modificado através de um contrato de arrendamento celebrado entre a “sociedade” e a *Casa d'Italia*<sup>243</sup>, em março de 1940, para *Instituto Ítalo-Mineiro Guglielmo Marconi*<sup>244</sup>

<sup>239</sup> APM/DOPS, pasta 4183(2).

<sup>240</sup> COSTA, Vilma Alves. Belo Horizonte, Brasil, 28 jan. 2007. Entrevista concedida a Adriane Aparecida Vidal Costa e Nayara Oliveira Silva.

<sup>241</sup> COSTA, Velia. Belo Horizonte, Brasil, 29 nov. 2006. Entrevista concedida a Adriane Aparecida Vidal Costa e Cássia Paula Campos Costa.

<sup>242</sup> APM/DOPS, pasta 4183(2).

<sup>243</sup> APM/DOPS, pasta 4183 (2).

(passando a ser uma sociedade brasileira) foi uma importante escola para os italianos e brasileiros. Em meados dos anos 30, o professor Artur Versiani teria sido procurado pelo professor Vincenzo Spinelli, atuante italiano da capital, para se dar a fundação de um colégio. O Marconi foi criado sob a tutela de Mussolini, que havia colaborado financeiramente para construção do prédio, além, é claro, da ajuda dos italianos e ítalo-descendentes que aqui residiam. A *Casa d'Italia* patrocinou o empreendimento e conseguiu que a prefeitura concedesse um terreno, na Avenida do Contorno (Bairro Santo Agostinho), para a construção do mesmo. Vincenzo Spinelli acabou sendo o primeiro diretor do colégio e determinando que a maior parte do corpo docente fosse formada por professores de ascendência italiana. O colégio teve um grande destaque no período por sua atuação, instalações e pelas remunerações pagas aos professores e administradores. A influência do regime fascista presente nos aspectos disciplinares, alcançou até as cores do uniforme dos alunos que representavam as cores da bandeira da Itália.<sup>245</sup>

Fundado em 21 de abril de 1936, o colégio se pautou no ensino das ciências e letras em seus diversos aspectos contando com curso pré-ginásial, ginásial (1º ciclo) e curso colegial, clássico com grego, e científico (2º grau). A religião oficial era a Católica Apostólica Romana, mas dava-se plena liberdade a outras crenças e cultos. Podemos perceber pelos estatutos que o ensino não era totalmente itanófilo. Contemplava-se aos estudos da língua, cultura, geografia e história do Brasil e da Itália. Independente dos auxílios do governo italiano e dos italianos e ítalo-descendentes de Belo Horizonte, o ensino não era gratuito. Os estatutos mostram também que uma das finalidades do colégio seria a criação da Faculdade de Filosofia.<sup>246</sup>

O Instituto acabou organizando a Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, que teve sua fundação em 21 de abril de 1939. A faculdade contou com recursos materiais e financeiros fornecidos pelo Instituto que se propôs a ceder por trinta anos as suas instalações, mobílias e equipamentos necessários para o funcionamento. Com o apoio da *Casa d'Italia*, a faculdade promoveu eventos e manifestações associadas ao regime fascista. Porém, essa realidade acabou tendo curta duração. Em 1940, após o Brasil aproximar suas relações com os países aliados, a Faculdade de Filosofia teve seu funcionamento interrompido por vários entraves burocráticos. Com o rompimento das relações do Brasil com os países eixistas, em

---

<sup>244</sup> Conhecido por: Ginásio Municipal de Belo Horizonte (de 5 de maio de 1948 a 9 de março de 1953), Colégio Municipal de Belo Horizonte (de 9 de março de 1953 a 13 de novembro de 1972) e Colégio Municipal Marconi (de 13 de novembro de 1972 até os dias de hoje).

<sup>245</sup> NETO, Silveira. *História do colégio municipal*. Belo Horizonte: Gráfica do Colégio Municipal Marconi, 1973, p. 32.

<sup>246</sup> Estatutos do Colégio Marconi.

1942, o governo mineiro buscou soluções para que Faculdade de Filosofia fosse transferida, sem ônus financeiro, para as instalações da Escola Normal Modelo, atual Instituto de Educação. Os trâmites acabaram sendo conferidos e, em abril do mesmo ano, a Faculdade foi oficialmente transferida para aquele estabelecimento estadual.<sup>247</sup>

Os jornais italianos de Belo Horizonte acabaram tendo um papel crucial na medida em que demonstravam a importância da criação e manutenção de uma escola italiana. Apontavam os pontos, as falhas e os problemas que levavam ao fechamento das escolas. Os pais, grande parte, nesse primeiro momento, vindos de várias regiões da Itália, só sabiam dialetos. Era importante que a língua e a cultura italiana fosse preservada e divulgada para seus filhos e que nestes fosse inserido um sentimento de “pertencimento”, mesmo que tivessem nascido e vivido no Brasil.

#### 4.2 – Os periódicos italianos

Se as associações e escolas no Brasil eram muitas, o que mais impressiona é o número de jornais e revistas em língua italiana, dos mais diversos gêneros e linhas políticas, que foram publicados no país, entre 1880 e 1940, e, principalmente, entre 1885 e 1920. Surpreendente também foram as iniciativas jornalísticas em Estados como: Bahia, Pará e Pernambuco, onde a colônia italiana era pequena. Levando em consideração todo Brasil, registrou-se “[...] a presença de 43 publicações em 1909 (contra 28 da Argentina), 30 em 1925 e 1927 (quatro das quais diários), e 31 em 1941. Só os Estados Unidos sustentaram maior número de periódicos.”<sup>248</sup> É impossível de se identificar quantas publicações em língua italiana aparecem no país, seja pela falta de vestígios, seja pela curta existência. Cálculos aproximados levam a crer que entre 1880 e 1920 existiram 170 títulos, sendo que se levarmos em consideração todo período desde a criação dos primeiros jornais até 1940 esse número pode chegar a aproximadamente 500 publicações entre: números únicos, diários, semanários, quinzenários, etc.<sup>249</sup> Acreditamos que esse número possa ser ainda maior.

Angelo Trento em sua principal obra, *Do outro lado do Atlântico*, apresenta um apêndice a respeito da imprensa em língua italiana no Brasil entre 1765 e 1960, onde mostra a

---

<sup>247</sup> HADDAD, Maria de Lourdes Amaral. Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: raízes da idéia da universidade na UMG. Belo Horizonte: UFMG, 1988. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988, p.58-98 *passim*.

<sup>248</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 184.

<sup>249</sup> *Ibidem*, p. 184-185 *passim*.

existência de apenas quatro jornais italianos em todo Estado de Minas Gerais nesse período. Nossa pesquisa conseguiu identificar, somente em Belo Horizonte, treze periódicos em língua italiana, sendo doze jornais e uma revista. É provável que a capital tenha sido a cidade mineira a contemplar a maior parte dos periódicos italianos.

Assim como a dificuldade de se definir uma aproximação do número de publicações em que circularam no Brasil, se torna complicado apontar quais foram os primeiros jornais em língua italiana. Acredita-se que a primeira publicação em italiano no Brasil tenha sido o jornal *La Croce del Sud*, em 1765, criado por dois frades capuchinos, Giovan Francesco da Gubbio e Anselmo de Castelventrano, do convento da ordem de São Francisco de Paula no Rio de Janeiro. O pequeno jornal mensal e depois quinzenal tratou principalmente da propaganda religiosa. Teve pequena duração e sua difusão fora do Estado foi limitada. Interessante foi que reservava uma seção em português fazendo com que sua difusão não fosse apenas para a colônia italiana, até porque, nesse período, ela era bastante reduzida. Somente setenta anos depois surgiria um novo jornal italiano no Brasil, e na mesma cidade. O *La Giovane Italia*, criado em 1836, por refugiados políticos provavelmente ligados aos ideais mazzinianos.<sup>250</sup> Comprovada ou não a existência dos dois jornais, o fato é que o jornalismo começa a ser feito em 1854 com o *L'Iride Italiana*, fundado e dirigido por Alessandro Galleano Ravara. Após esse, o Rio de Janeiro começou a conceber uma grande infinidade de jornais italianos: *Monitore Italiano* (1860), *La Gazzetta Italiana del Brasile* (1875), *L'Italia Unita* (1878), *L'Eco d'Italia* (1879), *L'Italia* (1880), *La Voce del Popolo* (1881), entre outros. Em São Paulo, a cidade com o maior número de publicações em língua italiana, os primeiros jornais foram: *Garibaldi* (1870), *Il Movimento* (1872), *Il Corriere d'Italia* (1880), *L'eco d'Italia*, etc.<sup>251</sup>

O mais importante e conhecido jornal italiano no Brasil foi o *Fanfulla*. Fundado em São Paulo no ano de 1893 por Vitaliano Rotellini, um importante jornalista italiano no Brasil, juntamente com amigos, o jornal rapidamente progrediu de semanário para bi-semanário, até se tornar diário. Seu último número foi publicado em 1º de outubro de 1965. De caráter satírico-humorista, voltado principalmente para defesa dos direitos dos imigrantes com campanhas direcionadas a necessidade do italiano obter uma participação maior na vida da sociedade brasileira sem negar ou esquecer-se da pátria-mãe, o jornal rapidamente alcançou o status de mais importante voz da colônia italiana no Brasil. Esse jornalismo de alta qualidade

<sup>250</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 274.

<sup>251</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 184-185 passim.

fez com que o *Fanfulla* durasse 74 anos.<sup>252</sup> Durante o fascismo, o jornal foi a principal vitrine desse regime no Brasil, apresentando discursos e artigos de Mussolini na maior parte das páginas. A propaganda do regime se torna ainda mais clara a partir de 1934, quando o jornal se torna propriedade do governo italiano.<sup>253</sup> Teve divulgação em todo Brasil e podemos perceber essa questão através da entrevista com a ítalo-brasileira Vélia Costa. Ela, mesmo não sabendo da existência de periódicos italianos em Belo Horizonte, nos afirma que o único jornal italiano que conhecia era o *Fanfulla* e que seu pai tinha acesso a ele, pois o jornal era enviado para todo país.<sup>254</sup> Através dos jornais italianos de Belo Horizonte podemos perceber que muitos deles utilizavam notas do *Fanfulla*, ou mesmo, evocavam a sua importância para a italianos no Brasil.

A qual público se destinavam as publicações e qual era o conteúdo? O porquê da curta duração e pequena tiragem da maioria deles? Qual o papel da imprensa italiana no exterior? Por mais que o Brasil agrupasse um elevado número de italianos, sabemos que a maioria destes, principalmente no início do século XX, era analfabeta ou semi-analfabeta. Aliado a essa realidade, a carga horária de trabalho e outros compromissos fizeram com que os italianos não tivessem uma grande aproximação dos jornais, sejam em língua italiana ou portuguesa. A assimilação passa a ser um dos pontos que representa o pouco interesse dos italianos por estas publicações. A imprensa italiana, seja por sua natureza ou público ao qual se destinava, acabou dando abertura em suas folhas apenas a importantes figuras das colônias, reforçando assim elementos que agiam contra a afirmação da unidade. A escolha de utilizar a língua italiana nos periódicos pressupunha a importância da promoção e defesa da língua e da cultura. O conteúdo era pouco e contava com pequenas notícias, fatos, folhetins, fofocas, etc. Notícias sobre acontecimentos na Itália, quase sempre cópias totais de agências de notícias, acabavam sendo privilegiadas em várias páginas. Com respeito aos acontecimentos da “comunidade” italiana local, os jornais limitavam-se às comemorações patrióticas ou mesmo as crônicas mundanas, abrindo espaço para as acusações pessoais. A promoção da “italianidade” foi bastante utilizada por esses meios, com maior ênfase durante o período fascista. Em relação ao Brasil, exibiam notas agradecendo e louvando a importância deste país no processo de aceitação e hospedagem do italiano distante de sua pátria. De acordo com Cenni, a imprensa italiana no Brasil “[...] demonstrou sempre o maior respeito às instituições,

---

<sup>252</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 279-282 *passim*.

<sup>253</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 327.

<sup>254</sup> COSTA, Vélia. Belo Horizonte, Brasil, 29 nov. 2006. Entrevista concedida a Adriane Aparecida Vidal Costa e Cássia Paula Campos Costa.

procurando difundir o conhecimento e o amor à nova terra hospitaleira e constituindo-se, não raro, em elemento determinante para feliz solução de situações deliciadas.”<sup>255</sup> Não faltaram nas publicações as propagandas de firmas e lojas (de italianos, na maioria das vezes) que eram a principal fonte de financiamento dos periódicos, pois, somente a venda dos mesmos não era capaz de cobrir os gastos. Houve, porém, periódicos, principalmente de linhas de esquerda, que acabaram não conhecendo a publicidade, seja por sua linha ideológica, seja pelo escasso número de leitores.<sup>256</sup>

Há de se colocar ainda que os jornais italianos no Brasil, em vários casos, eram destinados a certas classes ou ideologias políticas. Os jornais destinados à classe operária, por exemplo, divulgavam as idéias socialistas, anarquistas ou anarco-sindicalistas. Por outro lado, diversas classes representaram as linhas ideológicas de cunho liberal, republicano, fascista e antifascista.

Principalmente nas primeiras décadas da grande emigração, nos jornais da classe operária, a pátria não tinha solo definido, pois o conceito era bem amplo compreendendo uma “pátria internacional”. O discurso desses jornais era dirigido ao público de trabalhadores urbanos e não à “colônia” italiana. Em contrapartida, os jornais de tendência patriótica, voltados à “colônia”, apresentavam a pátria como reconstruída sob um novo território. Esses jornais serviam como veículo de preservação da língua e da cultura italiana no exterior. Colocam-se, acima de tudo, como defensores dos interesses da “colônia”.<sup>257</sup>

A admiração de italianos e ítalo-descendentes por Mussolini fez com que surgissem vários jornais de propaganda fascista. Além disso, muitos periódicos que estavam em atividade acabaram se “aliando” ao fascismo, fazendo com que a imprensa italiana no Brasil ficasse praticamente em “uníssonos” com o regime. O alinhamento da imprensa italiana com o fascismo se deve ao fato também do seu público ser composto da pequena e média burguesia, ou seja, as classes que proporcionavam as bases de apoio ao regime. A partir dos anos 30, os jornais começaram a receber subsídios em dinheiro do fundo de Subscrição Única e do Ministério da Propaganda italiano para continuarem a dar ênfase na divulgação do regime.<sup>258</sup> Os subsídios eram desde franquias telegráficas a passagens navais. Além dos subsídios, artigos pró-Itália e fotografias eram distribuídas para os jornais italianos em todo mundo,

<sup>255</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975, p. 277.

<sup>256</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 159-288 *passim*.

<sup>257</sup> ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Italianos no Brasil ou a pátria recriada. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, p. 334-343 *passim*.

<sup>258</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 323-325 *passim*.

como também aos que se interessassem em divulgar o regime.<sup>259</sup> Notadamente, ao mesmo tempo em que o fascismo era divulgado pelos periódicos, se dava a criação de algumas publicações antifascistas.

Durante a década de 1920, muitos pensadores italianos defendiam que a Itália deveria se expandir pelo mundo através da via econômica e cultural, sendo o Brasil um lugar importante já que congregava uma grande quantidade de imigrantes e facilitaria assim a criação de um “mercado” entre os dois países. Os italianos no Brasil seria a peça-chave, pois, gerariam o mercado para os produtos italianos e criariam a influência cultural, buscando a harmonia entre os dois países. Mussolini acreditava que era crucial que os italianos ao redor do mundo mantivessem laços com a Pátria mãe, mostrando assim a sua preocupação com os compatriotas que haviam deixado a Itália antes mesmo de se tornarem italianos. Porém, essa realidade acabou não se realizando. As associações, a imprensa e as escolas seriam de grande importância para o fascismo divulgar as suas visões através dos italianos e ítalo-descendentes no Brasil. Nesse primeiro momento, as relações ítalo-brasileiras se centraram basicamente nas questões de imigração e relacionamento.<sup>260</sup>

Durante a década de 1930, o regime começava a aprofundar suas tendências de dominação, buscando criar um “Império”, onde o Brasil seria um importante espaço devido à grande quantidade de imigrantes italianos no país e às suas riquezas, principalmente de matéria-prima. Interessante observar que nesse período as relações econômicas entre a Itália e o Brasil passaram por um processo de retração, porém, ao mesmo tempo, surgia no Brasil a *Ação Integralista Brasileira* (AIB), grupo que pregava os ideais fascistas e era visto por Mussolini como um ponto crucial para a expansão da propaganda fascista no Brasil. Para conseguir dominar a política brasileira, o governo italiano pensou em se utilizar: da “comunidade italiana” no Brasil, da propaganda direta e da ligação com o “fascismo brasileiro” (AIB), e, em menor escala com o regime estadonovista de Getúlio Vargas. Mas como se utilizar deles se no Brasil havia mais ítalo-descendentes do que italianos? Esses ítalo-descendentes tinham mais afinidade com o Brasil do que com a Itália, até porque haviam nascido aqui. Com o passar dos anos, foi visível a decepção do governo italiano com a “comunidade”, que mais parecia estar “desligada” das questões italianas, e com a incapacidade da AIB de tomar o poder no país, sendo assim, cresceu a idéia em Mussolini de aliar-se a Getúlio Vargas. Porém, quando o Brasil rompe suas relações com os países eixistas

---

<sup>259</sup> BERTONHA, João Fábio. Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, Vol. 5, n. 2, p. 83-110, 2000, p. 86-87 *passim*.

<sup>260</sup> BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 1997, p. 109-110 *passim*.

(Itália, Alemanha e Japão) e se une aos EUA e às potências aliadas (Inglaterra, França, Rússia), em janeiro de 1942, qualquer expressão que fosse considerada fascista ou nazista no país passaria a ser rigidamente reprimida.<sup>261</sup>

A propaganda fascista no Brasil, que se utilizava do recurso de associar fascismo e “italianidade”, não visava somente os italianos e ítalo-descendentes, mas também os brasileiros. Ela não se ateve apenas aos periódicos, ou seja, partiu para a utilização do rádio, do cinema e de visitas e palestras na tentativa de difundir suas idéias. No que tange o rádio, há indícios de emissões diretas da Itália para o Brasil com a transmissão dos discursos de Mussolini e programas em português. Porém, as dificuldades técnicas atrapalhavam tal difusão. Há registros de programas designados como *Hora italiana* por todo Brasil, até em Belo Horizonte, onde foi apresentado semanalmente pela Rádio Inconfidência em 1937 divulgando notícias e músicas da Itália. Quanto ao cinema, sua recepção também foi bastante pequena. Os filmes que eram enviados pelo regime fascista, alguns propagandísticos, tinham dificuldade de concorrer com o mercado americano. Porém, o fascismo, buscando atingir o público italiano e brasileiro não somente utilizou do rádio e do cinema. Sendo assim, promoveu várias visitas (principalmente aeronavais), exposições, palestras (com figuras importantes da Itália) e o intercâmbio cultural (com a distribuição da literatura sobre o fascismo e o pagamento de passagens para que intelectuais brasileiros visitassem e conhecessem mais sobre a Itália fascista).<sup>262</sup> Até padres no Brasil professaram os credos fascistas durante missas ou congressos.<sup>263</sup> Em Belo Horizonte ocorreu, em 1936, o Congresso Eucarístico na qual participaram trinta mil fiéis e cinquenta bispos. O congresso acabou sendo palco de elogios ao fascismo e à Itália. A *Casa d'Italia* havia recebido bispos, arcebispos e outras personalidades civis que chegaram a elogiar até mesmo todo contexto que envolvia a conquista da Etiópia.<sup>264</sup> Porém, a propaganda fascista não conseguiu atingir boa parte de seus objetivos como “contaminar” com sucesso os brasileiros e a massiva parte dos italianos em nossa pátria. Muitos podem questionar essa questão apresentando a importância da Ação Integralista Brasileira (AIB) ou mesmo delimitando vários intelectuais brasileiros que compactuaram com a ideologia fascista, porém, a realidade é que a recepção dessa ideologia atingiu apenas uma pequena parcela da população brasileira.

---

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 111-118 *passim*.

<sup>262</sup> BERTONHA, João Fábio. Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, Vol. 5, n. 2, p. 83-110, 2000, p. 88-97 *passim*.

<sup>263</sup> Lembremos que foi Mussolini que organizou o Tratado de Latrão colocando fim a Questão Romana e reconhecendo a soberania da cidade-estado do Vaticano.

<sup>264</sup> CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora UNB, 1992, p. 140.

Retomando a discussão dos periódicos compreendemos que da vida efêmera desses meios constata-se que além das dificuldades financeiras, o ínfimo número de leitores e a semelhança de postura levaram os jornais e revistas italianas no Brasil a não se firmarem por muitos anos. O pequeno número de leitores pode ser observado se levarmos em consideração que, em 1925, no Estado de São Paulo, a tiragem média dos periódicos italianos girava em torno de 1.700 exemplares. Essa média acabava ocultando números provavelmente mais baixos, pois, nesse ano, dos treze jornais italianos que circulavam na capital paulista, sete imprimiam menos de mil exemplares. A característica de estar sempre entre “a vida e a morte” era representada pela irregularidade nos prazos de publicações. Era bastante comum ocorrer com o fim de um periódico o surgimento de outro, um ou poucos anos depois, dando-se a permanência dos mesmos chefes e diretores.<sup>265</sup> Essa realidade pode ser observada em Belo Horizonte, onde Giulio Boncompagni teria sido diretor, gerente ou redator de cinco (*Un Fiore*, *Il Martello*, *La Voce Del Cuore*, *La Squilla* e *Italia Nuova*) dos treze periódicos italianos da capital.

Após toda discussão anterior, passaremos agora para uma análise da imprensa italiana na capital mineira. Através da obra *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte* (1895-1954) e de pesquisas no acervo da Coleção Linhares<sup>266</sup> conseguimos identificar treze periódicos italianos. São eles: *Un Fiore* (1900), *Il Martello* (1902), *La Voce del Cuore* (1902), *L'eco del Pololo* (1905), *Roma* (1910), *Fieramosca* (1916), *Araldo Italiano* (1923), *La Voce Coloniale* (1924), *La Squilla* (1926), *Voce Latina* (1926), *Italia Nuova* (1928), *Italia* (1936) e *L'arrotino Coloniale* (1937).<sup>267</sup>

Segundo Castro, a atividade jornalista na capital se iniciou durante a sua edificação com a produção do jornal *Bello Horizonte* pelo padre Francisco Martins Dias, com o primeiro número a 7 de setembro de 1895. A partir desse, se deu o surgimento de vários outros jornais com diferentes matizes e formatos representando assim as várias classes sociais que faziam parte do processo de construção da cidade. Os jornais serviriam como vitrine para os diversos grupos sociais inserindo-os no espaço social e urbano. A imprensa abarcava as funções de: “[...] potencialização das vozes, estreitamento de laços, criação de identidade e possibilidade

<sup>265</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 190.

<sup>266</sup> Acervo constituído por jornais e revistas que circularam em Belo Horizonte entre 1895 e 1954. Em 1976, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) adquiriu, a preço simbólico, da família de Joaquim Nabuco Linhares, toda sua coleção de periódicos. O próprio Joaquim Nabuco havia feito a catalogação e descrição dos periódicos que havia coletado. Hoje, a Coleção Linhares dispõe dos periódicos para consulta na biblioteca central da UFMG, e, parte do acervo já está disponibilizada para acesso on-line.

<sup>267</sup> As datas referem-se ao ano de fundação dos periódicos. Toda discussão referente aos periódicos será norteadada pela obra *Itinerário da imprensa de belo horizonte (1895-1954)* e pelas edições coletadas na Coleção Linhares.

de visibilidade pública aos interesses, aspirações e desejos de indivíduos e grupos que se radicam no espaço da nova cidade.”<sup>268</sup> A imprensa de Belo Horizonte sofreu, de acordo com Linhares, do “mal de umbigo” fazendo referência à doença que matou vários recém-nascidos na época, pois, muitos jornais não conseguiam transpor a barreira do terceiro número. Com a economia recebendo impulso apenas a partir da década de 1920, os jornais não conseguiam utilizar muitas propagandas para se manterem ativos.<sup>269</sup>

Diferentemente de Nelma Costa, que estudou e inseriu o jornal *O Operario* em sua pesquisa como sendo um jornal de italianos, não seguiremos essa linha de raciocínio, pois, por mais que o operariado e a participação na Liga Operária fosse preponderantemente formada do elemento italiano, o jornal, com todas as suas publicações em português, em nenhum momento disse estar a serviço da “colônia” italiana em Belo Horizonte. Apenas se afirma que serviria como instrumento de reivindicação e defesa contra a exploração dos operários.

O primeiro jornal italiano em Belo Horizonte, *Un Fiore* (Uma flor) foi também o primeiro jornal escrito em língua estrangeira na capital. De propriedade de Carlo Massoti e direção de Giulio Boncompagni, teve seu primeiro número publicado a 18 de novembro de 1900 e o último a 6 de janeiro de 1901. Dos oito números publicados, os quatro primeiros haviam sido escritos em italiano e os quatro últimos em português. Era um jornal semanal publicado sempre aos domingos com a tiragem de 100 exemplares. Na única edição disponível na Coleção Linhares e através da descrição feita pelo redator, nota-se que o jornal se encarregaria de emitir notícias da Itália e do Brasil, contos, crônicas, poesias e romances. *Il Martello* (O martelo), de propriedade e direção de Giulio Boncompagni, publicou apenas um número em 27 de julho de 1902. Com a tiragem de 100 exemplares, o jornal se dedicaria a apresentar o mesmo conteúdo de *Un Fiore*. *La Voce del Cuore* (A voz do coração), jornal de propriedade e direção do mesmo Giulio Boncompagni, publicou apenas três números, sendo o primeiro a 24 de agosto e o último a 21 de setembro de 1902. O jornal quinzenal contou com a tiragem de 200 exemplares para cada edição. Apresentou o mesmo conteúdo dos anteriores, porém, foi o primeiro jornal italiano em Belo Horizonte a abrir espaço para as propagandas, quase sempre de estabelecimentos de italianos. Todos os seguintes, com exceção da revista mensal de cultura *Italia*, contaram com uma vasta gama de propagandas, às vezes chegando a serem inseridas em duas páginas de um jornal que contava com quatro.

<sup>268</sup> CASTRO, Maria Ceres Spínola. A aventura da imprensa: In: CASTRO, Maria Ceres Spínola [et al.]. *Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, p. 33.

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 20-33 *passim*.

O quarto jornal italiano fundado em Belo Horizonte foi *L'eco del Popolo* (O eco do povo). Dirigido pelo engenheiro e socialista, Giuseppe Scutari, o jornal de publicação semanal (aos sábados) divulgou somente quatro números, o primeiro a 28 de maio de 1905 e o último a 20 de junho do mesmo ano. Diferentemente dos anteriores, teve uma tiragem de 500 exemplares. A partir de *L'eco del Popolo* podemos perceber como os jornais italianos de Belo Horizonte iniciam uma fase de repetição de notícias das agências a respeito da situação dos mais diversos países.

Em sua primeira edição, o jornal estabelecia que o seu programa se pautaria no combate à chamada degeneração do sentimento patriótico da qual sofriam os brasileiros e os italianos. Enaltecia o Brasil pela forma com que os italianos haviam sido bem recebidos pelo povo e a “fusão étnica” que se tornava um ponto crucial para formação da futura “raça” brasileira. “[...] Esse jacobinismo nós perseguiremos incansavelmente porque acreditamos que com isso é impossível alcançar aquela cordialidade entre os filhos do país e os imigrantes que é a condição primordial para o bem comum e, o melhor começo para a fusão étnica [...]”<sup>270</sup>

Com acesso às quatro edições, podemos afirmar que além das cópias fiéis de agências de notícias, o jornal, tido como socialista, esteve engajado em defender o trabalhador, em geral, mas sem deixar de lado o elemento identitário. A política e a economia italiana e também brasileira tinham espaço considerável nas discussões apresentadas. O jornal delimitou espaços para as reclamações dos leitores, fosse referente ao próprio jornal ou contra a prefeitura da capital, ou até mesmo contra o governo mineiro. Além das propagandas de estabelecimentos, publicou anúncios principalmente de venda de imóveis. Notas de falecimento começaram a serem inseridas nos jornais italianos da capital a partir de *L'eco del Popolo*.

O periódico contemplou convite da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Socorro*, a toda população da capital para participar de data importante do calendário italiano, como o centenário de Mazzini. Essa questão indica que desde a construção de Belo Horizonte as relações entre os brasileiros e italianos eram bastante amistosas e comprova ainda mais, com a convocação de brasileiros para suas festividades, o interesse dos italianos em não se fecharem em um grupo. Podemos deduzir também que o número de convidados e participantes nas festividades era reduzido, pois, a maioria das festas e bailes organizadas pelos italianos quase sempre ocorriam na sede da *Società Italiana di Beneficenza* e, anos depois, na da *Casa*

---

<sup>270</sup> *L'eco del Popolo*, 28 de maio de 1905, p. 1. Tradução nossa. [...] questo giacobinismo noi perseguiremo instancabili perchè convinti che con esso è impossibile addivenire a quella intesa cordiale fra i figli del Paese e immigrati che è la condizione prima del benessere comune, e l'avviamento migliore a quella fusione etnica [...]

*d'Italia*. O *L'eco del Popolo* apresenta na página principal da edição de 20 de junho uma lista com os promovedores do evento. Na lista consta-se o nome de quarenta e seis italianos, sendo seis do corpo deliberativo da *Società*. Presume-se que todos esses italianos sejam os colaboradores do evento, e, conseqüentemente, as principais presenças no mesmo.<sup>271</sup>

*Roma*, o quinto jornal dedicado aos italianos em Belo Horizonte, foi fundado após reunião realizada na *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*. Contou com o apoio financeiro de alguns comerciantes e profissionais do setor, porém, dizia não se ater a servir partidos políticos, empresas, ou pessoas particulares, mas apresentar um programa digno que serviria unicamente como instrumento de divulgação dos interesses da “colônia” italiana de Minas Gerais. O jornal ficou a cargo da direção de Alfonso Salimei e publicou seu primeiro número a 20 de setembro de 1910, ou seja, data do 40º aniversário da unificação italiana. Não se sabe qual o último número publicado, apenas que sua tiragem foi de 200 exemplares. Veremos, durante este capítulo, que vários foram os periódicos que lançaram suas primeiras edições próximas ou no dia de datas comemorativas do calendário italiano.

Através das edições que analisamos, do *Roma*, podemos perceber que se dedicou a propagar e discutir a importância da defesa e divulgação da língua e cultura italiana, reafirmando que Belo Horizonte necessitava de uma escola para os italianos. O próprio jornal havia proferido, em sua nota de apresentação, que seu nome referia-se a promoção da “italianidade”, pois, Roma simbolizava a “cidade eterna” e representava a “[...] afirmação gloriosa do italiano e um símbolo da harmonia [...]”<sup>272</sup> Em sua nota de abertura, o jornal evocava o reconhecido patriotismo que estava presente nos italianos em Minas Gerais, porém, pelo que vimos até agora, não podemos concordar com essa lógica. Claro que a tentativa era de engrandecer o que os italianos chamavam de “colônia”, mas o que podemos compreender até agora é que o sentimento de patriotismo acabou sendo elucidado por uma pequena parcela desses imigrantes, pois, a Itália havia se unificado há pouco tempo e os italianos que haviam deixado o seu país, em sua maioria, apenas se comprometiam a demonstrar um sentimento regionalista e não nacional.

Notamos que o Consulado Italiano iniciava sua propaganda nos jornais da capital na tentativa de resolver os “problemas” dos italianos. Não faltaram notas sobre viagem e modificação de cônsules, homenagens a “heróis” da unificação (como ao Conde de Cavour) e convite a toda população de Belo Horizonte a participarem das festividades organizadas pelos

<sup>271</sup> *L'eco del Popolo*, 20 de junho de 1905, p. 1.

<sup>272</sup> *Roma*, 20 de setembro de 1910. p. 1 Tradução nossa. [...] affermazione gloriosa di italianità e simbolo di concórdia [...].

italianos. É perceptível cada vez mais a integração entre italianos e brasileiros e o rápido processo de assimilação do imigrante no Brasil, principalmente em centros urbanos.

A edição do dia 20 de setembro apresentou um programa no qual a comemoração se dividiria em várias etapas durante todo o dia.<sup>273</sup> A edição de 1º de outubro veio apresentar os “resultados” ocorridos nas festividades. Importante notar que os brasileiros não somente participaram do evento como também “contribuíram” com discursos. Esse foi o caso do Dr. Carlos Góes e do Dr. Prado Lopes, que, de acordo com o jornal, “[...] com suas inteligentes e bonitas palavras a respeito da Itália e dos italianos, ‘chocou’ eletrizantemente o numeroso público, que deixou a sala ao grito repetido de Viva a Itália! Viva Brasil!”<sup>274</sup> O autor da nota havia identificado mais de trinta pessoas presentes na festividade e pedia desculpas pelo não conhecimento do restante. A lista de contribuintes nos mostra que foram cem pessoas a doarem dinheiro para realização da festa em homenagem ao 20 de setembro. Na nota está expressa também a relação das despesas e os tipos de serviços contratados. Podemos continuar considerando o que vínhamos frisando anteriormente a respeito do pequeno número de participantes das festividades organizadas pelos italianos da capital. Mesmo que todos contribuintes houvessem participado e levado algum membro da família, como as esposas pelo que notamos na nota, o número ainda seria bastante irrisório se levarmos em consideração o número de italianos e ítalo-descendentes que aqui residiam no período.

*Fieramosca* foi um bissemanário que conseguiu a façanha de se firmar por cinco anos, sendo que, sua publicação inicial se deu em 18 de março de 1916 e o último número (307) saiu a 12 de junho de 1921. Foi possível identificar um semanário com o mesmo em Juiz de Fora, e que teria surgido em 1904.<sup>275</sup> Assim como outros jornais se designava como “dedicado à colônia no Estado de Minas”. Essa titulação se referia não somente a noção de representar os italianos de todo Estado, mas também de buscar transpor as barreiras da capital e alcançar vendas também no interior. O título do jornal fazia referência ao nome de um guerreiro italiano, que, durante o século XV, lutou contra inimigos estrangeiros que haviam invadido sua região. O conhecido escritor italiano, Massimo D’Azeglio, havia escrito um livro contando a saga desse guerreiro no momento anterior a unificação da Itália, mostrando que

<sup>273</sup> *Roma*, 20 de setembro de 1910, p. 1.

<sup>274</sup> *Roma*, 1º de outubro de 1910, p. 2. Tradução nossa. [...] che con le loro intelligenti e belle parole a riguardo dell' Italia e degli italiani, seppere elettrizzare il numeroso uditorio, che lasciò la sala al grido ripetuto di Viva l'Italia Viva il Brasile

<sup>275</sup> TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 505.

para se unificar o país seria preciso vencer os inimigos externos.<sup>276</sup> Durante toda sua vida contou com três diferentes diretores, Giacomo, Banducci e Ettore Corriè. Infelizmente não possuímos dados sobre a tiragem do jornal.

Pelo seu período de existência (1916-1921) acabou dedicando notas, nas primeiras edições, a participação italiana na Primeira Guerra Mundial. Abriu espaço também para a participação de brasileiros na “seção nacional”, nota esta que seria totalmente escrita em português. A justificativa para existência dessa seção no jornal *Fieramosca* se deve pelo fato de tratar os interesses da segunda pátria, esta que lhes havia acolhido gentilmente. Devemos compreender que para alguns italianos o Brasil realmente representava a segunda pátria, porém, para uma parcela significativa nosso país era a primeira e verdadeira pátria. De acordo com a chamada para publicações na “seção nacional”, o jornal elucidava que os italianos se davam por felizes se os seus “[...] humildes esforços conseguirem tornar cada vez mais cordiais, as relações de amizade e simpatia entre os dois povos irmãos que unidos trabalham para o engrandecimento desta terra abençoada [...]”.<sup>277</sup>

Dos grandes problemas abordados durante a existência do periódico podemos citar a desorganização da “comunidade” italiana na capital mineira. Uma das mais assíduas discussões se deu em relação a reorganização da *Società Dante Alighieri* e sua escola. Através de uma nota podemos notar como o processo se prolongaria por meses:

Um grupo de nossos co-nacionais animados de alto sentimento de patriotismo convidou alguns membros de nossa eficiente colônia, a fim de discutir os meios para ressuscitar a digna sociedade que prestou muitos serviços aos nossos filhos. Discutimos muito e quase não concluiu nada, isto devido à ausência de Real Cônsul, que apesar de doente, não se fez representar e nem deu a menor satisfação [...] Logo teremos uma outra reunião em que convidamos os membros do Dante e da Colônia. Esperamos que os nossos conacionais, sempre prontos a sacrificar-se pelo bom nome do país, saibam como silenciar qualquer outro sentimento para ressuscitar com a Dante, os meios para a educação de centenas de crianças afetadas pelo encerramento das nossas escolas.<sup>278</sup>

<sup>276</sup> COSTA, GERALDA NELMA. *Imprensa italiana em terra estrangeira: vozes sociais em ação (Belo Horizonte 1900-1920)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005, p. 49.

<sup>277</sup> *Fieramosca*, 18 de março de 1916, p. 2.

<sup>278</sup> *Fieramosca*, 18 de março de 1916, p. 2. Tradução nossa. Si discusse troppo e quasi non si concluse nulla, ciò dovuto all'assenza del R. Console, che benchè ammalato, non si fece rappresentare nè diede la minima [...] Fra breve avrà luogo un'altra riunione, alla quale saranno invitati i soci della Dante e la Colônia. Speriamo che i nostri connazionali, sempre pronti a sacrificarsi, per il buon nome della Patria, sappiano far tacere ogni altro sentimento che non sia quello di far risorgere con la Dante, i mezzi per l'istruzione di centinaia di bambini, pregiudicati con la chiusura delle nostre Scuole.

O próprio autor da nota prefere elevar a importância da eficiente “colônia” e dos conacionais que divulgam o sentimento patriótico, mostrando assim o Cônsul como o único responsável pelos problemas de desorganização da sociedade e da escola, ao invés de buscar enxergar que a “colônia” também não conseguia se organizar. Eram poucos os co-nacionais que podiam se gabar de possuir um patriotismo, pois, o restante não se sacrificaria por algo que nem mesmo detinha, ou seja, o sentimento de pertencimento.

Seguindo a mesma linha de *Fieramosca* temos a fundação, em 1923, do *Araldo Italiano* (Arauto Italiano). Lançou o primeiro número a 22 de julho e não se sabe o ano de seu término. A última edição que dispomos é referente ao dia 18 de dezembro de 1923. Esteve a frente do jornal o diretor Tolentino Miraglia. Em todas edições que possuímos se encontra, no cabeçalho, os dizeres de “quindiciale dedicato alla colonia di Minas” (quinzenário dedicado a colônia de Minas). Em sua auto-apresentação o jornal afirma não emitir opiniões que possam incitar intrigas entre os italianos da capital e assegura que fará de tudo para a manutenção da harmonia entre os membros da “colônia”. Podemos perceber essa questão quando nos deparamos com as notas referentes a situações de associações, onde o tom irônico ou debochado acabava não sendo utilizado. O *Araldo Italiano*, assim como os outros jornais italianos da capital, se colocou a divulgar notas sobre a situação das associações italianas e das comemorações de datas nacionais. Um outro ponto importante que se percebe é a forma com que o jornal trata o conceito de patriotismo: “ficaremos felizes se a Arauto entrar em todas as casas dos italianos, trazendo fé e honestidade de nossos corações e aquela centelha de fogo patriótico manterá viva a imagem da nossa Itália nostálgica”.<sup>279</sup> A idéia não era de situar o patriotismo como um puro e simples reflexo de um sentimento nostálgico, porém, essa era a idéia introjetada por muitos italianos. Apenas a existência de um sentimento nostálgico bastava para que eles se afirmassem como patriotas, sendo que o sentimento patriótico abarca diversas outras questões que transpassam a nostalgia.

Assim como os jornais anteriores, o *Araldo Italiano* apontou a importância e valorização dada pelos italianos ao Brasil enaltecendo a hospitalidade e respeito com que os brasileiros sempre os trataram. Os italianos em nosso país acabavam assumindo e divulgando sua “dupla identidade” construída pela “italianidade” e “brasilidade”. O Brasil, para muitos italianos passou a ser visto como a segunda pátria. Para uma parcela da população italiana

---

<sup>279</sup> *Araldo Italiano*, 22 de julho de 1923, p.1. Tradução nossa. Saremo felici se l'Araldo entrerà in tutti le case degl'italiani, portandoci la fede onesta del nostro cuore e quella scintilla di fuoco patriottico che manterrà viva l'immagine della nostra Italia [...]

suas respectivas regiões representavam a primeira pátria, porém, para outra parcela, o Brasil se tornaria a primeira e única pátria.

Nós o amamos, depois da Itália como a pátria amada, onde nossa energia é levada para o trabalho, e nossa mente está voltada ao conceito de liberdade e igualdade soberana. [...] Dizendo-se italiano, devemos dizer também brasileiro, porque se é importante para nos a italianidade não nos preocupa menos a brasilidade.<sup>280</sup>

O jornal foi o primeiro da capital a divulgar os indícios da introdução e divulgação da ideologia fascista na cidade. Chegou a divulgar uma nota, na edição de 31 de outubro de 1923, relembrando um ano depois da Marcha sobre Roma e mostrando que, a partir daquele momento, o país se tornaria uma “Nova Itália”.<sup>281</sup> Por mais que se colocasse como apolítico, emitiu notícias sobre Mussolini e promoveu a importância dessa figura que representava o patriotismo e nacionalismo italiano:

há momentos na vida de um país onde parece que toda a energia da raça é representada por uma única pessoa [...] Mussolini, a figura extraordinária, que é, de fato, agora o símbolo nacional da Itália. O que quer que alguém diga, seus gestos, suas palavras, seu entusiasmo, sua energia, sua fé, sua capacidade de trabalho, o seu triunfo são aqueles da nova Itália, ressuscitado, mais uma vez em um magnífico renascimento de uma nação consciente de sua grandeza, sua civilização, sua força. [...] Mussolini foi capaz de ser o condutor de novas pessoas maravilhosas da Itália, e seu governo vai continuar a ser produtivo, porque inclui as necessidades e foi entendida por nossa nação.<sup>282</sup>

*La Voce Coloniale*, oitavo jornal italiano da capital, foi uma publicação semanal dirigida por Vincenzo Cappiello. O seu primeiro número foi publicado a 10 de julho de 1924 e não foi possível identificar o ano de término, apenas que a última edição da qual dispomos refere-se ao dia 10 de agosto do mesmo ano. Em sua nota de apresentação o jornal firmou dar continuidade ao programa patriótico e pacífico do *Araldo Italiano*. Acabou promovendo também os feitos de Mussolini e do fascismo no exterior. Através de telegramas apresentava as realizações do ditador pela Itália e suas viagens e encontro com líderes de todo mundo.

<sup>280</sup> *Araldo Italiano*, 22 de julho de 1923, p. 1. Tradução nossa. Lo amiamo dopo l'Italia come patria adorata, ove la nostra energia si é trasfusa in lavoro, e la nostra mente si é tormata al concetto sovrano di libertà e d'eguaglianza [...] Dicendo italiano, vorremmo dire anche brasiliano, perché se ci stá a cuore l'italianità non ci preoccupa meno la brasilianità.

<sup>281</sup> *Araldo Italiano*, 31 de julho de 1923, p. 1.

<sup>282</sup> *Araldo Italiano*, 18 de agosto de 1923, p. 1. Tradução nossa. Vi sono momenti nella vita d' un paese nei quali sembra che tutta l'energia della razza si trasfonda in una sola persona [...] Mussolini, la figura straordinaria, che é difatti ora il simbolo nazionale d'Italia. Checché se ne dica, i suoi gesti, le sue parole, la sua energia il suo entusiasmo, la sua fede, la sua capacità di lavoro, il suo trionfo sono quelli della nuova Italia, risorta ancora una volta in una rinascenza magnifica di nazione conscia della sua grandezza, della sua civiltà, della sua forza [...] Mussolini seppe essere il condottiere mirabile della nuova gente d'Italia, ed il suo governo continuerá ad essere produttivo, perché comprende le necessità nostre ed é stato compreso dalla Nazione.

Assim como os periódicos anteriores, buscou valorizar a “comunidade” italiana na capital. Em uma nota o jornal apontava a existência de vinte mil pessoas, entre italianos e filhos de italianos, que formariam uma “comunidade” forte e representava um terço da população urbana. Elucidava ainda a idéia do “bom italiano”, ou seja, aquela que se prestava dedicar à “colônia” e divulgar o sentimento patriótico, mesmo que afirmasse a sua brasilidade. O Brasil continua sendo visto como a pátria acolhedora e fornecedora de oportunidades. O autor da nota expressa que: “[...] assim nós nos comprometemos a permanecermos completamente alheios à política deste cortês Brasil, que está nos hospedando com dignidade [...] nos auxiliando a atingir os mais altos picos das posições sociais.”<sup>283</sup>

*Araldo Italiano* e *La Voce Coloniale* apenas tinham demonstrado admiração e divulgado notícias sobre Mussolini e o fascismo. Porém, o primeiro jornal a se constituir como fascista foi *La Squilla*. Dirigido e gerenciado por Giulio Boncompagni, teve seu primeiro número publicado em fevereiro de 1926. Não se sabe a data de encerramento do periódico, apenas que o último número recolhido é referente ao dia 24 de julho de 1927. Contou com várias notas escritas em português. Conseguimos identificar um jornal com o mesmo nome criado, em 1906, na cidade de São Paulo. Totalmente político, o de Belo Horizonte contemplava em seu cabeçalho um soldado de camisa negra, fazendo referência aos camisas negras (*camicie nere*) que eram os membros da organização militar de Mussolini, portando a bandeira fascista e um porrete que representavam o patriotismo e a força (Anexo H).<sup>284</sup> Tinha como lema *Piú in alto ed oltre* (Acima e além) e foi escrito com o intuito de atingir tanto os italianos que professavam e admiravam a ideologia fascista como os que eram alheios a política ou se colocavam como antifascistas. O jornal apresentou notas sobre o cotidiano de Mussolini e discutiu muito a importância do regime fascista na formação de uma “nova” e renovada Itália. Em sua própria propaganda o jornal afirmava que assinar *La Squilla* representava um “ato de italianidade”.

Deixando de lado o pacifismo a qual alguns jornais italianos diziam manifestar, *La Squilla* adotou uma posição de “atacar” a problemática e desorganizada “colônia” e os homens (“falsos italianos”), principalmente o Cônsul, que supostamente poderiam fazer mais pela “comunidade”. Se esperava, de acordo com Boncompagni, “[...] mais atenção, mais perspicácia e mais energia”<sup>285</sup> do Cônsul, (que era visto por parte dos italianos como um

<sup>283</sup> *La Voce Coloniale*, 10 de julho de 1924, p.1. Tradução nossa. [...] per tanto ci promettiamo di rimanere assolutamente estranei alla politica di questo cortesisimo Brasile che ci ospita degnamente [...] ci ausilia a raggiungere le piú alte vette delle posizioni sociali.

<sup>284</sup> Cabeçalho com Ilustração.

<sup>285</sup> *La Squilla*, 7 de novembro de 1926, p.2. Tradução nossa. [...] piú attività, piú acume e piú energia.

aventureiro que estava aqui lutando apenas para seus benefícios), de seu secretário e do presidente da *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*, Guadagnin. Todos estes que estariam engajados com outros compromissos que os fazia não se voltar para as questões dos imigrantes e seus descendentes.

O único jornal que não dispomos de edições é o *Voce Latina*. Dirigido por Ettore Corriere, um dos diretores de *Fieramosca*, publicou trinta e quatro números sendo o primeiro a 9 de maio de 1926 e o último a 6 de novembro de 1927. Publicação semanal tinha como lema “*Per la patria e la collectivita*” (Pela pátria e pela coletividade). Pelo lema e pelo período de publicação podemos deduzir que deu continuidade a divulgação do regime fascista.

Em 1928, surgiu *Italia Nuova* (Nova Itália), jornal designado como órgão oficial do fascismo em Minas e Goiás. Tinha como redator-chefe Antonio D’Angelo e como gerente Giulio Boncompagni, ficando meses depois a cargo de Aureliano Nochi. Publicou seu primeiro número a 25 de setembro de 1928 e encerrou suas atividades em julho de 1929. Tinha como lema “*Per una piú grande Italia e pela grandeza do Brasil*”. A única edição disponível para consulta foi em homenagem ao aviador italiano Carlo Del Prete<sup>286</sup> apresentando poesias e enaltecendo seus feitos, sendo que grande parte das contribuições havia sido escrita em português. A evocação do aviador se deu por sua importância em elevar o nome da Itália e do *Duce*, sendo designado no jornal como um fascista glorioso. Os elogios a Del Prete não foram somente de italianos, mas também de políticos importantes do cenário mineiro e brasileiro. A capa do jornal dispunha de vários símbolos e alegorias, com destaque para as bandeiras e escudos da Itália, do Brasil, do fascismo, de Minas e de Belo Horizonte. Na parte superior da capa estavam os seguintes dizeres “*Patria – Re – Valore – Disciplina – Fede – Rinnovamento – Giustizia – Lavoro*” (Pátria, Rei, Valor, Disciplina, Fé, Renovação, Justiça e Trabalho). Abaixo da figura de Del Prete, está sinalizado VI – E.F., ou seja, apontando para o sexto ano da Era fascista. Infelizmente se torna impossível conseguir analisar as associações e sociedades italianas de Belo Horizonte, ou mesmo as festividades e o cotidiano, pois o único número que dispomos trata exclusivamente de Del Prete. O que podemos concluir é que o jornal se dispunha a se apresentar como veículo de divulgação: da

---

<sup>286</sup> Del Prete e Ferrarin, dois experientes pilotos italianos, haviam partido no dia 3 de julho de 1928 de Roma e aterrissaram em Touros, nas proximidades de Natal, dois dias e meio depois, estabelecendo assim o recorde de permanência em vôo e de distância. Em agosto, os dois pilotos partiram com outro avião para viagens a vários centros do Brasil e acabaram sofrendo um acidente, onde Carlo Del Prete acabou falecendo em decorrência dos ferimentos. TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 306.

“italianidade”, da cultura, do fascismo e da nova Itália, defendendo assim os italianos de Minas. De acordo com a edição, o fascismo significava a:

[...] visão dos interesses nacionais, formação de uma nova consciência, educação do espírito público, segundo os objetivos da política italiana. [...] É vontade de fazer, é ímpeto de ação, é vontade de renovação e sinceridade, ancorada na batalha contra a presunção.[...] O fascismo deve ser entendido [...] como uma chama viva regenerativa [...] Fascismo é vida.<sup>287</sup>

Após um longo período de inexistência de periódicos italianos na capital surge, em 1936, *Italia*. Com redação a *Casa d'Italia*, a única revista italiana da capital foi dirigida por Mario Alessandrini e contou com os redatores: Lopes Rodrigues, Mario Casasanta e Guilhermino César. Em seu primeiro número publicado em junho daquele ano, da qual é o único que dispomos, a revista mensal fez uma apresentação onde afirmava que seu programa seria:

[...] puramente, estritamente, simplesmente cultura. Não órgão de batalha, não órgão de exaltação dos valores nacionais, mas órgão simplesmente de divulgação, de informações de esclarecimento de tudo o que a nova Itália produz, pensa, agita e projeta no campo das artes, das letras e da cultura. É a isso que nos propomos, isso é o que queremos alcançar.<sup>288</sup>

Essa postura supostamente apolítica referia-se a se eximir de problemas com as autoridades brasileiras, porém, algumas questões que foram propostas no programa não foram cumpridas. A revista *Italia* se pautou em divulgar artigos, com a maior parte das colaborações em português, voltados à propaganda do regime fascista. O que nos chama atenção novamente é a importância dada a fraternidade entre as duas nações e os dois povos, referindo-se a hospitalidade e cordialidade que os brasileiros sempre demonstraram para com os imigrantes italianos no país. Nesse viés a revista buscou em sua apresentação mostrar a amizade ítalo-brasileira e fraternidade que foi surgindo aos poucos entre as duas nações. O intuito da revista em relação ao brasileiro era de demonstrar mais da cultura italiana e da “Nova Itália”.

O último jornal publicado em língua italiana na capital mineira, antes das ações nacionalistas do Estado Novo, foi *L'arrotinno Coloniale*. Contou com poucas edições e não se sabe a data da primeira. O jornal teve como responsáveis: Amassapane, Tagliastoffe e Tagliapelle. Em seu cabeçalho dizia que o conteúdo era exclusivamente humorístico. Sua tiragem foi bastante limitada já que circulou apenas entre um pequeno número de amigos. Da

<sup>287</sup> *Italia Nuova*, 29 de agosto de 1928, p.11. Tradução nossa. [...] visione degli interessi nazionali, formazione di una nuova coscienza, educazione delle spirito publico, secondo i fini delle politica italiana. [...] É volonta de fare, é impeto d'azione, é vontata di rinnovazione e di sincerità, é ancora battaglia contro i pedanti [...] Il Fascismo dev'essere inteso [...] come viva flamma rigenerati [...] Fascimo é vita.

<sup>288</sup> *Italia*, Junho de 1936, p. 2-3 *passim*.

única edição presente na Coleção Linhares, podemos observar que se voltou a publicar contos, acontecimentos entre amigos, e assim como todos os outros jornais italianos, a divulgar as festividades e bailes. Da propaganda de estabelecimentos, damos ênfase a do *Instituto Ítalo-Mineiro Guglielmo Marconi*, onde se faz o pedido para que os italianos da capital enviem seus filhos para estudar no Instituto.

Segundo Nelma Costa, os jornais italianos foram exemplos do “dizer social” próprio, ou seja, esse jornalismo nos diz muito a respeito do grupo social que os instituiu. Buscou se constituir como um espaço virtual de encontro amistoso ou conflituoso entre a “colônia” italiana da capital, e também promover sua inserção social. Sua construção discursiva esteve alinhada a três marcadores identitários: o lingüístico, o “étnico” e o simbólico.<sup>289</sup> Era interessante que se utilizasse a língua italiana e a valorizassem nos periódicos, pois, ela serviria como um meio de “superação” dos dialetos e afirmação da identidade cultural. Porém, embora ela tivesse sido usada preponderantemente nos jornais italianos de Belo Horizonte, a discussão sobre sua importância foi evocada apenas em algumas notas ou quando da construção de uma escola que ensinasse o idioma pátrio. Lembremos também que esses jornais publicaram notícias em língua portuguesa demonstrando assim o interesse de buscar novos leitores e afirmar a boa relação entre os dois povos. O critério que ela chama de “étnico”, o que para nós se coloca como o critério de origem geográfica, acabou sendo acionado principalmente nos jornais que foram criados durante o regime fascista, pois, neles se percebe a discussão do que é ser italiano e congregar a construção de uma “Nova Itália”. Há também a presença, nesses jornais, da discriminação dos “maus italianos”, ou seja, aqueles que independentemente de estarem assimilados ou não à sociedade brasileira, não davam a mínima importância aos assuntos da “comunidade”. O último critério, o simbólico, foi o mais presente nos periódicos. As datas importantes do calendário italiano referentes a unificação da Itália, a marcha sobre Roma, entre outras, além dos grandes “heróis” da unificação italiana (Mazzini, Cavour, Vittorio Emanuele II e Garibaldi), foram enaltecidas pelos jornais que chamavam a colônia italiana a participar das festividades organizadas na capital, principalmente pelas associações, sociedades e o consulado.

A imprensa italiana de Belo Horizonte acabou seguindo alguns padrões e obtendo resultados próximos aos da imprensa italiana no Brasil. Notamos que os produtores dos

---

<sup>289</sup> COSTA, Geralda Nelma. *Imprensa italiana em terra estrangeira: vozes sociais em ação* (Belo Horizonte 1900-1920). Belo Horizonte: UFMG, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005, p. 57-90 *passim*.

jornais eram quase sempre membros da classe média ou alta da cidade, ou seja, que não obtinham da publicação dos jornais a única fonte de renda. O próprio Tolentino Miraglia na nota de apresentação do jornal *Araldo Italiano* havia afirmado que “nós não vivemos do jornal, por isso nossas expectativas são modestas.”<sup>290</sup>

Os periódicos tiveram vida curta, normalmente de um ano, com a exceção do *Fieramosca* que conseguiu se firmar por mais de cinco anos. A questão da efemeridade talvez possa ser ampliada para o contexto da imprensa brasileira nos primeiros anos do século XX, pois, considerável parte dos periódicos surgidos nesse período não ultrapassavam meses de existência. Embora não tenhamos informações da tiragem dos jornais a partir do *Fieramosca*, é provável que nenhum periódico tenha ultrapassado a marca de 1000 exemplares por edição. O *Operario*, que era voltado aos trabalhadores de Belo Horizonte conseguiu alcançar essa marca, mas um jornal que era designado para um grupo quando muitos não sabiam apenas dialetos, eram analfabetos ou não tinha tempo e acesso ao mesmo seria difícil ultrapassar essa marca. Aliado a esse processo, lembremos que eram poucos os italianos que afirmavam a identidade cultural, pois, a grande maioria estava aquém do que os próprios italianos chamavam de “colônia” ou “coletividade”.

Uma outra análise importante com relação aos jornais diz respeito as datas da primeira edição de alguns deles. *La Voce del Cuore, Roma, Itália Nuova* tem sua primeira edição publicada no mês de setembro, ou seja, mês de comemoração da unificação italiana (20 de setembro). *L'eco del Popolo* e a revista *Italia* surgem no mês de junho onde se comemora o centenário de Giuseppe Mazzini (22 de junho). *La Squilla* e *L'arrotino Coloniale* tem sua primeira edição disponível em novembro, porém, surgem enaltecendo a marcha sobre Roma e início da era fascista (28 de outubro). Percebe-se também que, além de surgirem em épocas festivas auxiliando na divulgação das mesmas, alguns jornais acabam sendo fundados quando de discussões pertinentes a “colônia”, principalmente quando da desorganização das associações, escolas, ou mesmo de eleições e tentativa de reorganizar esses meios, como foi o caso do *Fieramosca* e do *Araldo Italiano*.

Os italianos no exterior se utilizaram das associações (sociedades), das escolas “étnicas” e da imprensa para forjar e afirmar a identidade cultural através, principalmente, da defesa da cultura e língua. Eles serviram como instrumentos de divulgação do ideal nacionalista da Itália. Segundo Cervo, esses meios deveriam também destinar-se, “à solução

---

<sup>290</sup> *Araldo Italiano*, 22 de julho de 1923, p.1. Tradução nossa. Noi non vivremo del giornale; modeste sono dunque le nostre pretese.

de problemas da vida local ou, como queria o Estado italiano, à defesa da italianidade”<sup>291</sup>, mas falharam em várias dessas funções, muita das vezes pela pouca importância dada pelos imigrantes italiano ou ítalo-descendentes a seus meios de sociabilidade.

---

<sup>291</sup> CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora UNB, 1992, p. 60.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a maior parte dos italianos que chegaram a capital mineira carregavam consigo uma identidade regional edificada. Muitos se sentiam pertencentes a determinadas regiões, mas não ao país, reflexo da tardia unificação italiana. Foi a convivência em conjunto no Brasil, associado à identificação que o brasileiro fazia do imigrante, que muitos italianos engendraram a “italianidade”. Essa convivência levou esses imigrantes a forjarem meios de sociabilidade na tentativa de constituir uma identidade cultural própria. Foi seguindo basicamente essa linha que se fundou em todo país: escolas, associações e sociedades, além de uma imprensa voltada exclusivamente a esse grupo de imigrantes.

O que se verificou ao longo de nosso estudo foi que esses meios de sociabilidade criados pelos italianos de Belo Horizonte eram os mesmos criados pelos italianos nas diversas regiões de nosso país. Além disso, as atividades propostas juntamente a forma como esses meios eram criados e se desestruturavam seguiam quase sempre um mesmo padrão.

A vida curta, por exemplo, era algo pertinente a todos esses meios de sociabilidade e formação da identidade, e, em Belo Horizonte, não foi diferente. Das associações e sociedades aqui estudadas vimos que elas tinham um número de sócios bastante reduzido e insuficiente, muita das vezes, para sua manutenção. Uma das respostas possa ser a aceitação apenas de sócios italianos ou ítalo-descendentes, o que limitava ainda mais a participação e o número. Aliado a esse processo, percebemos que muitos italianos não tinham nenhum interesse em participar de suas atividades, boa parte por estarem totalmente assimilados. Não podemos nos esquecer também da problemática do regionalismo ou mesmo das rivalidades internas e disputas pessoais que minavam, lentamente, a permanência desses meios. As diferentes ideologias políticas seguidas pelos integrantes também abria espaço para a formação de rixas e conseqüentemente atrapalhavam o bom funcionamento das associações. Por fim, o ponto culminante para o declínio das sociedades italianas no Brasil antes da Segunda Guerra Mundial, como acabou aconteceu aqui, foi a política do Estado Novo que previa a nacionalização ou fechamento desses centros.

Com relação às escolas “étnicas”, podemos frisar que além de todas disputas pessoais existentes entre os mais diversos membros da “comunidade” italiana da capital, o ínfimo auxílio do governo italiano e o pouco interesse dos pais em colocar seus filhos nas escolas para imigrantes foi fundamental para que sua permanência se desse em determinados anos e a desorganização tomasse conta de sua estrutura. Era muito mais interessante que a criança aprendesse o português do que uma língua que para ela seria pouco aproveitada, como o

italiano. Foi assim que aos poucos as escolas “étnicas” no Brasil passaram a ampliar as linhas e não privilegiar somente o estudo italianófilo.

A curta duração dos periódicos se deveu pelo ínfimo número de leitores, pois, boa parte dos imigrantes eram analfabetos ou não sabiam o italiano, apenas dialetos. Aliado a essa questão, temos também as dificuldades financeiras enfrentadas pelos organizadores e a pouca importância dada pelos imigrantes a esse meio de veiculação. Essa realidade acabava resultando nas irregularidades das publicações. Foi o que se pôde verificar na imprensa italiana em Belo Horizonte. Dos trezes periódicos analisados apenas um conseguiu se firmar por cinco anos sendo que o restante não passava de poucas edições.

Outra pertinência diz respeito à forma de surgimento das associações e sociedades italianas em Belo Horizonte. Assim como no Brasil, elas foram criadas após reuniões que contavam com um pequeno grupo de imigrantes interessados. Esse pequeno grupo era formado quase que exclusivamente por comerciantes, industriais ou trabalhadores especializados, que foram determinantes também para fundação das escolas “étnicas” e da imprensa italiana na capital.

Ao final podemos concluir que embora Belo Horizonte congregasse uma grande quantidade de imigrantes italianos, estes estiveram sempre aquém, em termos de organização e coesão, do que designavam sua “comunidade”. O elevado grau de assimilação, a pouca importância dada aos meios de sociabilidade e construção da identidade, além do arraigado regionalismo fizeram com que esse imigrantes criassem por todo Brasil uma infinidade de associações, periódicos e escolas “étnicas” e não conseguissem atingir os objetivos maiores que era a recepção e o engendramento, em larga escala, da “italianidade”.

## ANEXOS

### ANEXO A

Emigração italiana para o Brasil segundo as regiões de procedência – período 1897/1920	
Regiões de Procedência	Emigrantes
Vêneto	365.710
Campânia	166.080
Calábria	113.155
Lombardia	105.973
Abruzzi/Molizi	93.020
Toscana	81.056
Emília Romana	59.877
Brasilicata	52.888
Sicília	44.390
Piemonte	40.336
Puglia	34.833
Marche	25.074
Lazio	15.982
Úmbria	11.818
Ligúria	9.328
Sardenha	6.113
Total	1.243.633

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

**ANEXO B**

Emigração italiana para o Brasil segundo as regiões de procedência (1921/1937)

Regiões	v.a.	%
Piemonte	2.546	3,0
Ligúria	888	1,0
Lombardia	3.487	4,1
Veneza Tridentina	1.835	2,2
Vêneto	20.940	24,6
Veneza Giulia	1.111	1,3
Emília	1.604	1,9
<b>ITÁLIA SETENTRIONAL</b>	<b>32.441</b>	<b>38,1</b>
Toscana	8.532	10,0
Marcas	817	1,0
Úmbria	471	0,5
Lácio	1.286	1,5
<b>ITÁLIA CENTRAL</b>	<b>11.106</b>	<b>13,0</b>
Abruzos e Molise	3.112	3,6
Campânia	12.022	14,1
Puglia	2.147	2,5
Basilicata	5.442	6,4
Calábria	16.867	19,8
Sicília	2.028	2,4
Sardenha	75	0,1
<b>ITÁLIA MERIDIONAL E ILHAS</b>	<b>41.693</b>	<b>48,9</b>
<b>ITÁLIA</b>	<b>85.210</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 268.

## ANEXO C

Imigração no Brasil, por nacionalidade – períodos decenais 1884-1893 a 1924-1933					
Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	-	-	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	717.223

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 226.

**ANEXO D**

## Entrada de imigrantes italianos no Brasil (1935-1944)

Anos	1935	1936	1937	1938	1939	1940-1944
Entradas	2.875	3.002	3.376	-	1.004	507

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1936, 1937, 1938, 1939/1940, 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE.

**ANEXO E**

## Entrada de Imigrantes em Minas Gerais (1894/1901)

Anos	Imigrantes	Italianos	%
1894	4.554	4.410	96,8
1895	5.569	5.507	98,9
1896	22.327	17.441	78,1
1897	17.432	17.153	98,4
1898	2.020	1.917	94,4
1899	661	650	98,3
1900	5	4	80,0
1901	14	14	100,00
Totais	52.582	47.096	89,5

(Quadro construído a partir de dados do livro da hospedaria de imigrantes de Juiz de Fora)

Fonte: ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 223.

## ANEXO F

## Presença Italiana nos Núcleos Urbanos (BH - 1900/1910)

Núcleos	1900		1905		1910	
	Pop. Total	Italianos	Pop. Total	Italianos	Pop. Total	Italianos
Carlos Prates	337	181 (53,7%)	125	48 (38,4%)	325	233 (66,1%)
Afonso Pena	198	27 (13,6%)	154	38 (24,6%)	175	43 (24,5%)
Bias Fortes	177	103 (58,1%)	149	66 (44,2%)	249	77 (30,9%)
Adalberto Ferraz	54	4 (7,4%)	81	17 (20,9%)	100	12 (12%)
Américo Werneck	187	38 (20,3%)	175	50 (28,5%)	292	99 (33,9%)
Totais	953	353 (37%)	684	219 (32%)	1168	464 (39,7%)

(Quando construído a partir de dados dos relatórios dos Secretários de Agricultura)

Fonte: ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 224.

**ANEXO G**

## Associações de Auxílios Mútuos e Beneficência

Unidades Políticas	Número de Associações arroladas em 1917	Número de Associações arroladas em 1942
Distrito Federal	816	-
Bahia	165	87
Minas Gerais	790	105
Pernambuco	103	105
Rio de Janeiro	144	60
Rio Grande do Sul	104	146
São Paulo	744	149

*Fontes: Anuário estatístico do Brasil 1936. Vol 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1936 e Anuário estatístico do Brasil 1941/1945. Vol 6. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.*

## ANEXO H



Fonte: *La Squilla*, 7 de novembro de 1926, p. 1.

**FONTES**

## PERIÓDICOS ITALIANOS

*Un Fiore**Il Martello**La Voce del Cuore**L'eco del Pololo**Roma**Fieramosca**Araldo Italiano**La Voce Coloniale**La Squilla**Voce Latina**Italia Nuova**Italia**L'arrotino Coloniale*

## PERIÓDICOS BRASILEIROS

*Diário da manhã**Folha de Minas**Minas Gerais**O operario*

DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)

APM/DOPS, pasta 4183(2)

APM/DOPS, pasta 4192

## ENTREVISTAS

BRITO, Rosina Maria Graça Calicchio de. Belo Horizonte, Brasil, fev. 2007. Entrevista concedida a Nayara Oliveira Silva e Daiene Solange Dalamora.

COSTA, Vélia. Belo Horizonte, Brasil, 29 nov. 2006. Entrevista concedida a Adriane Aparecida Vidal Costa e Cássia Paula Campos Costa.

COSTA, Vilma Alves. Belo Horizonte, Brasil, 28 jan. 2007. Entrevista concedida a Adriane Aparecida Vidal Costa e Nayara Oliveira Silva.

SAVASSI, Danilo Achilles. Belo Horizonte, Brasil, 06 nov. 2006. Entrevista concedida a Nayara Oliveira Silva e Adriane Aparecida Vidal Costa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Italianos no Brasil ou a pátria recriada. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. Vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

\_\_\_\_\_. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. Vol 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

BEDANI, Gino; HADDOCK, Bruce (orgs.). *The politics of Italian Nacional Identity: a multidisciplinary perspective*. Cardiff: University of Wales Press, 2000.

BERTONHA, João Fábio. Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, Vol. 5, n. 2, p. 83-110, 2000.

\_\_\_\_\_. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 106-130, 1997.

\_\_\_\_\_. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. (orgs.). *Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais*. Belo Horizonte: S.N., 2003.

BIANCO, Vera Lucia. Imaginários coloniais entre Brasil e Itália: entre 1870 e 1890. Florianópolis: UFSC, 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Letras, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, Vol. 14, nº2, p.41-66, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (orgs.). *A Imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2003.

CASTRO, Maria Ceres Spínola. A aventura da imprensa: In: CASTRO, Maria Ceres Spínola [et al.]. *Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975.
- CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora UNB, 1992.
- COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova, 2004.
- CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.
- COSTA, Geralda Nelma. *Imprensa italiana em terra estrangeira: vozes sociais em ação (Belo Horizonte 1900-1920)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- DUARTE, Renata Garcia Campos. "Uma outra consciências de classe": A alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mutuo Socorro em Belo Horizonte. In: *História em Curso*. Belo Horizonte, Vol. 1, n. 1, p. 66-111, 2009.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.
- FREITAS, Marcel de Almeida. A influência italiana na arquitetura de Belo Horizonte. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG)*, Belo Horizonte, Vol. 14, p. 137-163, 2007.
- GONTIJO, Moema Moreira. *100 anos da indústria em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG – SESI, 1998.
- GOOCH, John. *A unificação da Itália*. São Paulo: Princípios, 1986.
- HADDAD, Maria de Lourdes Amaral. *Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: raízes da idéia da universidade na UMG*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.
- IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1972.
- LINHARES, Joaquim Nabuco; CASTRO, Maria C. Pimenta S. *Itinerário da imprensa de belo horizonte (1895-1954)*. Belo Horizonte: UFMG.
- LOPES, José da Paz. Imigrantes italianos em São João Del Rei: passeata, polícia e dispersão: 1888-89. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

MONTEIRO, Norma Góes. Esboço da política imigratória e colonizadora do governo de Minas Gerais, 1889-1930. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 29, p. 195-206, Belo Horizonte, 1987.

\_\_\_\_\_. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1973.

NETO, Silveira. *História do colégio municipal*. Belo Horizonte: Gráfica do Colégio Municipal Marconi, 1973.

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX. 2004. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós-Graduação, Pedro Leopoldo, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol III. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

PASSOS, Daniela Oliveira R. O movimento operário em Belo Horizonte no início do século XX: formação espacial, ideologias, imigração e classe na nascente Capital Mineira. In: V Seminário de imigração italiana em Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PETRONE, Pasquale. A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

\_\_\_\_\_. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

PINTO, Raymundo Alves; PONTE, Tito Livio. *Álbum de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

RIBEIRO, Raphael Rajão. Participação imigrante nos primeiros anos do esporte em Belo Horizonte. In: V Seminário de imigração italiana em Minas Gerais, Belo Horizonte, p.1-17, 2009.

RODRIGUES, Maysa Gomes. Imigração e educação em Minas Gerais: os casos de Juiz de Fora e Belo Horizonte. In: V Seminário de imigração italiana em Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. As relações entre Brasil e Itália no período 1918-1939. In: BONI, Luis A. De (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

\_\_\_\_\_. *Fascismo italiano*. São Paulo: Ática, 1986.

VERSIANI, Eneide Balena. *Imigração Italiana no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Gráfica Lucri, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e filantropia. In: *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, Vol. 18, 2004.